

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

BRASÍLIA-DF
2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

**BRASÍLIA-DF
2013**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

A3P-Agenda Ambiental na Administração Pública
ADASA-Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
AVA-Ambiente de Aprendizagem Virtual
APL-Arranjos Produtivos Locais
ASRT-Assessoria da Reitoria
ASAQ-Assessoria de Arquitetura
ASPC-Assessoria de Projetos Cívicos
ASPE-Assessoria de Projetos Elétricos
ASIN-Assessoria Internacional
ASCB-Assessoria para Implantação do Campus Brazlândia
ASCD-Assessoria para Implantação do Campus Cidade Digital
ACGB-Assistente da Chefia de Gabinete
ASSUPERO-Associação Unificada Paulista de Ensino Renovação Objetivo
AURE-Autoridade Responsável pelo SIC/IFB -AURE
BRASCOOM-Associação Brasileira de Empresas de tecnologia da Informação e Comunicação
CNPJ-Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CEASA-Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – S/A
CIEP-Centre international d'études pédagogiques
CIEE-Centro de integração empresa escola
CNRTA-Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistida
UNICEUB-Centro universitário de Brasília.
CBRA – *Campus Brasília*
CEST-Campus Estrutural
CGAM – *Campus Gama*
CPLA – *Campus Planaltina*
CRIF- *Campus Riacho Fundo*
CSAM – *Campus Samambaia*
CSSB-Campus São Sebastião
CTAG- *Campus Taguatinga*
CTGC-Campus Taguatinga Centro
CHGB-Chefia de Gabinete da Reitoria
CHGC-Chefia de Gabinete de Campus
CFTV-Circuito Fechado de Televisão
CIS- Comissão Interna de Supervisão
COPL-Comissão Permanente de Licitação
CPPD-Comissão Permanente de Pessoal Docente
CGTIC-Comitê Gestor da Tecnologia da Informação e Comunicação
CEB-Companhia Energética de Brasília
CFC-Conselho Federal de Contabilidade
CNPq-Conselho Nacional de Pesquisa
CGU-Controladoria Geral da União
COPAS-Cooperativa agropecuária São Sebastião
CDAI-Coordenação de Acesso e Ingresso I

CDIN-Coordenação de Ações Inclusivas
CDAP-Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio
CDAC-Coordenação de Aquisições e Contratos
CDAE-Coordenação de Assistência Estudantil
CDBI-Coordenação de Bibliotecas
CDCA-Coordenação de Cadastro
CDCC-Coordenação de Contratos e Convênios
CDSS-Coordenação de Desenvolvimento de Software
CDEI-Coordenação de Educação Inclusiva
CDET-Coordenação de Ensino Técnico
CDES-Coordenação de Estágio
CDEV-Coordenação de Eventos
CDFP-Coordenação de Folha de Pagamento
CDGP-Coordenação de Gestão de Pessoas
CDGR-Coordenação de Graduação
CDIG-Coordenação de Informações Gerenciais e Estatísticas
CDIT-Coordenação de Inovação Tecnológica
CDJL-Coordenação de Jornalismo
CDMS-Coordenação de Manutenção e Serviços Gerais
CDNP-Coordenação de Normas e Processos
CDPQ-Coordenação de Pesquisa
CDPI-Coordenação de Pesquisa e Inovação
CDPO-Coordenação de Planejamento e Orçamento
CDPG-Coordenação de Pós-Graduação
CDPA-Coordenação de Produção Animal
CDPV-Coordenação de Produção Vegetal
CDPE-Coordenação de Programas e Projetos de Extensão
CDPB-Coordenação de Publicações
CDRT-Coordenação de Rádio e TV
CDRD-Coordenação de Redes
CDRA-Coordenação de Registro Acadêmico
CDAS-Coordenação de Relações Institucionais e Articulação com a Sociedade
CDRE-Coordenação de Residência Estudantil (FG-02)
CDSU-Coordenação de Suporte e Usuário
CGAF-Coordenação Geral de Administração Funcional
CGAQ-Coordenação Geral de Aquisições
CGCF-Coordenação Geral de Contabilidade e Finanças
CGEN-Coordenação Geral de Ensino
CGEO-Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGIE-Coordenação Geral de Infraestrutura de EAD
CGPL-Coordenação Geral de Planejamento
CGPQ-Coordenação Geral de Políticas de Qualificação
CGSM-Coordenação Geral de Serviços e Manutenção
CDPD-Coordenação Pedagógica
CS/IFB- Conselho Superior-Instituto Federal de Brasília
DN-Decisão Normativa-DN
DGIC-Direção Geral de Implantação do Campus Ceilândia
DGIE-Direção Geral de Implantação do Campus Estrutural
DRAP-Diretoria de Administração e Planejamento

DRDE-Diretoria de Desenvolvimento do Ensino
DREP-Diretoria de Ensino e Pesquisa
DREN-Diretoria de ensino Pesquisa e Extensão
DRGP-Diretoria de Gestão de Pessoas
DROR-Diretoria de Orçamento
DRPE-Diretoria de Políticas de Ensino
DRPR-Diretoria de Produção
EAD-Educação a distância
PROEJA-Educação Profissional de Jovens e Adultos
EMBRAPA-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER-Empresa de Apoio e assistência Técnica e Extensão Rural
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio
FIC-Formação Inicial e Continuada
FSC-Forest Stewardship Council
FUNATURA-Fundação Natureza
GEOTÉCNICA-Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia
GND-Grupo de Natureza de Despesa
GDF-Governo do Distrito Federal
IFB-Instituto Federal de Brasília
IFET-Instituto Federal de Educação e Tecnologia
IN-Instrução Normativa
IC- Iniciação Continuada
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INEP-Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IN – Instrução Normativa
INPI-Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITI-Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
LOA-Lei de Orçamentária Anual
MCT-Ministério da Ciência Tecnologia e Educação
MEC-Ministério da Educação
MPOG-Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MTE-Ministério do Trabalho e Emprego
NBC-Normas Brasileiras de Contabilidade
NAIN-Núcleo de Auditoria Interna
NUCS-Núcleo de Comunicação Social
NENG-Núcleo de Engenharia
NTIC-Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação
OEI-Organização Ibero-Americanos
OCI-Órgão de Controle Interno
PDTIC-Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PAINT- Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDI-Plano de desenvolvimento Institucional
PNE-Plano Nacional de Educação
PIFB-Procuradoria Federal junto ao IFB
PROFUNCIONÁRIO- Programa de Formação de Funcionários de Escolas
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PRONATEC-Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA-Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROEJA –Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos
PPI-Projeto Pedagógico Institucional
PRAD-Pró-Reitoria de Administração
PRDI-Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PREN-Pró-Reitoria de Ensino
PREX-Pró-Reitoria de Extensão
PRPI-Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
RFEPT- Rede Federal de Educação profissional, Científica e Tecnológica
RA-Região Administrativa
RIFB-Reitoria do Instituto Federal de Brasília
RP-Restos a Pagar
SETEC-Secretária de Educação Profissional e Tecnológica
SCDF-Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal
SENAC-Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAT-Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SINDUSCOM-Sindicato da Industria da Construção Civil do Distrito Federal
SGI-Sistema de Gestão Integrado
INEP-Sistema de Informações, Pesquisa e Estatísticas Educacionais
SISU-Sistema de Seleção Unificada
SIAPE-Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAF-Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGA-ADM-Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - Módulo Administrativo
SIG-EDU-Sistema Integrado de Gestão Acadêmica Módulo de Secretaria
SIGA-Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
SIASS- Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor.
SISAC- Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SUAP-Sistema Unificado de Administração Pública
SIORG-Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SM- Salário Mínimo
SPU - Superintendência de Patrimônio da União
SPO-Subsecretária de Planejamento e Orçamento
SIFB-Subprocuradoria Federal junto ao IFB (CD-04)
SPU-Superintendência de Patrimônio da União
SUDECO-Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
TI-Tecnologia da Informação
TERRACAP-Companhia Imobiliária de Brasília.
TV-Televisão
TCU-Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO- Unidade Orçamentária
URL-Uniform Resource Locator
UNEB-União Educacional de Brasília
UPIS-União Pioneira de Integração Social
UNB-Universidade Federal de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	18
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	18
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	19
MISSÃO, VISÃO, VALORES.....	20
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	20
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	23
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	24
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	25
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	33
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	33
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	36
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	37
2.4 INDICADORES.....	49
2.4.1 Indicadores do Acordo de Metas da SETEC - Tabela de Indicadores Gerais – Metas e Compromissos.....	49
2.4.2 Indicadores adotados pelo IFB.....	54
2.4.3 Dados da Ouvidoria/ E-SIC.....	57
2.4.4 Inserção na mídia – Comunicação Social.....	58
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	60
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	60
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	60
3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO (ITEM 3.4).....	62
3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	62
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	62
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	62
4.1.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	62
4.1.2 INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	63
4.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE INICIATIVAS VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	63
4.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	63
4.1.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	63
4.1.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	64
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	64
4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ.....	64
4.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	64
4.2.2.1 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	64
4.2.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....	65
4.2.2.3 RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	65
4.2.2.4 ANÁLISE CRÍTICA.....	66
4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA.....	67
4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	68
4.2.4.1 EXECUÇÃO DA DESPESA COM CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	68
4.2.4.1.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	68
4.2.4.1.2 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	69
4.2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO.....	69
4.2.4.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	69
4.2.4.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	70
4.2.4.2.3 ANÁLISE CRÍTICA.....	71

4.3	DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DO DESEMPENHO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	72
5.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	72
5.1	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	72
5.1.1	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	72
5.1.2	ANÁLISE CRÍTICA	73
5.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	73
5.2.1	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	73
5.2.2	ANÁLISE CRÍTICA	74
5.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	74
5.3.1	RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	74
5.3.2	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	74
5.3.3	INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE.....	75
	Este Quadro não se aplica ao IFB no exercício 2012, pois não permanecerão instrumentos vigentes de exercícios anteriores para o exercício 2013.	75
5.3.4	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	75
5.3.5	INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	76
5.3.6	ANÁLISE CRÍTICA	76
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	76
5.4.1	DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	76
5.4.1.1	SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL	76
5.4.1.2	SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B”	77
5.4.1.3	SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)	77
5.4.1.4	UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO “B” E DO CARTÃO CRÉDITO CORPORATIVO PELA UJ	77
5.4.1.5	PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	78
5.4.1.6	ANÁLISE CRÍTICA	78
5.5	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	79
5.5.1	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ	79
5.5.2	VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA	79
5.5.3	CONTRIBUENTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA	79
5.5.4	BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICA	80
5.5.5	PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA	80
5.5.6	PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS	80
5.5.7	COMUNICAÇÕES À RFB.....	80
5.5.8	INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS	80
5.5.9	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE RENÚNCIA FISCAL.....	80
5.5.10	FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB	81
6.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	81
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	81
6.1.1	DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	81
6.1.1.1	SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA	82
6.1.2	QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	83
6.1.2.1	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE	84
6.1.2.2	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	84
6.1.3	DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	85
6.1.4	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	86
6.1.4.1	CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA.....	86
6.1.4.2	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA	87

6.1.5	ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS	88
6.1.6	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS	88
6.1.7	INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO	89
6.1.7.1	ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC	89
6.1.7.2	ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO	91
6.1.7.3	INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS	91
6.1.8	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	92
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	93
6.2.1	INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	93
6.2.2	INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	93
6.2.3	AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS	93
6.2.4	INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	94
6.2.5	INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	94
6.2.6	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	96
7.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	96
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	96
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	99
7.2.1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	99
7.2.2	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	100
7.2.3	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	101
8.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	102
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	102
9.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	104
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	104
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	108
10.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	109
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	109
10.1.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	109
10.1.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO ..	109
10.1.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	111
1.	CONSTATAÇÃO 10.....	111
2.	CCONSTATAÇÃO 10	111
1.	CCONSTATAÇÃO 10	113
1.	CCONSTATAÇÃO 3	114
2.	CCONSTATAÇÃO 25	114
4.	CCONSTATAÇÃO 30	115
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	117
10.3.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	117
10.3.1.1	ANÁLISE CRÍTICA	118
10.4	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	118
10.4.1	MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	119
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	119
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	120
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR	120
11.2.1	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS 120	
11.2.2	DECLARAÇÃO PLENA	120
11.2.3	DECLARAÇÃO COM RESSALVA	121

11.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008.....	122
11.6	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	122
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	122
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	122
19.	PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	123
19.	1 INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005.....	123
19.	2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET.....	124
20.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145

ANEXOS

ANEXO 1 - RESOLUÇÃO Nº 19/2011 - ORGANOGRAMA DO IFB (ATÉ 12 DE NOVEMBRO DE 2012).....	148
ANEXO 2 - ORGANOGRAMA DA REITORIA DO IFB (A PARTIR DE 13 NOVEMBRO DE 2012).....	149
ANEXO 3 - RESOLUÇÃO Nº 35/2012 - RIFB.....	150
ANEXO 4 - RESOLUÇÃO Nº 35/2012 - RIFB (ORGANOGRAMA DA REITORIA DO IFB - A PARTIR DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012).....	153
ANEXO 5 - RESOLUÇÃO Nº 35/2012 - RIFB (ORGANOGRAMA DE CAMPUS DO IFB - A PARTIR DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012).....	154

LISTAS

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	18
PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	
QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	60
PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	
QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO.....	62
QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO.....	63
QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ.....	64
QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	64
QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....	65
QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	65
QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	67
QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	69
QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	69
QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	69
QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	70
PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	
QUADRO A.5.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	72
QUADRO A.5.2 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	73
QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	74
QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	74
QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS.SEGUINTES.....	75
QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	75
QUADRO A.5.7 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	76
QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF).....	76
QUADRO A.5.9 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”).....	77
QUADRO A.5.10 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	77
QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	77
QUADRO A.5.12 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	78
QUADRO A.5.13 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ.....	79
QUADRO A.5.14 – VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA.....	79
QUADRO A.5.15 – CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS.....	79
QUADRO A.5.16 – CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS.....	79
QUADRO A.5.17 – BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS.....	80
QUADRO A.5.18 – BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS.....	80
QUADRO A.5.19 – APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ.....	80

QUADRO A.5.20 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS.....	80
QUADRO A.5.21 – COMUNICAÇÕES À RFB.....	80
QUADRO A.5.22 – INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS.....	80
QUADRO A.5.23 – AÇÕES DA RFB.....	81
PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	
QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	81
QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12....	82
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	83
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	84
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	84
QUADRO A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	85
QUADRO A.6.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	86
QUADRO A.6.8 – INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	87
QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	89
QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	89
QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	90
QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007).....	91
QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO	91
QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	93
QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS.....	93
QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.....	93
QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	93
QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	94
QUADRO A.6.19 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	95
PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	
QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	99
QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIRO.....	100
QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	100
PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	101
PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	
QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	104
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	107
PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	
QUADRO A.10.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	109
QUADRO A.10.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	109
QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	110
QUADRO A.10.4 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	112
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ,	

DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	116
QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	118

PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

QUADRO A.11.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	120
QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	120

PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

QUADRO B.7.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005.....	123
---	-----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MACROPROCESSO DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL.....	33
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – BALANÇO FINAL DO PLANEJAMENTO 2012 – IFB.....	38
GRÁFICO 2 – TOTAL DE METAS 2012 POR EIXO DO PDI.....	39
GRÁFICO 3 – TOTAL DE METAS DO EIXO EDUCAÇÃO (ENSINO).....	39
GRÁFICO 4 – TOTAL DE METAS DO EIXO EDUCAÇÃO (EXTENSÃO).....	40
GRÁFICO 5 – TOTAL DE METAS DO EIXO EDUCAÇÃO (PESQUISA).....	40
GRÁFICO 6 – TOTAL DE METAS DO EIXO GESTÃO.....	41
GRÁFICO 7 – TOTAL DE METAS DO EIXO RELAÇÃO INSTITUCIONAL.....	41
GRÁFICO 8 – TOTAL DE METAS 2012 POR OBJETIVO GERAL PDI.....	42
GRÁFICO 9 – SITUAÇÃO FINAL – OBJETIVO GERAL: AMPLIAR OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS.....	43
GRÁFICO 10– OBJETIVO GERAL: IMPLEMENTAR CURSOS SUPERIORES.....	43
GRÁFICO 11 – SITUAÇÃO FINAL – OBJETIVO GERAL: MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO.....	44
GRÁFICO 12 – SITUAÇÃO FINAL – OBJETIVO GERAL: IMPLEMENTAR PÓS-GRADUAÇÃO.....	44
GRÁFICO 13 – SITUAÇÃO FINAL – OBJETIVO GERAL: ESTRUTURA PESQUISA TECNOLÓGICA.....	45
GRÁFICO 14 – SITUAÇÃO FINAL – OBJETIVO GERAL: PROMOVER MELHORIAS NA GESTÃO PEDAGÓGICA.....	45
GRÁFICO 15– SITUAÇÃO FINAL – OBJETIVO GERAL: ARTICULAR ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	46
GRÁFICO 16 – SITUAÇÃO FINAL - OBJETIVO GERAL: AMPLIAR ESTRUTURA FÍSICA.....	46
GRÁFICO 17 – SITUAÇÃO FINAL – OBJETIVO GERAL: IMPLEMENTAR PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA.....	47
GRÁFICO 18 – SITUAÇÃO FINAL – OBJETIVO GERAL: AMPLIAR GESTÃO SISTÊMICA.....	48
GRÁFICO 19– SITUAÇÃO FINAL – OBJETIVO GERAL: CONSOLIDAR A MARCA IFB.....	48
GRÁFICO 20 – SITUAÇÃO FINAL – OBJETIVO GERAL: INCREMENTAR A INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE.....	49
GRÁFICO 21 – PUBLICAÇÕES IMPRESSAS – POR ANO.....	56
GRÁFICO 22 – ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA OUVIDORIA.....	58
GRÁFICO 23 – CANAIS DE ATENDIMENTOS.....	58
GRÁFICO 24– INSERÇÕES NA MÍDIA.....	59
GRÁFICO 25 - EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA NO IFB.....	124
GRÁFICO 26 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS E CANDIDATOS INSCRITOS NO IFB.....	125
GRÁFICO 27 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDATO/VAGA NO IFB.....	125
GRÁFICO 28 - NÚMERO DE INSCRITOS E VAGAS OFERTADAS.....	126

GRÁFICO 29 - EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ALUNOS INGRESSANTES E MATRICULADOS NO IFB.	127
GRÁFICO 30- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS INGRESSANTES E MATRICULADOS NO IFB.	127
GRÁFICO 31 - EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO INGRESSO/ALUNO NO IFB POR CAMPUS.	128
GRÁFICO 32 - EVOLUÇÃO NÚMERO DE INGRESSO/ALUNO MATRICULADO POR CAMPUS.....	128
GRÁFICO 33- EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ALUNOS CONCLUINTES E MATRICULADOS NO IFB.	129
GRÁFICO 34- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTES E MATRICULADOS NO IFB.	129
GRÁFICO 35- EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO CONCLUINTES/ALUNO NO IFB	130
GRÁFICO 36- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTES E MATRICULADOS NO IFB.	130
GRÁFICO 37 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA DO IFB.	131
GRÁFICO 38 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTES E SITUAÇÕES FINAIS NO IFB.	132
GRÁFICO 39 - EVOLUÇÃO DA EFICIÊNCIA ACADÊMICA POR CAMPUS NO IFB.	132
GRÁFICO 40 - NÚMERO DE CONCLUINTES E SITUAÇÕES FINAIS POR CAMPUS.....	133
GRÁFICO 41- EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR NO IFB.	134
GRÁFICO 42 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS RETIDOS E MATRICULADOS NO IFB.	134
GRÁFICO 43 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR NO IFB.	135
GRÁFICO 44 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS RETIDOS E MATRICULADOS POR CAMPUS NO IFB.	135
GRÁFICO 45- EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL DO IFB.....	136
GRÁFICO 46 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS E DOCENTES POR CAMPUS DO IFB.....	137
GRÁFICO 47 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS CORRENTES POR ALUNO NO IFB.....	138
GRÁFICO 48- EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL DO IFB.....	139
GRÁFICO 49 - EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS DO IFB.	140
GRÁFICO 50 - EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS DO IFB.	141
GRÁFICO 51 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO IFB.	144

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – UNIDADES DO IFB.....	19
TABELA 2 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	23
TABELA 3 – MACROPROCESSOS DE APOIO.....	24
TABELA 4 – QUANTIDADE DE PARCERIAS FIRMADAS – POR ANO.....	26
TABELA 5 – PARCEIROS 2012.....	26
TABELA 6 – PARCEIROS 2011.....	27
TABELA 7 – PARCEIROS 2010.....	29
TABELA 8 – PARCEIROS INTERNACIONAIS 2012.....	31
TABELA 9 – PARCEIROS INTERNACIONAIS 2010.....	32
TABELA 10 – EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI.....	35
TABELA 11 – INDICADORES – CURSOS FIC.....	50
TABELA 12 – INDICADORES – CURSOS TÉCNICOS.....	51
TABELA 13 – INDICADORES – CURSO DE GRADUAÇÃO.....	52
TABELA 14 – INDICADORES – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	53
TABELA 15 – COTAS DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (IC), INICIAÇÃO CIENTÍFICA NAS AÇÕES AFIRMATIVAS (IC-AF), INICIAÇÃO CIENTÍFICA, ENSINO MÉDIO (IC-EM) E INICIAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (ITI) POR ANO.....	54
TABELA 16 – BOLSISTAS NO PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS.....	54
TABELA 17 – NÚMERO DE DEPÓSITOS NO INPI.....	54
TABELA 18 – NÚMEROS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO OFERTADOS POR ANO.....	55
TABELA 19 – REFERENCIAIS CORRENTES DE GRUPOS DE PESQUISA (DEZ/2012).....	55
TABELA 20 – CRIAÇÃO DE GRUPOS DE PESQUISA POR ANO E ÁREA DO CONHECIMENTO.....	55
TABELA 21 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE GRUPOS DE PESQUISA POR ANO (CUMULATIVO).....	56
TABELA 22 – NÚMERO DE EDITAIS INTERNOS PROMOVIDOS PELA PRPI.....	56
TABELA 23 – PUBLICAÇÕES IMPRESSAS POR ANO.....	56
TABELA 24 – INFORMAÇÕES SOBRE A FROTA DE VEÍCULOS.....	97
TABELA 25 – CONTROLE DE VEÍCULOS.....	98
TABELA 27 - QUANTIDADE DE ALUNOS POR RENDA PER CAPITA.....	142
TABELA 28 - TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	143

APRESENTAÇÃO

A elaboração deste Relatório teve como base o Planejamento Institucional Participativo 2012, o Planejamento Orçamentário, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Acordo de Metas IFB/MEC 2010/2022, as Resoluções do Conselho Superior, bem como em toda legislação pertinente e nas orientações normativas do Tribunal de Contas da União – TCU, e objetiva prestar contas aos órgãos de controle e à sociedade em geral das ações desenvolvidas pelo Instituto Federal de Brasília - IFB no ano de 2012, para o cumprimento de sua missão institucional.

Neste exercício o IFB continuou envidando esforços para a consolidação da sua organização através do mapeamento dos principais processos, da elaboração de documentos norteadores, da reestruturação de seu organograma, ampliação da oferta de vagas, aprovação de planos de cursos, aprovação Projeto Pedagógico Institucional – PPI e do Regimento Geral pelo Conselho Superior, assim como a implantação do Planejamento Participativo.

De modo geral, o IFB tem buscado desenvolver uma gestão em excelência através da transparência, do envolvimento de todos na busca da materialização da visão e principalmente no cuidado com o manuseio dos recursos públicos de forma eficiente e eficaz bem como a implantação das políticas públicas para educação.

Brasília -DF, 31 de Janeiro de 2013.

Wilson Conciani
Reitor

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 26428	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília			
Denominação Abreviada: IFB			
Código SIORG: 26428		Código LOA: 26428	Código SIAFI: 158143
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 10.791.831/0001-82	
Principal Atividade: Educação Técnica e Profissional		Código CNAE: 8541-4	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2140	(061) 2103-2140	(061) 2103-2154
Endereço Eletrônico: reitoria@ifb.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifb.edu.br			
Endereço Postal: SGAN 610 L2 NORTE, MÓDULO DEFG – 70860-100 - DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 11.892, de 28 de dezembro de 2008			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158143	Instituto Federal de Brasília		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26428	Instituto Federal de Brasília		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158143		26428	

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, aqui denominado Instituto Federal de Brasília – IFB é uma instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação. Possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, competindo-lhe:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Organizado em estrutura multicampi, possui as seguintes unidades:

Tabela 1 – Unidades do IFB.

UNIDADE	SEDE DEFINITIVA	SEDE PROVISÓRIA	POSSUI OBRAS?
REITORIA		SGAN 610 – Módulos D, E, F e G. Brasília – DF.	Não
CAMPUS BRASÍLIA	SGAN 610 – Módulos D, E, F e G. Brasília – DF		Sim
CAMPUS ESTRUTURAL		Área Especial 09 – Setor Central Estrutural- DF	Não

CAMPUS GAMA	Rodovia DF 480, Lote 01, Setor de Múltiplas Atividades. Gama – DF	Praça II, Setor Central - antiga Biblioteca Pública, em frente à rodoviária. Gama – DF.	Sim
CAMPUS PLANALTINA	Rodovia DF-128, Km 21. Planaltina – DF		Não
CAMPUS SAMAMBAIA	Subcentro Leste, Complexo Boca da Mata, Lote 02 – Samambaia - DF	QN 304, conjunto 01, lote 02. Samambaia/DF.	Sim
CAMPUS TAGUATINGA	QNM 40, Área Especial nº 01, Taguatinga - DF		Não – Mas temos que confirmar
CAMPUS TAGUATINGA CENTRO	C12, bloco F, lotes 1 e 2. Taguatinga Centro/DF	Pistão Sul, QSD Área Especial 1, Lt. 04, 1º andar, Edifício Spazio Duo	Sede definitiva em reforma
CAMPUS SÃO SEBASTIÃO		Avenida São Bartolomeu, Área Especial 03, São Sebastião - DF	Não
CAMPUS RIACHO FUNDO	QN 05, Área Especial 07, Riacho Fundo – DF.	Escola Azul de Andar – CEF 03 do Riacho Fundo I.	Não

MISSÃO, VISÃO, VALORES

Missão: Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável.

Visão Até 2013, ser reconhecida como Instituição Pública Federal de excelência em Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Valores

1. Educação como bem público e de qualidade
2. Formação crítica
3. Gestão democrática e participativa
4. Respeito à diversidade
5. Inovação, empreendedorismo e cooperativismo
6. Desenvolvimento sustentável
7. Otimização dos recursos públicos
8. Comprometimento com o IFB

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O organograma do IFB está estruturado em Reitoria e *campi*, conforme a Resolução nº 19/2011 e Resolução CS/IFB nº 35/2012, na qual constam a estrutura de cargos e funções, assim como o funcionograma do IFB. Disponível em

http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resolu%C3%A7ao%2035_2012_referendada_11_12_2012.pdf.

As competências e atribuições correspondentes à estrutura organizacional do IFB constam do Regimento Geral aprovado pelo Conselho Superior por meio da Resolução CS/IFB nº 12/2012, disponível no endereço eletrônico <http://www.ifb.edu.br/institucional>. (Ver Anexos: 1, 2, 3, e 4)

ATRIBUIÇÕES – Níveis estratégico e tático

- Reitoria – RIFB: descritas no Regimento Geral do IFB - Resolução nº 12/2012 - CS/IFB, de 08/02/2012.
- Assessoria para Implantação do *Campus* Brazlândia – ASCB: promover a articulação entre o IFB e o GDF para definição de área a ser destinada à implantação do campus e fazer levantamento de pessoal para instalação do campus provisório.
- Assessoria para Implantação do Campus Cidade Digital – ASCD: promover a articulação entre o IFB e o GDF para definição de área a ser destinada à implantação do *campus* e fazer levantamento de pessoal para instalação do campus provisório.
- Direção Geral de Implantação do Campus Ceilândia – DGIC: previstas no Regimento Geral do IFB, Resolução n 12/2012 - CS/IFB.
- Direção Geral de Implantação do Campus Estrutural – DGIE: previstas no Regimento Geral do IFB, Resolução n 12/2012 - CS/IFB.
- Assessoria da Reitoria - ASRT : executar tarefas de apoio ao reitor em sintonia com as estratégias e plano de gestão.
- Núcleo de Comunicação Social – NUCS: coordenar a ações comunicação social do IFB.
- Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação – NTIC: coordenar, controlar e supervisionar as atividades de desenvolvimento e manutenção de sistemas de administração de rede e de suporte na área de informática.
- Coordenação Geral de Infraestrutura de EAD – CGIE: propor e fomentar o provimento de infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação para o IFB, paralelamente à implantação de política de oferta e formação para o uso dessas tecnologias na educação.
- Diretoria de Gestão de Pessoas – DRGP: descritas no Regimento Geral do IFB - Resolução nº 12/2012 - CS/IFB, de 08/02/2012.
- Pró-Reitoria de Administração – PRAD: descritas no Regimento Geral do IFB - Resolução nº 12/2012 - CS/IFB, de 08/02/2012.
- Diretoria de Administração – DRAD: planejar, coordenar, supervisionar e orientar as ações relacionadas às áreas de execução orçamentária, finanças, contabilidade, aquisições, administração de materiais, bens móveis e imóveis e serviços gerais do IFB.

- Coordenação Geral de Contabilidade e Finanças – CGCF: apoiar o Órgão Central na gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) no âmbito do IFB.
- Coordenação Geral de Aquisições – CGAQ: assessorar e auxiliar diretamente e/ou indiretamente o solicitante/requisitante de materiais/produtos/equipamentos, nas respectivas especificações, possibilitando a montagem correta do processo licitatório.
- Coordenação Geral de Serviços e Manutenção – CGSM: planejar, supervisionar e avaliar a execução dos contratos de prestação de serviços de sua área de atuação.
- Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira – CGEO: executar as atividades relativas aos créditos orçamentários e financeiros alusivos às compras de bens e de contratação de serviços.
- Núcleo de Engenharia – NENG: supervisionar, acompanhar, fiscalizar, controlar e executar as atividades de projetos, obras e serviços de engenharia nos imóveis próprios ou em outros que estejam cedidos sob responsabilidade do IFB.
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRDI: descritas no Regimento Geral do IFB - Resolução nº 12/2012 - CS/IFB, de 08/02/2012.
- Coordenação Geral de Planejamento – CGPL: atribuições descritas no Regimento Geral do IFB - Resolução nº 12/2012 - CS/IFB, de 08/02/2012. e outras.
- Diretoria de Orçamento – DROR: orientar, coordenar, supervisionar e controlar os orçamentos dos campi e reitoria, bem como desenvolver estudos e projetos com vistas a racionalizar o processo de alocação e utilização dos recursos orçamentários.
- Coordenação Geral de Políticas de Qualificação – CGPQ: propor e executar, em conjunto com as coordenações de gestão de pessoas dos campi do IFB, CIS e CPPD, a política de capacitação e qualificação para o IFB.
- Pró-Reitoria de Ensino – PREN: descritas no Regimento Geral do IFB - Resolução nº 12/2012 - CS/IFB, de 08/02/2012.
- Diretoria de Desenvolvimento do Ensino – DRDE: assessorar o Pró-Reitor de Ensino nas decisões e nos projetos sob sua coordenação.
- Diretoria de Políticas de Ensino – DRPE: atuar juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino nos estudos e nas proposições de políticas e ações para a educação profissional em seus diferentes níveis e modalidades.
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PRPI: descritas no Regimento Geral do IFB - Resolução nº 12/2012 - CS/IFB, de 08/02/2012.
- Pró-Reitoria de Extensão – PREX: descritas no Regimento Geral do IFB - Resolução nº 12/2012 - CS/IFB, de 08/02/2012.

ATRIBUIÇÕES GERAIS – CAMPI

- Diretoria de Administração e Planejamento – DRAP: planejar e administrar atividades de modernização institucional, de guarda e tratamento da informação, de administração e desenvolvimento de pessoas e materiais.
- Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão – DREP: coordenar e acompanhar a elaboração e a avaliação do planejamento das ações de ensino, pesquisa e extensão.

ATRIBUIÇÕES - ESTRUTURAS ESPECÍFICAS – CAMPI

- Diretoria de Produção - DRPR: realizar o planejamento anual da produção agropecuária, agroecológica e agroindustrial.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Baseando-se no contexto histórico do IFB em 2012 e seus documentos devidamente institucionalizados seguem as informações referentes aos macroprocessos do IFB, que teve como base o Regimento Geral, o Estatuto e o PDTIC.

Considerou-se a PREN, PREX e PRPI como detentoras dos processos finalísticos do IFB.

Tabela 2 – Macroprocessos Finalísticos.

		RESPONSÁVEL	RESPONSÁVEL	RESPONSÁVEL
		PREX	PRPI	PREN
Macroprocessos Finalísticos		- Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle das políticas de extensão.	- Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle das políticas relativas à pesquisa e à pós-graduação de lato e stricto sensu do IFB	- Planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle das políticas das políticas relativas ao ensino.
	PROCESSOS	- Avaliação das atividades relativas à extensão, à integração e ao intercâmbio da instituição. - Articular-se com o setor produtivo, em particular, e com a sociedade em geral para a melhoria dos perfis de ingresso discente.	- Coordenação e a supervisão dos projetos e dos grupos de pesquisa. - Articulação com órgãos de apoio à pesquisa.	- Normas e procedimentos para o funcionamento do Registro Acadêmico nos campi; - Proposta e orientação de processos de aprendizagem para Educação Inclusiva. - Implementação das políticas dos cursos de

Macroprocessos Finalísticos			- Fomento e criação de intercâmbio de alunos com outros órgãos de pesquisa científica, nacionais e internacionais	formação inicial e continuada. -Normatização dos fluxos e manuais das bibliotecas.
	ATENDE A	Comunidade Acadêmica	Comunidade Acadêmica	Comunidade Acadêmica
	RESULTADO	Atividades de extensão que apoiem o desenvolvimento e inclusão social através da oferta de cursos e realização de atividades específicas.	Atividades de pesquisa que apoiem a formação de recursos humanos para a pesquisa aplicada.	Ofertas educacionais do IFB organizadas, de acordo com a formação inicial e continuada de trabalhadores, em educação profissional técnica de nível médio e em educação superior de graduação e de pós-graduação.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Considerou-se a PRDI, PRAD e Unidades Sistêmicas como detentoras dos processos apoio do IFB.

Tabela 3 – Macroprocessos de Apoio.

		PRDI	PRAD	NTIC	NUCS	NAIN	Procuradoria
	QUEM	DRGP; CGPL; CDPI	DRAD	EGTIC; CGTIC CDSS; CDRE; CDSU	NUCS	NAIN	Procurador
Macroprocessos de apoio	PROCESOS	- Execução da gestão de pessoas em consonância com as diretrizes legais. - Execução da política de capacitação de servidores. - Implementação do planejamento	- Execução de políticas institucionais para garantir a execução dos planos orçamentários, financeiros e patrimoniais. - Administração dos espaços físicos e infraestrutura utilizada pela Reitoria.	- Gestão do ambiente da rede e serviços de informática. - Implantação dos sistemas institucionais (SIGA). - Aplicação das normas legais para licitação de software, hardware e ou serviços de TI. - Execução de	- Organização e execução da comunicação interna e externa. - Organização dos eventos do IFB no âmbito da Reitoria e supervisionar e coordenar os eventos dos campi; - Condução	- Análise da legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, bem como os resultados de economicidade, eficácia e eficiência; - Verificação de adequação e acompanhamento de implementação das	- Análise de contratos, convênios, termos de cooperação e seus termos aditivos, prestarem informações, emitir pareceres a respeito de assuntos de cunho jurídico e analisar processos licitatórios.

	estratégico. - Pesquisa e o controle de dados educacionais.	- Elaboração da proposta orçamentária anual do IFB. - Realização e conformidade da gestão contábil.	atividades de suporte ao usuário de TI. - Manutenção do Portal do IFB. - Manutenção da intranet; - Segurança dos componentes da rede de informática; - Planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia.	de trabalhos para fins de regulamentação interna referente ao cerimonial institucional.	recomendações exaradas por órgãos de controle;	
ATENDE A:	Comunidade Acadêmica	Gestão do IFB.	Comunidade Acadêmica	Comunidade Acadêmica	Gestão IFB	Gestão IFB
RESULTADO	Planejar estrategicamente, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-Reitorias, os campi e as instituições.	Gestão das atividades de planejamento e administração orçamentária e financeira, e gerenciamento de recursos humanos e patrimoniais.	Gerenciamento da tecnologia da Informação e Comunicação a serviço dos serviços acadêmicos (ensino, pesquisa e extensão) e administrativos do IFB.	Padronização institucional da realização de eventos, atendendo às especificidades institucionais.	Fortalecimento e assessoramento à gestão, bem como racionalização das ações do IFB e apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.	Assistência jurídica e decisões embasadas nos princípios da administração pública.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

As relações institucionais do IFB são primordialmente formalizadas através da Pró-Reitoria de Extensão – PREX, setor responsável pela aproximação entre a comunidade e o setor produtivo,

cultural e movimentos sociais, buscando firmar parcerias, acordos, convênios com instituições públicas e/ou privadas.

Dentre as 28 parcerias firmadas em 2010, 07 eram referentes a estágio e 21 estão relacionadas a acordos para desenvolvimento de programas e ações de cursos de formação inicial e continuada - FIC; intercâmbio para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão; cessão e compartilhamento de infraestrutura.

Em 2011, 26 acordos foram firmados, sendo 22 referentes a estágio e os outros 04 referentes à colaboração nas áreas de ensino, pesquisa, extensão; ao atendimento de alunos com necessidades especiais; e a intercâmbio, para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, extensão, dos serviços e da administração.

Em 2012, 12 termos de cooperação foram firmados, sendo 05 referentes a estágio e os outros 07 referem-se à cessão de espaço físico oferta de qualificação social e profissional no setor de construção civil na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e entorno; execução de ações e programas no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão; e desenvolvimento de atividades de dimensão sustentável. O número consideravelmente menor de termos firmados em 2012, comparativamente aos outros anos, justifica-se pelo longo prazo de validade dos termos firmados, que variam de 02 a 05 anos.

As parcerias internacionais estão cada vez mais consolidadas chegando ao número de total de 6 parceiros.

Tabela 4 – Quantidade de parcerias firmadas – por ano.

Nº	Tipo de parceria	2010	2011	2012
1.	Estágio	07	22	05
2.	Parcerias Internacionais	1	0	5
3.	Outras	21	04	07
	TOTAL	29	26	17

Tabela 5 – Parceiros 2012.

Nº	PARCEIROS 2012	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO
1.	Instituto de Ensino Superior de Negócios e Tecnologia da informação- FACNET	Estágio	Discentes da IES
2.	Rohr S.A estruturas tubulares.	Estágio	Discentes do IFB
3.	Agência Reguladora de Águas - ADASA	Desenvolvimento de atividades de dimensão sustentável aplicada ao	Discentes do Instituto do IFB

		vestuário.	
4.	ONG Mão na Terra	Estágio	Discentes do IFB
5.	Sindicato e Organização das cooperativas do DF - OCDF	Ensino, pesquisa e extensão.	Discentes do IFB
6.	Foco Engenharia e Consultoria LTDA	Acordo de cooperação técnica	Discentes do IFB
7.	CA Estágio e Consultoria	Acordo de cooperação técnica	Discentes do IFB
8.	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no DF – SESCOOP/DF	Ações e programas relacionados ao ensino, pesquisa e extensão.	Discentes do IFB
9.	Superintendência do Desenvolvimento do Centro - Oeste (SUDECO).	Oferta de qualificação social e profissional para trabalhadores do setor de construção civil na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e entorno.	Trabalhadores do setor de construção civil que residam prioritariamente em Samambaia, Recanto das Emas, Ceilândia e Estrutural.
10.	Faculdade de Negócios e Tecnologia da Informação - FACNET	Estágio	Discentes da FACNET
11.	Universidade ANHANGUERA	Estágio	Discentes da ANHANGUERA
12.	Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília - SINDHOBAR	Cessão de espaço físico para aulas teóricas e práticas.	Discentes do IFB

Tabela 6 – Parceiros 2011.

ORD.	PARCEIROS 2011	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO
1.	Centro de integração empresa escola - CIEE	Estágio	Discentes do Instituto
2.	Instituto de Ensino Superior Águas Emendadas	Estágio	Discentes da IES
3.	Instituto de Ensino Superior Brasil Central	Estágio	Discentes da IES
4.	Associação de Assistência Educacional- IESESPAM	Estágio	Discentes da IES
5.	Instituto de Ensino Superior Evangélica	Estágio	Discentes da IES

	de Brasília		
6.	Instituto de Ensino Superior Ciências Sociais e Tecnológicas- FACITEC	Estágio	Discentes da IES
7.	Instituto de Ensino Superior FORTIUM	Estágio	Discentes da IES
8.	Instituto de Ensino Superior JK	Estágio	Discentes da IES
9.	GDF- Secretaria de Estado de Educação	Atender discentes com deficiência, dificuldade de aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e outros transtornos funcionais matriculados na SEDF por meio da equoterapia.	Discentes com necessidades especiais, dificuldade de aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e outros transtornos funcionais matriculados na SEDF.
10.	Instituto de Ensino Superior ICESP	Estágio	Discentes da IES
11.	Euvaldo Lodi - IEL	Estágio	Discentes do IFB
12.	Instituto Federal da Paraíba	Estabelecer intercâmbio, para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, extensão, dos serviços e da administração.	Servidores de ambos Institutos
13.	Instituto Federal do Amazonas	Estabelecer intercâmbio, para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, extensão, dos serviços e da administração.	Servidores de ambos Institutos
14.	Instituto Superior de Educação Franciscano Nossa Senhora de Fátima	Estágio	Discentes da IES
15.	Rede Sementes do Cerrado.	Estágio	Discentes do IFB
16.	União Educacional de Brasília- UNEB.	Estágio	Discentes da IES.
17.	Instituição de Ensino Superior Católica Dom Bosco- UCDB.	Estágio	Discentes da IES.
18.	Instituição de Ensino Superior do Sul de Santa Catarina (UNISUL).	Estágio	Discentes da IES.
19.	Instituição de Ensino Superior Santo Amaro- UNISA.	Estágio	Discentes da IES.

20.	Empresa Luís Carlos Figueiredo	Estágio	Discentes do curso de Agropecuária
21.	Federação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade do Distrito Federal - FETRATUH	Desenvolvimento do ensino, pesquisa e Extensão.	Comunidade do DF
22.	Instituto de Ensino Superior Planalto – IES IESPLAN	Termo de Cooperação de Estágio IFB	Discentes da IES
23.	Instituto Fecomércio – IF ESTÁGIO	Termo de Cooperação de Estágio IFB	Discentes do Instituto
24.	Cooperativa agopecuária São Sebastião – COPAS -DF	Termo de Cooperação de Estágio IFB	Discentes do Instituto
25.	Instituto de Ensino Superior Integradas da União de Ensino superior certo - Unicerto	Termo de cooperação de Estágio IFB	Discentes da IES
26.	União Pioneira de Integração Social - UPIS.	Desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão e estágio.	Programas e ações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, e discentes da IES

Tabela 7 – Parceiros 2010.

ORD.	PARCEIROS 2010	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO
1.	Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia- GEOTÉCNICA	Oferta de cursos FIC na área de geotecnia	Comunidade do DF
2.	Associação Brasileira de Empresas de tecnologia da Informação e Comunicação - BRASCOOM	Oferta de cursos FIC na área de tecnologia da informação	Discentes matriculados regulamente no registro escolar da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
3.	Empresa Goiás Verde	Estágio	IFB
4.	Escola São Francisco – RA São Sebastião	Cessão de espaço para oferta de cursos FIC	Discentes e docentes da Escola São Francisco
5.	Instituto de Ensino Superior Processus	Estágio	Discentes da IES
6.	Fundação Natureza- FUNATURA	Implantação e funcionamento de um viveiro no Campus Planaltina	Alunos e comunidade
7.	Instituto de Educação Superior de Brasília-	Estágio	Discentes da IES

	IESB		
8.	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria- INCRA	Desenvolvimento de programas e ações FIC, pesquisa e extensão nos campi do IFB	A comunidade local
9.	Instituto Euro - Americano de Educação- UNIEURO	Estágio	Discentes da IES
10.	Instituto Federal do Ceará - IFCE	Estabelecer intercâmbio, para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, extensão, dos serviços e da administração.	Servidores de ambos Institutos
11.	Instituto Federal do Tocantins	Estabelecer intercâmbio, para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, extensão, dos serviços e da administração.	Servidores de ambos Institutos
12.	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Estabelecer intercâmbio, para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, extensão, dos serviços e da administração.	Servidores de ambos Institutos
13.	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(INEP)	Utilizar o ENEM para fins de certificação do Ensino Médio.	Pessoas que não concluíram o ensino médio em idade apropriada e estão fora do sistema escolar e que fizeram o ENEM.
14.	Ministério do Trabalho e Emprego-MTE	Promover a inclusão laboral do segmento populacional beneficiário da lei de cotas, na perspectiva de desenvolvimento social e econômico do Distrito Federal e região do entorno.	Adolescentes com idade máxima de 22 anos e seis meses incompletos que concluir o ensino médio para os cursos FIC.
15.	Secretaria de Educação GDF.	Oferta de educação profissional e tecnológica.	A participação de alunos da 2ª série do ensino médio das escolas públicas do DF , alunos matriculados em escolas publicas do DF nos cursos do IFB.
16.	Secretaria de Estado da Cultura – SCDF.	Cessão de espaço físico para aulas específicas do curso de Licenciatura em Dança.	Alunos de Licenciatura em Dança - IFB
17.	Secretaria de Estado de Educação.	Termo de doação do acervo patrimonial do ex-Colégio Agrícola de Brasília.	<i>Campus Plnatalina - IFB</i>

18.	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do GDF.	Desenvolvimento e operacionalização de projetos de ensino, pesquisa e extensão.	Ambas instituições conveniadas.
19.	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.	Cessão de espaço físico para oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.	Comunidade do DF e entorno.
20.	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do DF (SESCOOP)	Executar ações e programas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão	Comunidade do DF
21.	Centro Universitário UDF.	Estágio	Discentes da IES.
22.	Instituição de Ensino Superior Castelo Branco.	Estágio	Discentes da IES.
23.	Instituição de Ensino Superior Católica da Brasília – UCB.	Estágio	Discentes da IES.
24.	Prefeitura Municipal de Posse do Goiás	Realização do processo seletivo IFB no referido Município	Discentes de Posse - GO
25.	Ministério da Educação e Associação Nacional de Equoterapia	Formação continuada na área da Educação Inclusiva	Docentes
26.	Fundação UnB - FUB	Compartilhar infraestrutura de rede de rádio	<i>Campus Planaltina - IFB</i>
27.	Organização Ibero Americanos - OEI	Intercâmbio educacional, científico e cultural.	Discentes e servidores do IFB e órgãos governamentais.
28.	Secretaria de Estado e Educação	Oferta de educação profissional e tecnológica no centro educacional 07 de Taguatinga	Alunos da 2º serie do ensino médio do Centro Educacional – CED 07 de Taguatinga.

Tabela 8 – Parceiros Internacionais 2012.

ORD.	PARCEIRO	OBJETIVO
2.	Staatliche Ballettschule Berlin und Schule fur Artistik – SBB - Alemanha	Executar ações e programas relacionados ao ensino, pesquisa e extensão nos campos artístico, pedagógico e científico.
2.	Sudanese Bussiness Women Devlopment Centre - SBWDC - Sudão	Executar ações e programas relacionados ao ensino, pesquisa e extensão nas temáticas profissional e tecnológica.

2.	Instituto Politécnico de Santarém – IPS - Portugal	Estimular a investigação conjunta de interesse comum e colaborar mutuamente para o desenvolvimento da docência nas áreas em que ambas estiverem interessadas, promover e facilitar a mobilidade dos docentes, investigadores e discentes.
2.	Centre International d'Estues Pédagogiques – CIEP - França	Conjugação de esforços a fim de estabelecer parceria institucional e operacional visando a realização de objetivos comuns.
2.	Ernst-Abbe-Fachhochschule Jena – EAH Jena - Alemanha	Produzir programas de cooperação nos campos científico, técnico, cultural e pedagógico com a finalidade de estimular e promover o intercâmbio de ensino, pesquisa e extensão.

Tabela 9 – Parceiros Internacionais 2010.

ORD.	PARCEIROS INTERNACIONAIS	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO
1.	College NIAGARA - Canadá	Realização de atividades colaborativas relativas ao ensino, pesquisa e extensão.	Discentes de Brasília e do Canadá, empresas, instituições e órgãos nacionais

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

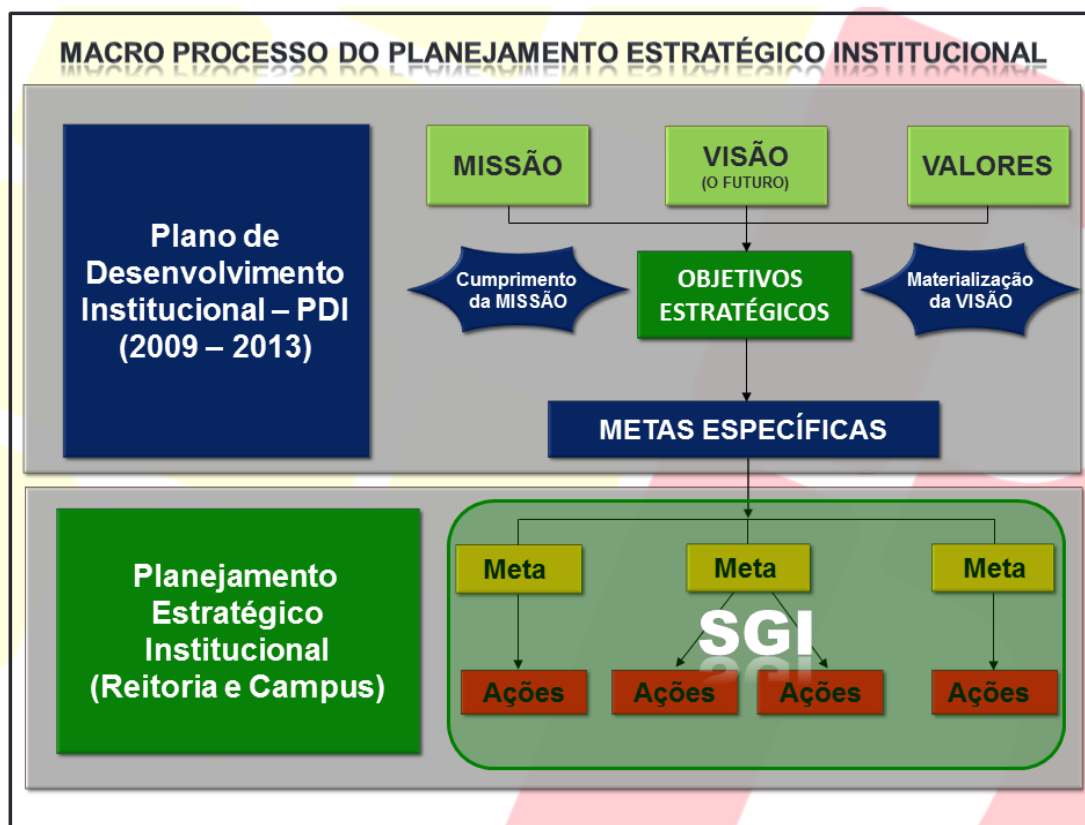
a) Período de abrangência do plano estratégico:

O Planejamento Institucional tem abrangência anual, é elaborado a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2009/2013) e no Termo de Acordo de Metas, firmado entre o Ministério da Educação e o IFB, o Planejamento Institucional tem abrangência anual.

b) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas:

Em observância à Lei nº 10.861, de 14/4/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e dá outras providências, o IFB elaborou seu PDI que dá base para a elaboração de seu planejamento institucional, conforme Figura 1.

Figura 1 – MACROPROCESSO DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL



FONTE: <http://www.ifb.edu.br/reitoria/pro-reitorias/99-desenvolvimento-institucional/3933-planejamento-estrategico->

c) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal:

O PPA 2012-2015 foi elaborado com base em diretrizes oriundas do programa de governo. Entre essas diretrizes destaca-se a visão estratégica que indica em termos gerais o país almejado em horizonte de longo prazo e estabelece, ainda, os macros desafios para o alcance dessa nova realidade de país. Um dos grandes macros desafios é a educação. No âmbito da Educação Profissional foi criado o Programa de Educação Profissional e Tecnológica que dentre seus objetivos cita: expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, afrodescendente, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.

Objetivo: Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Metas

1. Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio em consonância com o PNE 2011-2020;
2. Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020;
3. Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020;
4. Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em formação inicial e continuada e técnico de nível médio;
5. Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

O Programa Educação Profissional e Tecnológica elenca:

1. Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional à distância nas redes de educação profissional e tecnológica;
2. Fomento à expansão e qualificação das redes de educação profissional e tecnológica;
3. Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante.

Nessa perspectiva o Instituto Federal de Brasília colabora com as metas de elevar o número de escolas da rede federal, ampliar matrículas da educação profissional tecnológica. No IFB houve aumento de mais de 50% no quantitativo de matrículas. Sendo que, em 2011 foram 3.888 somando as matrículas de todos os *campi* e modalidades, já em 2012 o total foi de 10.679.

Contudo, além de aumentar os números também é imprescindível articular tais matrículas à elevação de escolaridade e à qualidade do ensino, focando ações para públicos específicos, tais quais mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio de programas como “Mulheres Mil” e “Mulheres na construção”.

d) Demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula;

O planejamento anual segue os eixos e objetivos gerais estabelecidos no PDI.

Tabela 10 – EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI.

EIXOS	OBJETIVOS GERAIS
EDUCAÇÃO	I - Ampliar a oferta de cursos técnicos
	II – Implementar Cursos Superiores
	III - Melhorar a Qualidade do Ensino
	IV - Implementar Pós-Graduação
	V - Estruturar pesquisa tecnológica
	VI - Promover melhorias na gestão pedagógica
	VII - Articular Ensino, Pesquisa e Extensão
GESTÃO	VIII - Ampliar Estrutura Física
	IX - Implementar Programa de Qualidade de Vida
	X - Ampliar Gestão Sistêmica
RELAÇÃO INSTITUCIONAL	XI - Consolidar a marca IFB
	XII – Incrementar a Relação com a Comunidade

e) Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão:

Os objetivos estratégicos foram elaborados a partir da declaração da Missão e Visão deste instituto, definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). São eles:

- I - Ampliar a oferta de cursos técnicos
- II – Implementar Cursos Superiores

- III - Melhorar a Qualidade do Ensino
- IV - Implementar Pós-Graduação
- V - Estruturar pesquisa tecnológica
- VI - Promover melhorias na gestão pedagógica
- VII - Articular Ensino, Pesquisa e Extensão
- VIII - Ampliar Estrutura Física
- IX - Implementar Programa de Qualidade de Vida
- X - Ampliar Gestão Sistêmica
- XI - Consolidar a marca IFB
- XII – Incrementar a Relação com a Comunidade

f) Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos.

Aprimoramento da metodologia de planejamento participativo com implementação controle e avaliação – Ciclo PDCA. O controle é feito cotidianamente pelos gestores do planejamento no âmbito da reitoria e de cada campus por meio do Sistema de Gestão Integrado – SGI/IFB. A avaliação do planejamento ocorre semestralmente por meio de dois Balanços, momento em comunidade acadêmica faz a avaliação das metas, excluindo-as ou reprogramando-as.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

a) Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas:

A avaliação dos riscos é feita no momento dos balanços semestrais, porém de forma ainda incipiente, pois a metodologia está em fase de implantação..

b) Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária;

Os macros processos no âmbito do IFB encontram-se, ainda, em fase formalização e ainda não passaram pela fase de revisão.

c) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc., caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos;

No ano de 2012 foram contratados novos servidores públicos, via concurso de provas e títulos, conforme quadro de pessoal informar quantos eram e ingressaram em 2012, a estrutura tecnológica foi ampliada em consonância com o Plano de Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC do IFB.

d) Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados;

Utiliza-se como ferramenta de divulgação o canal de comunicação “Você Sabia”, informe semanal encaminhado ao e-mail institucional de cada colaborador do IFB, com a temática relacionada ao planejamento.

e) Outras estratégias consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos.

Conceber e adotar métodos sistemáticos de acompanhamento das ações propostas pelas unidades do IFB, bem como capacitar, motivar, comprometer o maior número de pessoas e monitorar o processo de implementação do Plano Estratégico, garantindo a existência de unidades na estrutura organizacional responsável pelo planejamento, tanto nos campi quanto na reitoria e a melhoria contínua do SGI.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

a) Principais avanços do IFB em 2012

O acompanhamento da execução do Planejamento Institucional do IFB possibilitou a identificação dos principais avanços da instituição em 2012:

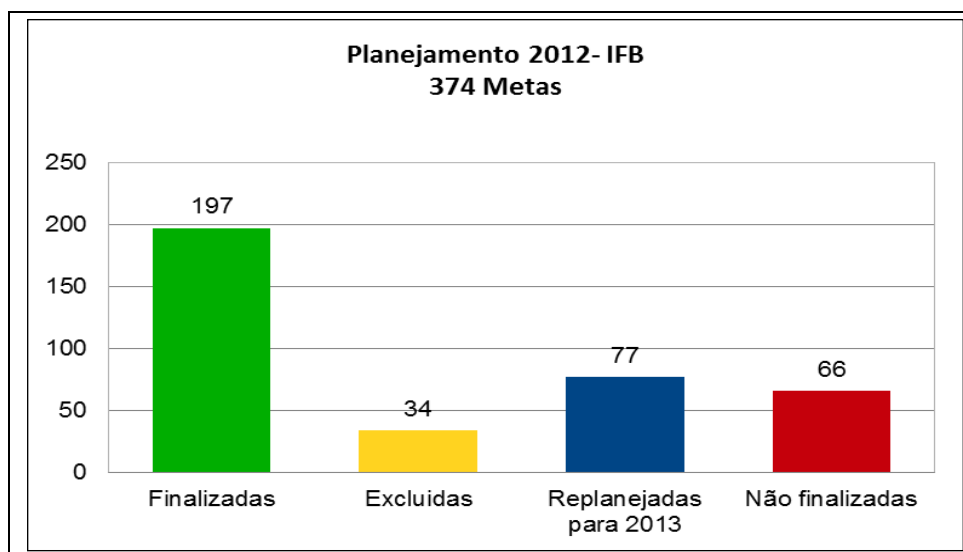
- maior participação de alunos e servidores em eventos externos e capacitações;
- maior transparência através do acesso à informação (Portal do IFB), criação da intranet, implantação da Ouvidoria e do Sistema de Informação ao Cidadão;
- avaliação positiva do curso superior de tecnologia em agroecologia pelo INEP;
- mapeamento dos principais fluxos de processos;
- regulamentação da oferta de cursos PROEJA pela PREN;
- implantação da Licenciatura em Química no Campus Gama;
- aprimoramento da estrutura organizacional; e
- ampliação da oferta de vagas nos cursos de EPT.

b) Resultado das metas planejadas

O Planejamento Institucional 2012 foi aprovado na 11ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada no dia 14 de fevereiro de 2012. O Plano, composto por 325 Metas, fechou o ano com 374 Metas, devido à necessidade das unidades se adequarem ao cumprimento dos documentos norteadores do IFB.

O Planejamento Institucional, após o 2º Balanço do Planejamento, realizado em dezembro de 2012, encerrou-se da seguinte forma:

Gráfico 1 – Balanço final do Planejamento 2012 – IFB.



c) Justificativas

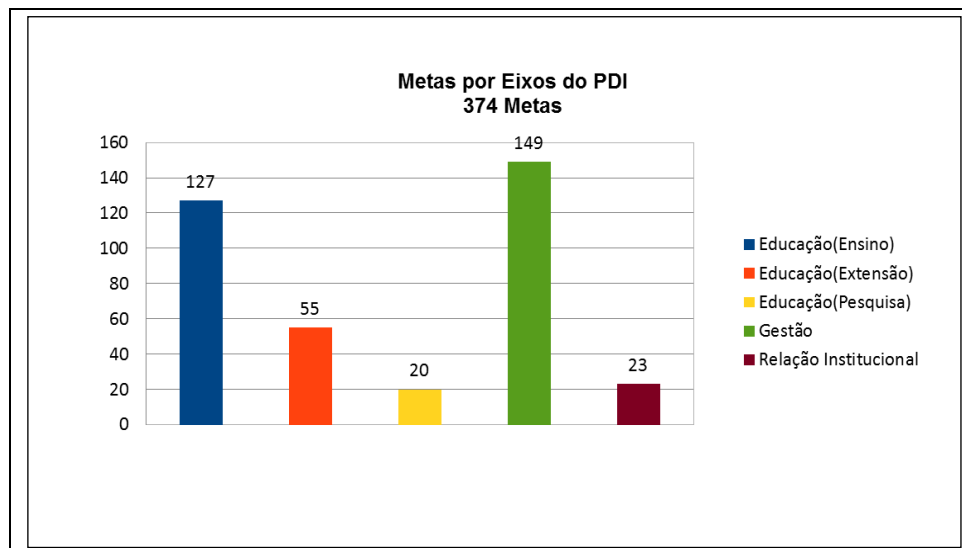
Dentre os fatores que impactaram a execução de algumas metas planejadas para 2012, destacam-se:

- Comprometimento com metas, durante seu planejamento, sem verificar a disponibilidade de recursos necessários para seu cumprimento, quer sejam estes humanos, financeiros que, portanto tiveram que ser replanejadas para 2013 ou excluídas;
- Mudanças que ocorreram na gestão dos *campi* e/ou das unidades da reitoria, que resultaram em mudança de foco e de prioridades ao longo do ano;
- Atrasos nas obras impossibilitando ou dificultando o cumprimento de objetivos traçados;
- Falta de integração, em alguns momentos, entre as metas dos *campi* e das pró-reitorias, dificultando a mútua colaboração entre estes para maximizar os resultados de cada unidade, bem como do IFB como um todo;
- Demora na definição de uma “matriz de atribuições” e falta de um plano de capacitação macro;
- Falta de um mapeamento dos fluxos de processos de cada unidade que facilitem o andamento concomitante das atividades rotineiras de cada setor com o atingimento das metas e ações propostas ao mesmo.

d) Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos constantes no PDI vigente

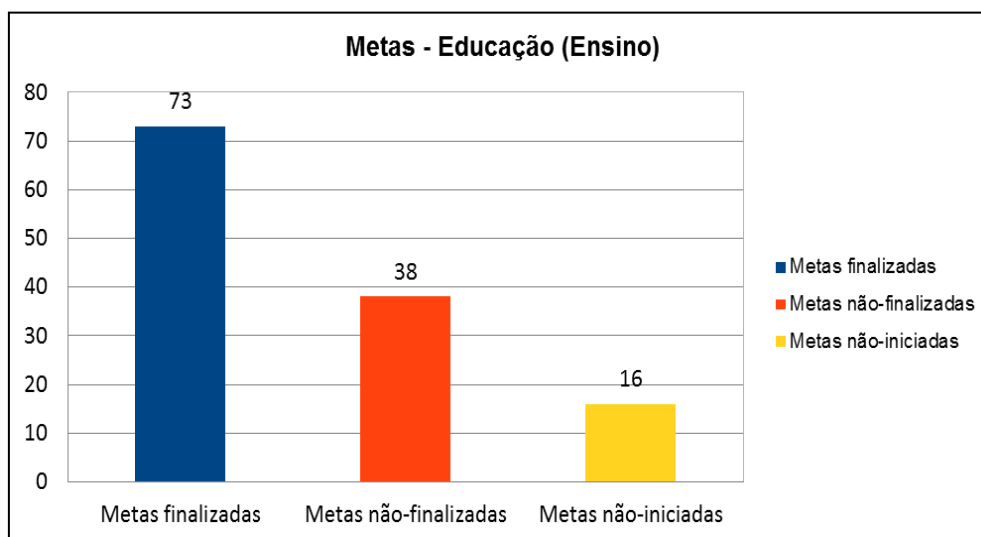
Em 2012 todas as 374 metas foram definidas para atender os objetivos estratégicos, distribuídos da seguinte forma dentro dos cinco Eixos do PDI:

Gráfico 2 – Total de Metas 2012 por Eixo do PDI



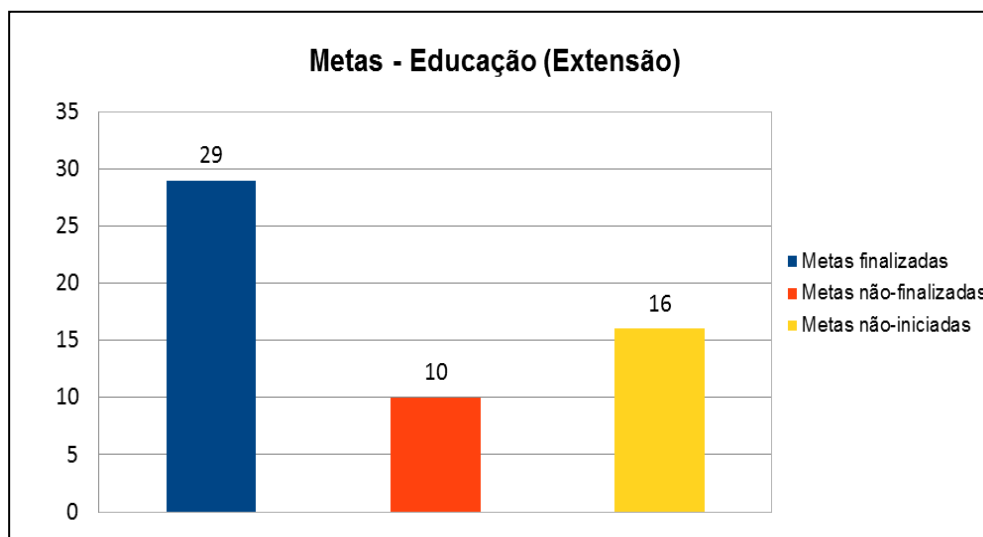
Dentre as 127 metas relacionadas ao Eixo Educação (Ensino), 57% foram finalizadas, 30% não finalizadas e 13% não foram iniciadas, sendo que destas 5 metas foram replanejadas para 2013 e 8 metas foram excluídas por estarem fora do escopo de atuação das unidades que as definiram.

Gráfico 3 – Total de Metas do Eixo Educação (Ensino).



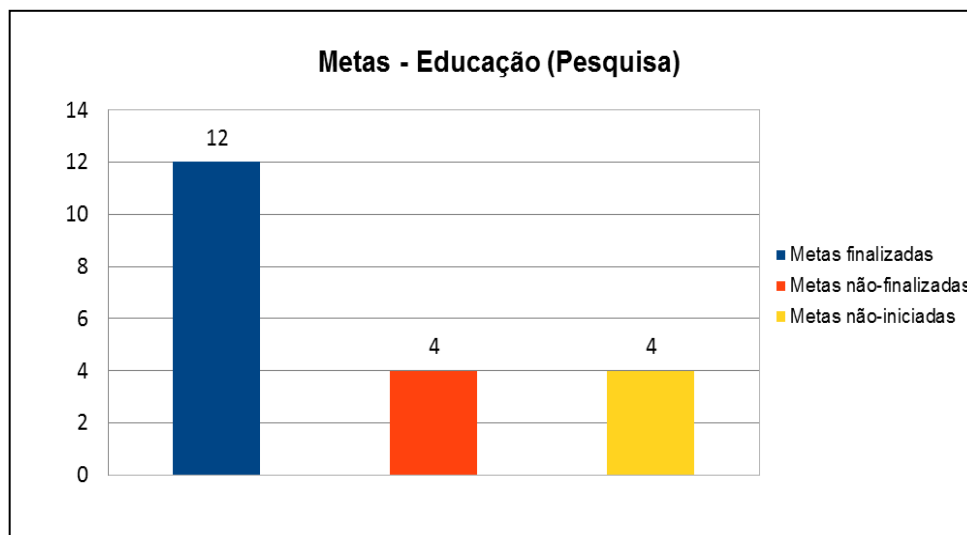
A situação final das 55 metas do Eixo Educação (Extensão) evidencia que 53% foram finalizadas, 18% não finalizadas e 29% não foram iniciadas, sendo que destas 2 metas foram replanejadas para 2013 e 7 foram excluídas por estarem fora do escopo de atuação das unidades que as definiram.

Gráfico 4 – Total de Metas do Eixo Educação (Extensão).



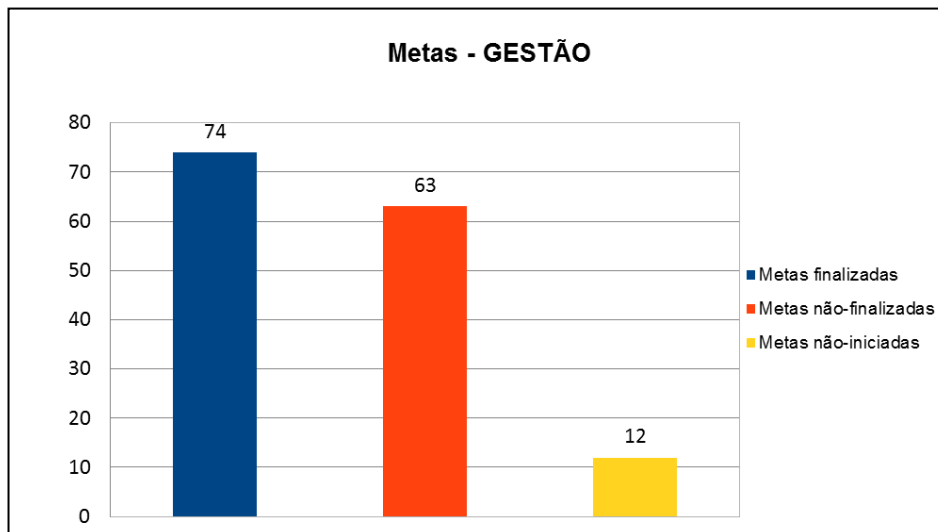
No que se refere ao Eixo Educação (Pesquisa), 60% das 20 metas foram finalizadas, 20% não finalizadas e 20% não foram iniciadas, sendo que destas uma meta foi replanejada para 2013 e duas metas foram excluídas por estarem fora do escopo de atuação das unidades que as definiram.

Gráfico 5 – Total de Metas do Eixo Educação (Pesquisa).



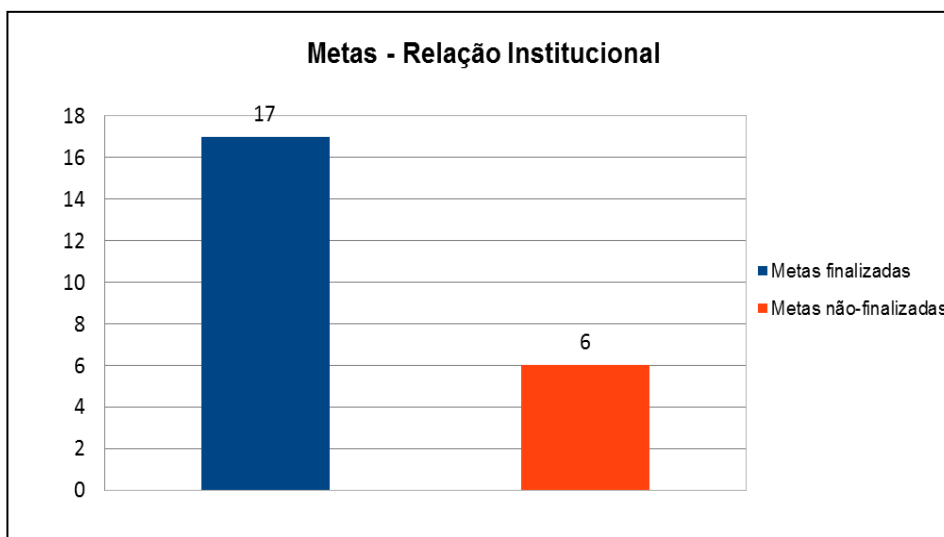
Com relação ao eixo com maior número de metas (149), Gestão, 50% delas foram finalizadas, 42% não finalizadas e 8% não foram iniciadas, sendo que destas 4 metas foram replanejadas para 2013 e 4 metas foram excluídas por estarem fora do escopo de atuação das unidades que as definiram.

Gráfico 6 – Total de Metas do Eixo Gestão.



Já das 23 metas referente ao Eixo Relação Institucional, 74% das metas foram finalizadas, 26% não finalizadas, sendo que destas uma meta foi replanejada para 2013.

Gráfico 7 – Total de Metas do Eixo Relação Institucional.



Em 2013, último ano de vigência do PDI do IFB, faz-se necessário direcionar o planejamento institucional para o fechamento dos objetivos estratégicos julgados pertinentes na atual situação do IFB, bem como avaliar o PDI 2009-2013 para elaborar criticamente o PDI 2014/2018.

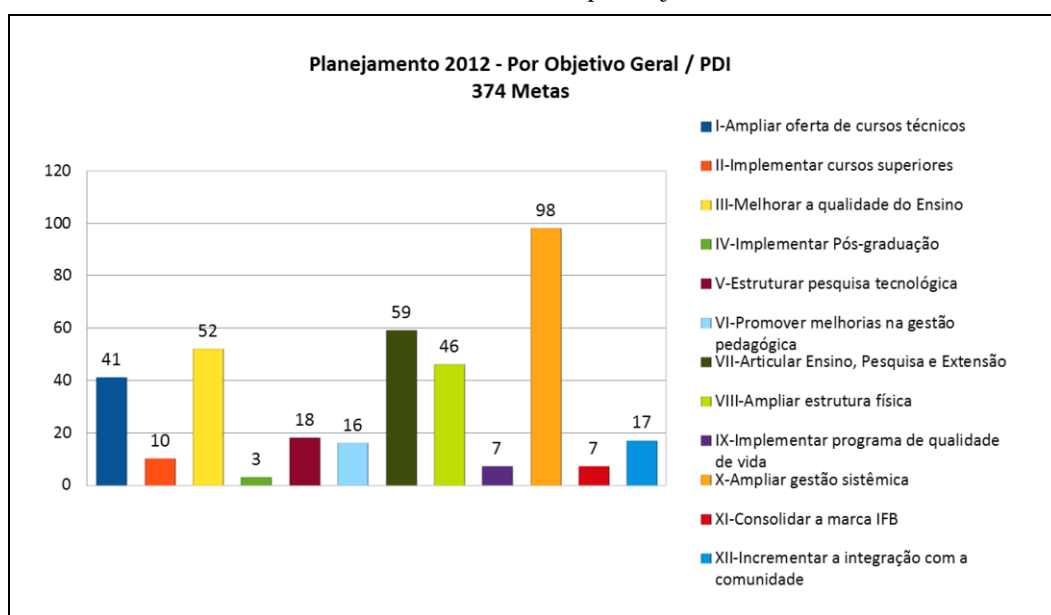
Análise dos Indicadores frente ao PDI do IFB.

Os Objetivos Gerais do PDI foram definidos para que cada unidade do IFB descrevesse ações e metas a serem devolvidos para o alcance desses objetivos, com o intuito de materializar a Visão do Instituto.

No Plano de Metas 2012 observa-se um destaque para o objetivo geral: Ampliar gestão sistêmica. Esse grande número de metas justifica-se pelo momento que o IFB definir normas e procedimentos importantes para a definição do seu modelo de gestão. Vale destacar também a ampliação da articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão, esse objetivo diretamente ligado a Missão do IFB.

No gráfico abaixo se pode observar a quantidade de Metas dentro de cada Objetivo Geral do PDI:

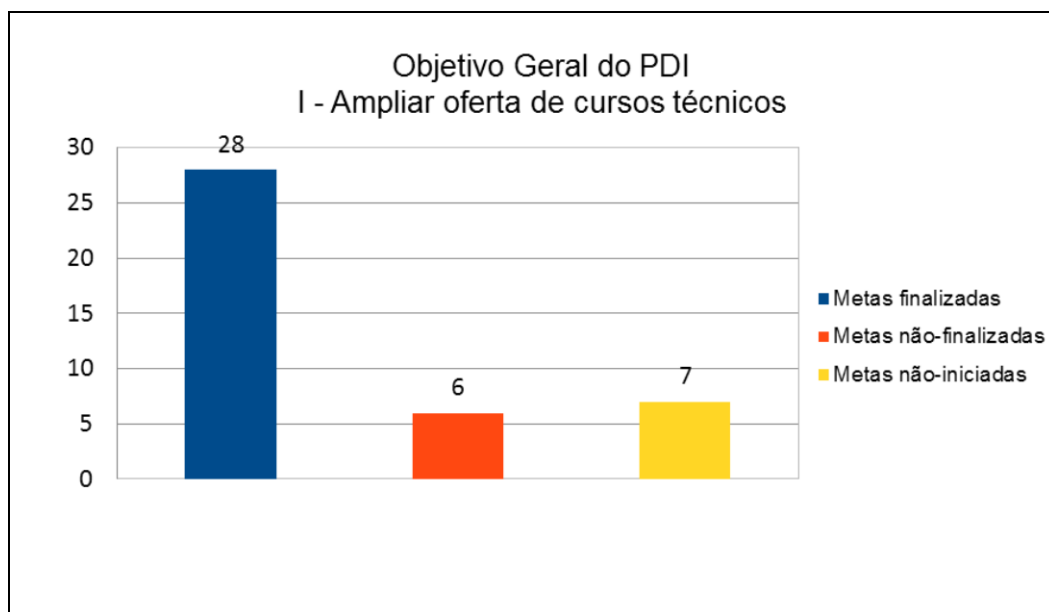
Gráfico 8 – Total de Metas 2012 por Objetivo Geral PDI



Todas as unidades do IFB contribuíram em 2012 para contemplar os objetivos estratégicos, obtendo-se os seguintes resultados:

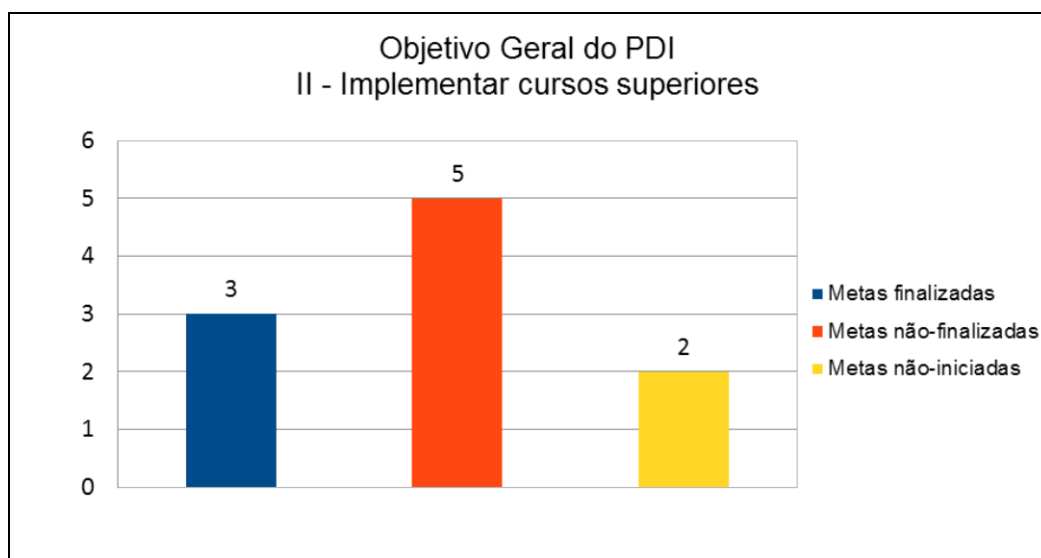
Objetivo Geral: Ampliar oferta de cursos técnicos: 68% das metas foram finalizadas, 15% não finalizadas e 17% não foram iniciadas, sendo destas, 6 metas foram Replanejadas para o ano de 2013.

Gráfico 9 – Situação final – Objetivo Geral: Ampliar oferta de cursos técnicos.



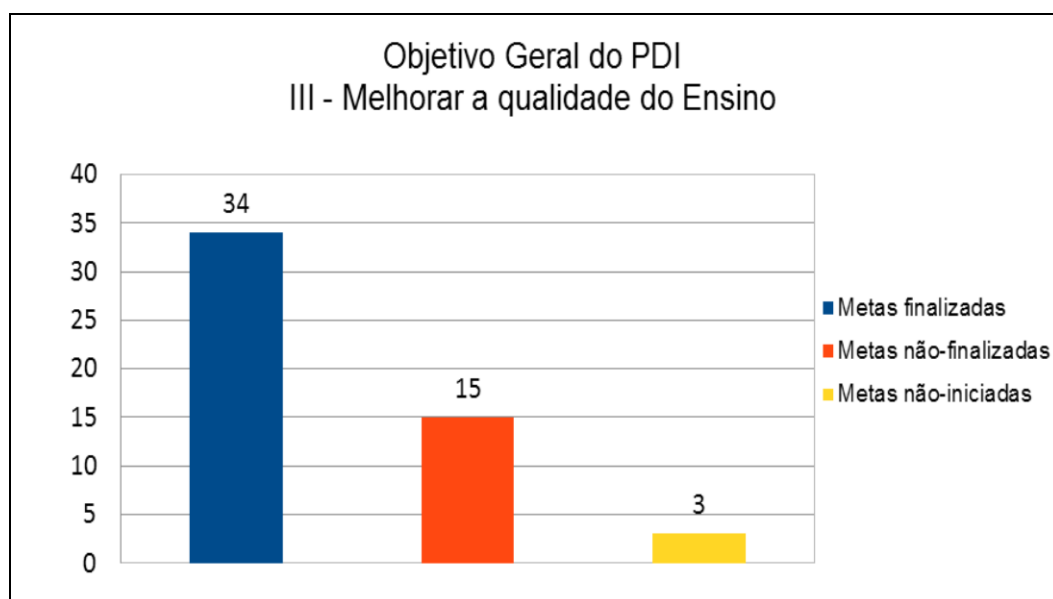
Objetivo Geral: Implementar cursos superiores: 30% das metas foram finalizadas, 50% não finalizadas e 20% não foram iniciadas, sendo que as 2 metas foram excluídas por estarem fora do escopo de atuação das unidades que as definiram.

Gráfico 10– Objetivo Geral: Implementar cursos superiores.



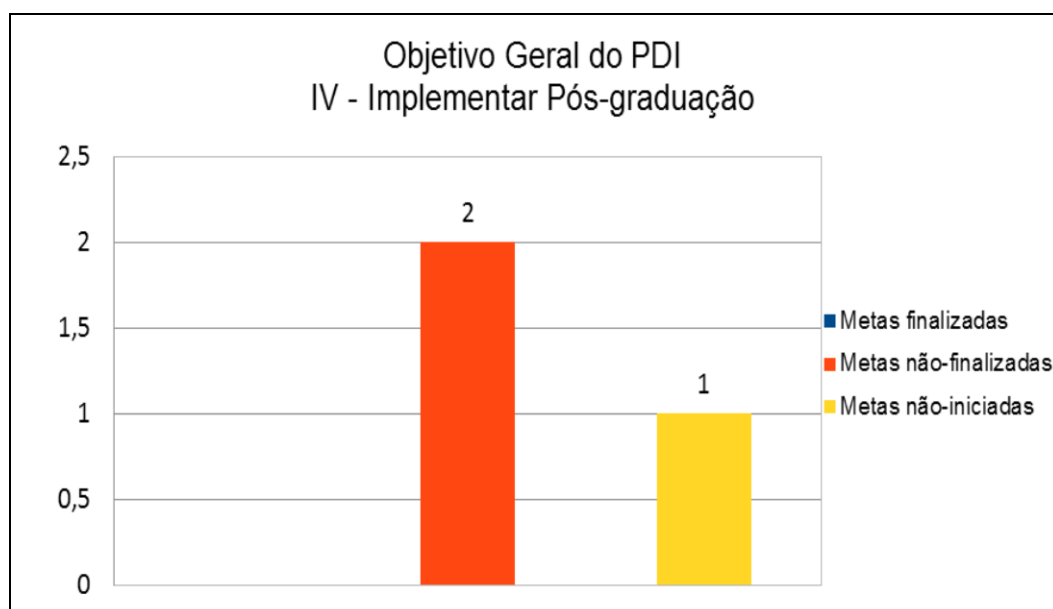
Objetivo Geral: Melhorar a qualidade do Ensino: 65% das metas foram finalizadas, 29% não finalizadas e 6% não foram iniciadas, sendo que destas, 2 metas foram excluídas por estarem fora do escopo de atuação das unidades que as definiram.

Gráfico 11 – Situação final – Objetivo Geral: Melhorar a qualidade do Ensino.



Objetivo Geral: Implementar Pós-Graduação: 67% das metas foram não finalizadas e 33% não foram iniciadas, sendo que as metas não finalizadas foram replanejadas para o ano de 2013 e a meta não iniciada estava fora do escopo do que a unidade planejava para 2012.

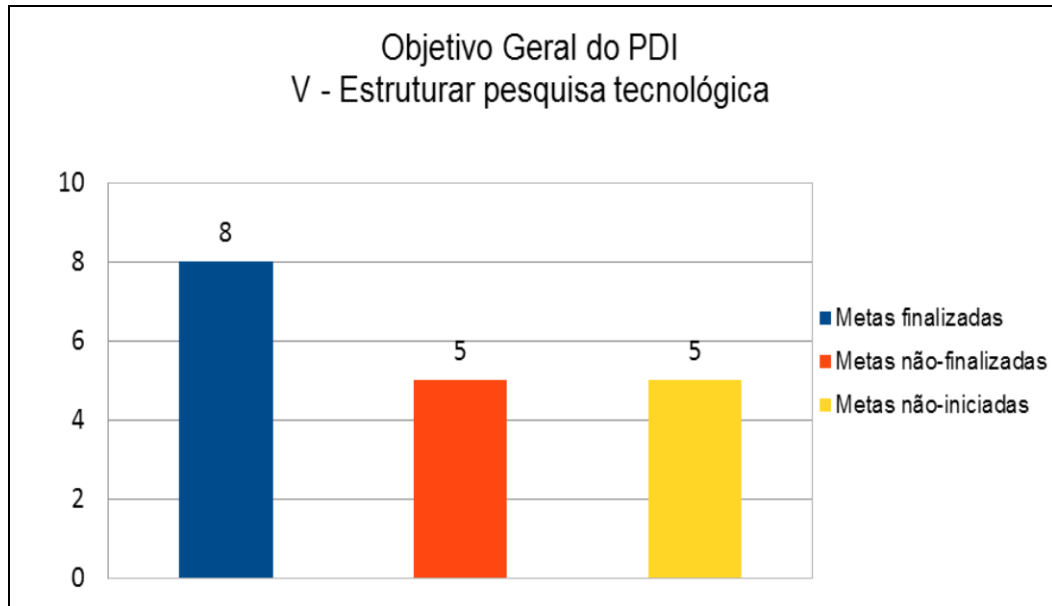
Gráfico 12 – Situação final – Objetivo Geral: Implementar Pós-Graduação.



Objetivo Geral: Estrutura pesquisa tecnológica: 44% das metas foram finalizadas, 28% não finalizadas e 28% não foram iniciadas, sendo que destas, 2 metas foram excluídas por estarem

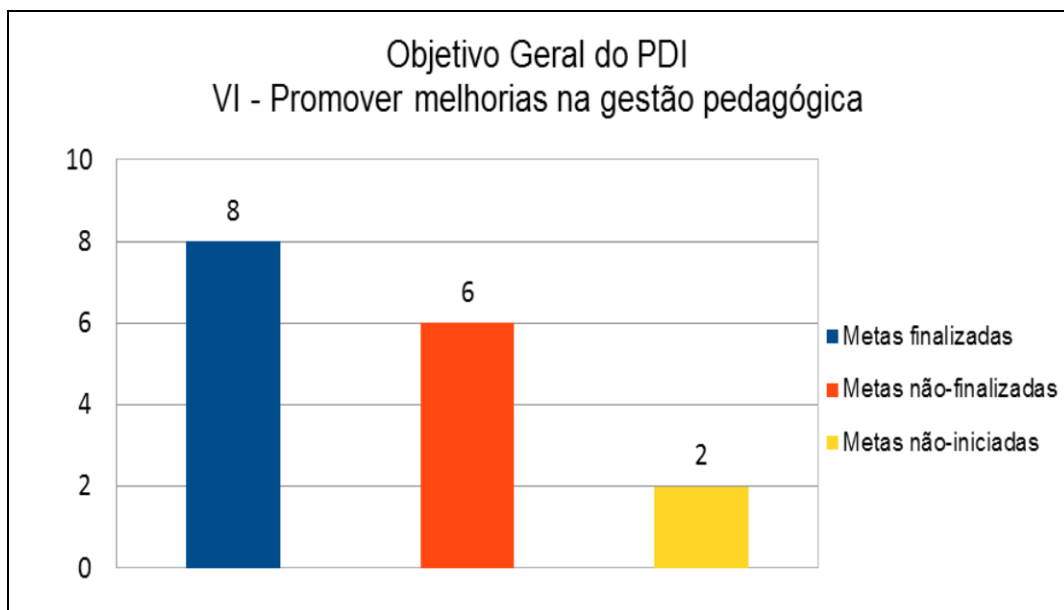
foram do escopo de atuação das unidades que as definiram e uma meta foi replanejada para o ano de 2013.

Gráfico 13 – Situação final – Objetivo Geral: Estrutura pesquisa tecnológica.



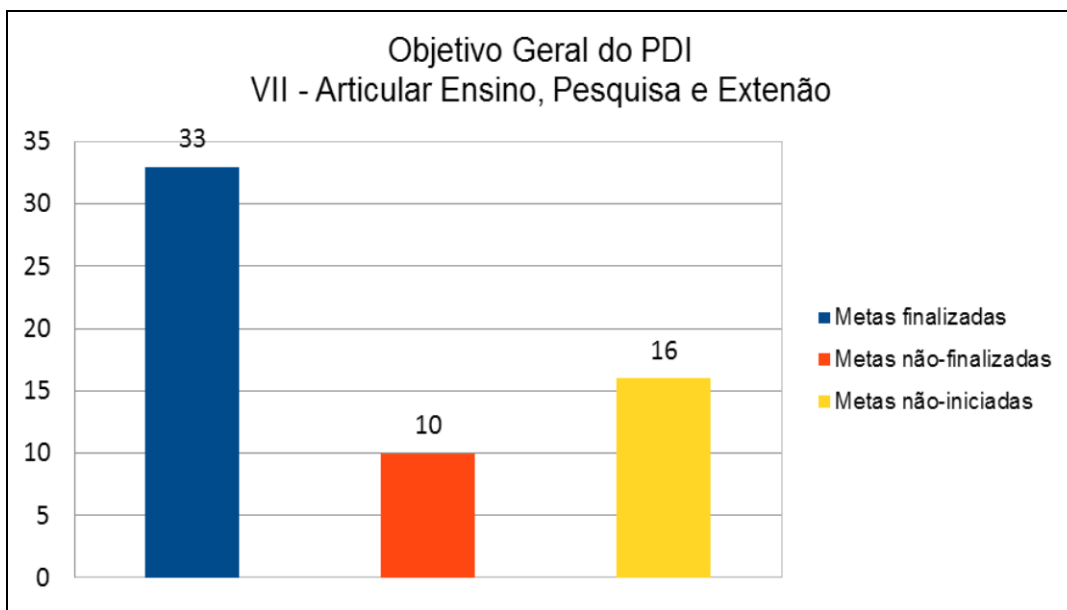
Objetivo Geral: Promover melhorias na gestão pedagógica: 50% das metas foram finalizadas, 37% não finalizadas e 13% não foram iniciadas, sendo que destas, uma meta foi excluída por está fora do escopo de atuação da unidade que a definiu e uma meta foi replanejada para o ano de 2013.

Gráfico 14 – Situação final – Objetivo Geral: Promover melhorias na gestão pedagógica



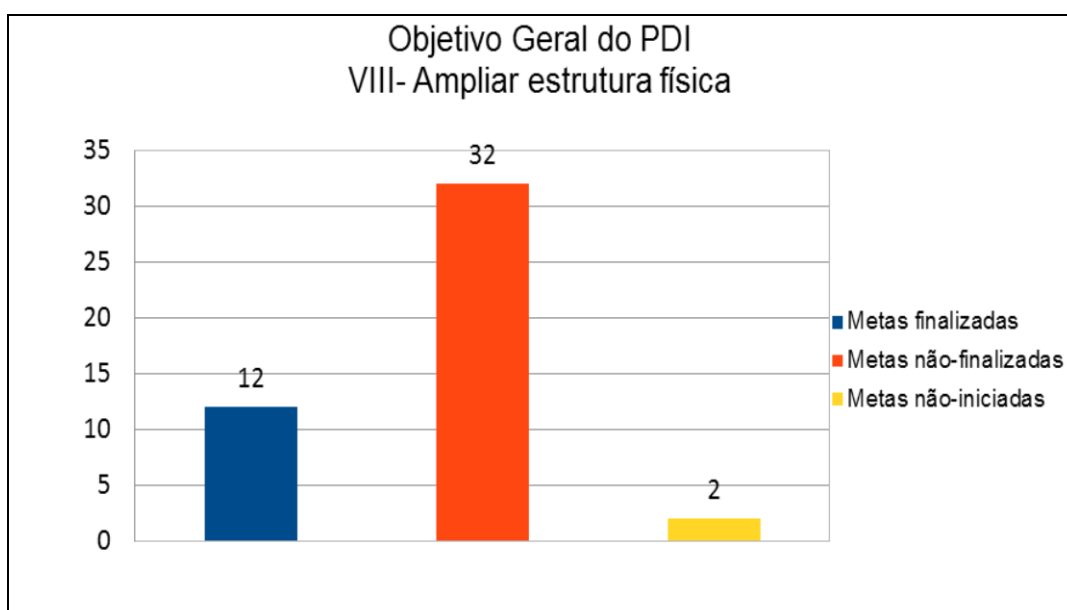
Objetivo Geral: Articular Ensino, Pesquisa e Extensão: 56% das metas foram finalizadas, 17% não finalizadas e 27% não foram iniciadas, sendo que destas, 10 metas foram excluídas por está fora do escopo de atuação da unidade que a definiu e 3 metas foram Replanejadas para o ano de 2013.

Gráfico 15– Situação final – Objetivo Geral: Articular Ensino, Pesquisa e Extensão.



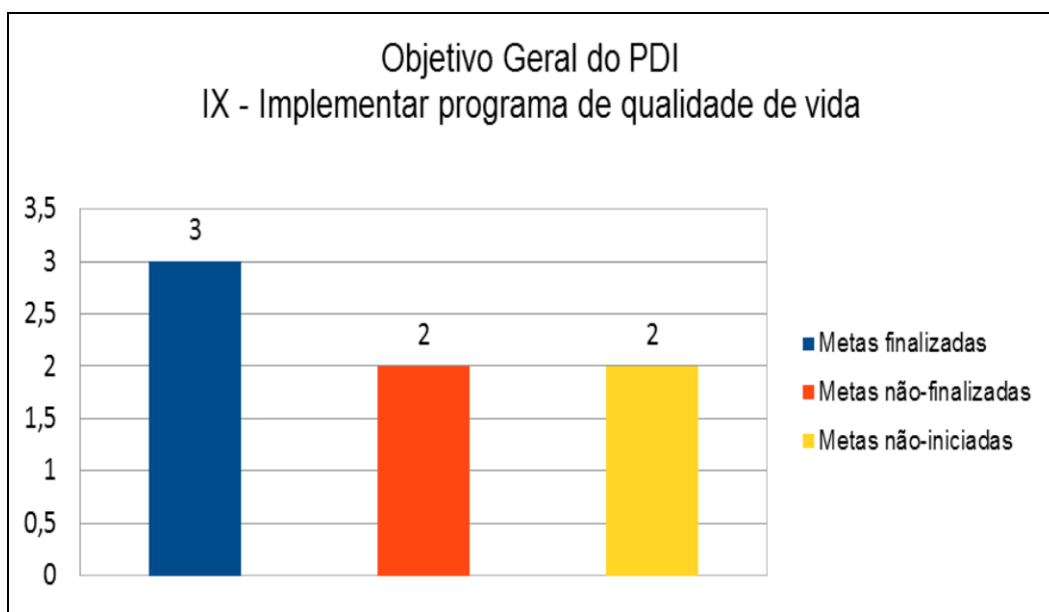
Objetivo Geral: Ampliar estrutura física: 26% das metas foram finalizadas, 70% não finalizadas e 4% não foram iniciadas, sendo que destas, uma meta foi excluída por está fora do escopo de atuação da unidade que a definiu e uma meta foi replanejada para o ano de 2013.

Gráfico 16 – Situação final - Objetivo Geral: Ampliar estrutura física.



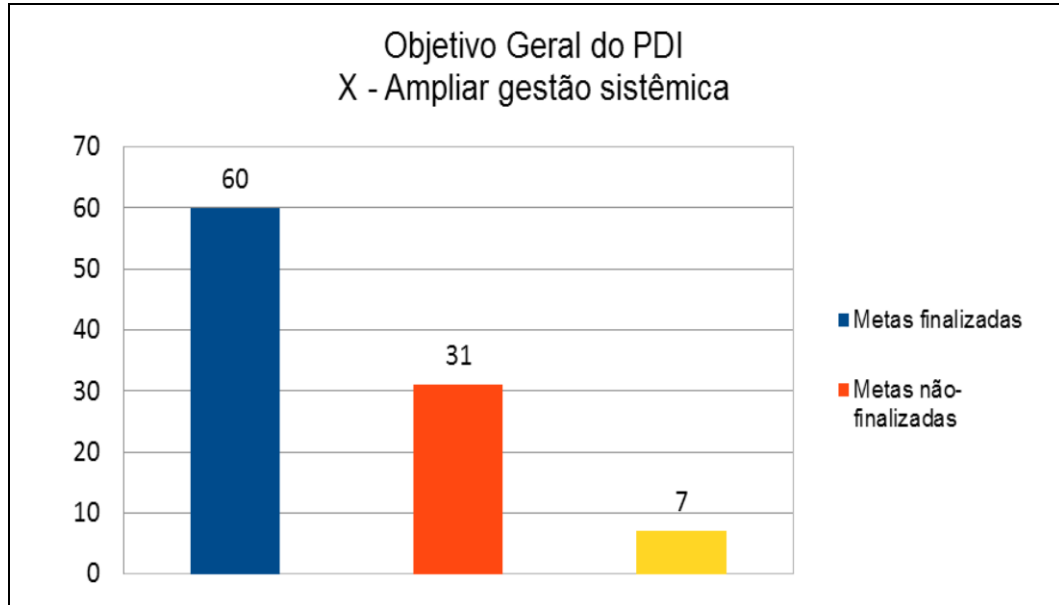
Objetivo Geral: Implementar programa de qualidade de vida: 43% das metas foram finalizadas, 28% não finalizadas e 29% não foram iniciadas, sendo que destas, uma meta não foi iniciada por está fora do escopo de atuação da unidade que a definiu e uma meta foi replanejada para o ano de 2013.

Gráfico 17 – Situação final – Objetivo Geral: Implementar programa de qualidade de vida.



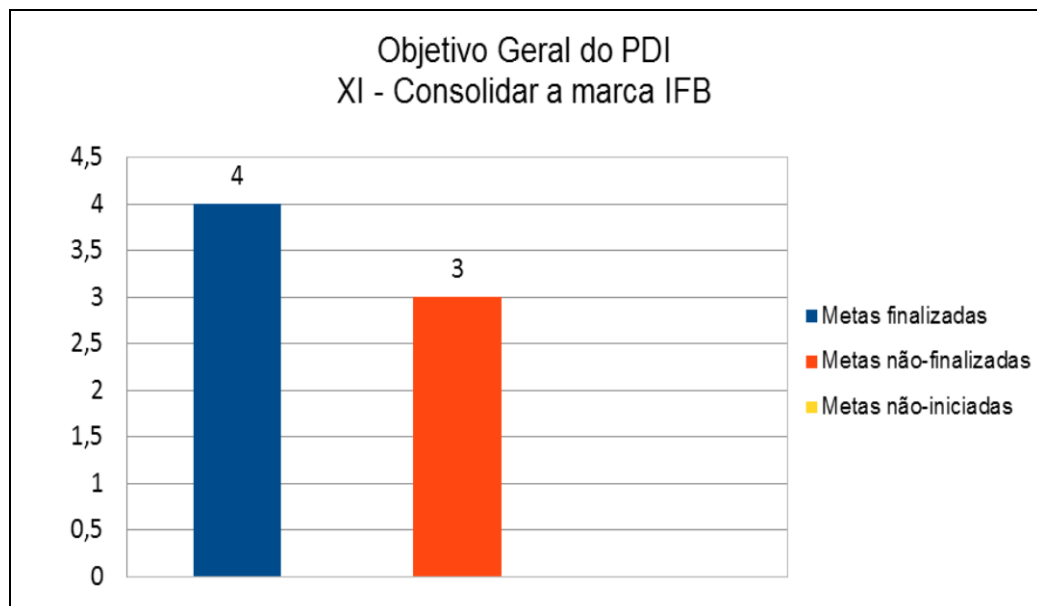
Objetivo Geral: Ampliar gestão sistêmica: 61% das metas foram finalizadas, 32% não finalizadas e 7% não foram iniciadas, sendo que destas, 2 metas foram excluídas por está fora do escopo de atuação da unidade que a definiu e 2 metas foram replanejadas para o ano de 2013.

Gráfico 18 – Situação final – Objetivo Geral: Ampliar gestão sistêmica.



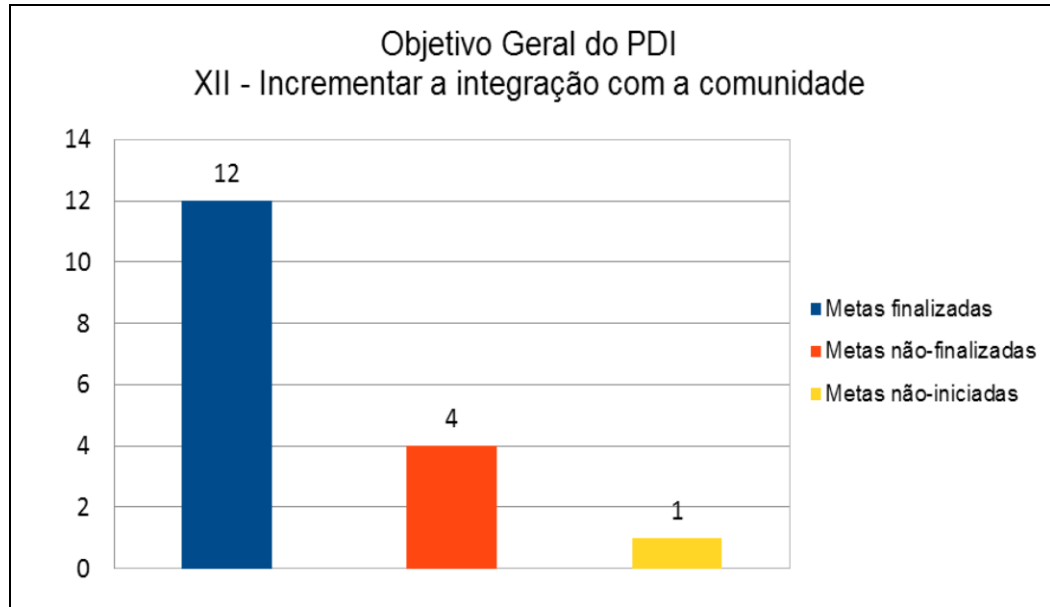
Objetivo Geral: Consolidar a marca IFB: 57% das metas foram finalizadas, 43% não finalizadas, sendo que destas, 2 metas tiveram percentual de execução maior que 70%.

Gráfico 19– Situação final – Objetivo Geral: Consolidar a marca IFB.



Objetivo Geral: Incrementar a integração com a comunidade: 71% das metas foram finalizadas, 23% não finalizadas e 6% não foram iniciadas, sendo que a meta não foi iniciada por está fora do escopo de atuação da unidade que a definiu.

Gráfico 20 – Situação final – Objetivo Geral: Incrementar a integração com a comunidade.



2.4 INDICADORES

2.4.1 Indicadores do Acordo de Metas da SETEC - Tabela de Indicadores Gerais – Metas e Compromissos.

Cursos FIC:

Tabela 11 – Indicadores – Cursos FIC.

INDICADORES CURSO FIC		PREVISTO				EXECUTADO			
		2012/1	%	2012/2	%	2012/1	% da meta	2012/2	% da meta
Número de Turmas (NCFIC)	Total	71	100,00%	65	100,00%	84	118,30%	78	120,00%
	Outros FIC	71	100,00%	65	100,00%	84	118,30%	76	120,00%
	Noturno	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Vagas Semestrais (NVFIC)	Total	270	100,00%	158	100,00%	2320	859,25%	1114	705,06%
	Outros FIC	270	100,00%	158	100,00%	2320	859,25%	1114	705,06%
	Noturno	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00	0,00%
Matrículas Projetadas (MPFIC)	Total	304	100,00%	192	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Outros FIC	304	100,00%	192	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Noturno	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Matrículas Efetivadas (MEFIC)	Total	206,72	100,00%	136,32	100,00%	2979	1441,00%	1402	1028,46%
	Outros FIC	206,72	100,00%	136,32	100,00%	2979	1441,00%	1402	1028,46%
	Noturno	0	0,00%	0	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Alunos Concluintes (ACFIC)	Total	183,6	100,00%	113,76	100,00%	737	401,41%	347	305,02%
	Outros FIC	183,6	100,00%	113,76	100,00%	737	401,41%	347	305,02%
	Noturno	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: MEC.

Cursos Técnicos:

Tabela 12 – Indicadores – Cursos Técnicos.

INDICADORES – CURSOS TÉCNICOS		PREVISTO				EXECUTADO			
		2012/1	%	2012/2	%	2012/1	% da meta	2012/2	% da meta
Número de Turmas (NCT)	Total	102	100,0%	114	100,0%	15	14,70%	38	33,33%
	Integrado	21	20,6%	19	16,7%	2	1,96%	0	0,00%
	Concomitante	12	11,8%	12	10,5%	0	0,00%	0	0,00%
	Subsequente	58	56,9%	69	60,5%	13	12,75%	36	31,56%
	Proeja	11	10,8%	14	12,3%	0	0,00%	2	1,75%
	Noturno	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%	0	0,00%
Vagas Semestrais (NVT)	Total	1560	100,0%	920	100,0%	1137	72,88%	2537	275,76%
	Integrado	480	30,6%	0	0,0%	90	5,73%	0	0,00%
	Concomitante	160	10,3%	40	4,3%	0	0,00%	0	0,00%
	Subsequente	760	48,7%	760	82,6%	1047	67,09%	2497	271,38%
	Proeja	160	10,3%	120	13,0%	0	0,00%	40	4,33%
	Noturno	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%	0	0,00%
Matrículas Projetadas (MPT)	Total	4000	100,0%	4480	100,0%	0	0,00%	0	0,00%
	Integrado	840	21,0%	760	17,0%	0	0,00%	0	0,00%
	Concomitante	400	10,0%	400	8,9%	0	0,00%	0	0,00%
	Subsequente	2320	58,0%	2760	61,6%	0	0,00%	0	0,00%
	Proeja	440	11,0%	560	12,5%	0	0,00%	0	0,00%
	Noturno	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%	0	0,00%
Matrículas Efetivadas (MET)	Total	2720	100,0%	3180,8	100,0%	1710	62,86%	3883	122,07%
	Integrado	571,2	21,0%	539,6	17,0%	85	3,12%	0	0,00%
	Concomitante	272	10,0%	284	8,9%	0	0,00%	0	0,00%
	Subsequente	1577,6	58,0%	1956,6	61,6%	1625	59,74%	3883	122,24%
	Proeja	299,2	11,0%	397,6	12,5%	0	0,00%	0	0,00%
	Noturno	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%	0	0,00%
Alunos Concluintes (ACT)	Total	299,2	100,0%	518,4	100,0%	89	29,74%	164	31,63%
	Integrado	54,4	18,2%	0	0,0%	0	0,00%	0	0,00%
	Concomitante	27,2	9,1%	86,4	16,7%	0	0,00%	0	0,00%
	Subsequente	217,6	72,7%	345,6	66,7%	0	0,00%	0	0,00%
	Proeja	0	0,00%	86,4	16,70%	0	0,00%	0	0,00%
	Noturno	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: MEC.

Cursos de Graduação:

Tabela 13 – Indicadores – Curso de Graduação.

INDICADORES – CURSOS DE GRADUAÇÃO		PREVISTO				EXECUTADO			
		2012/1	%	2012/2	%	2012/1	% da meta	2012/2	% da meta
Número de Turmas (NCG)	Total	24	100,0%	36	100,0%	2	8,33%	2	5,55%
	CST	16	66,7%	23	63,9%	1	4,16%	1	2,77%
	Licenciatura Ciências	1	4,2%	2	5,6%	1	4,20%	1	2,80%
	Licenciatura Tecnologia	7	29,2%	11	30,6%	0	0,00%	0	0,00%
Vagas Semestrais (NVG)	Total	560	100,0%	480	100,0%	170	30,35%	206	42,91%
	CST	360	64,3%	280	58,3%	50	8,93%	86	17,90%
	Licenciatura Ciências	40	7,1%	40	8,3%	120	21,42%	120	24,99%
	Licenciatura Tecnologia	160	28,6%	160	33,3%	0	0,00%	0	0,00%
Matrículas Projetadas (MPG)	Total	960	100,0%	1440	100,0%	0	0,00%	0	0,00%
	CST	640	66,7%	920	63,9%	0	0,00%	0	0,00%
	Licenciatura Ciências	40	4,2%	80	5,6%	0	0,00%	0	0,00%
	Licenciatura Tecnologia	280	29,2%	440	30,6%	0	0,00%	0	0,00%
Matrículas Efetivadas (MEG)	Total	652,8	100,0%	1022,4	100,0%	171	26,19%	516	50,46%
	CST	435,2	66,7%	653,2	63,9%	70	10,72%	210	20,54%
	Licenciatura Ciências	27,2	4,2%	56,8	5,6%	101	15,46%	306	29,92%
	Licenciatura Tecnologia	190,4	29,2%	312,4	30,6%	0	0,00%	0	0,00%
Alunos Concluintes (ACG)	Total	0	0,00%	28,8	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
	CST	0	0,00%	28,8	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Licenciatura Ciências	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Licenciatura Tecnologia	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: MEC.

Cursos de Pós-Graduação:

Tabela 14 – Indicadores – Cursos de Pós-Graduação.

INDICADORES – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO		PREVISTO				EXECUTADO			
		2012/1	%	2010/2	%	2010/1	% da meta	2012/2	% da meta
Número de Turmas (NCPG)	Total	4	100,00%	4	100,00%	2	50,00%	2	50,00%
	Especialização para Professores	1	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Outras pós-graduações	3	75,00%	4	100,00%	2	50,00%	2	50,00%
Vagas Semestrais (NVPG)	Total	130	100,00%	40	100,00%	30	23,07%	38	95,00%
	Especialização para Professores	30	23,10%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Outras pós-graduações	100	76,90%	40	100,00%	30	23,07%	38	95,00%
Matrículas Projetadas (MPPG)	Total	130	100,00%	140	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Especialização para Professores	30	23,10%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Outras pós-graduações	100	76,90%	140	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Matrículas Efetivadas (MEPG)	Total	88,4	100,00%	99,4	100,00%	38	42,98%	116	116,70%
	Especialização para Professores	20,4	23,10%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Outras pós-graduações	68	76,90%	99,4	100,00%	38	42,98%	116	116,70%
Alunos Concluintes (ACPG)	Total	20,4	100,00%	28,8	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Especialização para Professores	20,4	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Outras pós-graduações	0	0,00%	28,8	100,00%	4	0,00%	0	0,00%

Fonte: MEC.

2.4.2 Indicadores adotados pelo IFB

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

A Tabela 1 demonstra a evolução da quantidade de cotas de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2010, 2011 e 2012. A análise dos indicadores apresenta evolução positiva visto que foram concedidas bolsas no âmbito dos programas de Iniciação Científica, modalidade Ensino Médio, e nas Ações Afirmativas.

Tabela 15 – Cotas de bolsas de Iniciação Científica (IC), Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (IC-Af), Iniciação Científica, Ensino Médio (IC-EM) e Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (ITI) por ano.

Programa	2010	2011	2012	Total Resultado
PIBIC		3	3	6
PIBIC-Af			3	3
PIBIC-EM			30	30
PIBITI	6	11	10	27
Total Resultado	6	14	46	66

A Tabela 2 demonstra a evolução do número de estudantes do IFB bolsistas do programa Ciências sem Fronteiras, criado em 2011 pelo Governo Federal. A análise desse dado apresenta a evolução positiva da participação do IFB nesse programa, que possui alto grau de exigência para o recebimento de bolsas de estudo.

Tabela 16 – Bolsistas no programa Ciências sem Fronteiras.

Indicador	2011	2012
Bolsistas	0	2

A Tabela 3 demonstra o número de depósitos do IFB no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). A análise desse dado apresenta o desenvolvimento das ações relativas à Inovação Tecnológica.

Tabela 17 – Número de depósitos no INPI.

Indicador	2010	2011	2012
Depósitos de registros de programas de computador no INPI	0	0	1

A Tabela 4 demonstra o número de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* ministrados pelo IFB por ano. Em 2010 os cursos criados foram “Especialização em PROEJA” e “Especialização em Educação Profissional”. Em 2011, o IFB contou com a criação da Especialização em Agroecologia e Cooperativismo e em 2012 foi criado o curso de Especialização em Gestão Pública.

Tabela 18 – Números dos cursos de Pós-graduação ofertados por ano.

Indicador	2010	2011	2012
Cursos de Pós-graduação Lato Sensu ofertados	2	3	4

A Tabela 5 demonstra informações correntes dos grupos de pesquisa do IFB extraídas do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq.

Tabela 19 – Referenciais correntes de grupos de pesquisa (dez/2012).

Indicador	Quantidade
Grupos de pesquisa	33
Pesquisadores(P)	172
Doutores (D)	43
Estudantes (E)	96
Técnicos (T)	8
Linhas de pesquisa (L)	95
Pesquisadores/Grupos	5,2
Doutores/Grupo	1,3
Estudantes/Grupo	2,9
Técnicos /Grupo	0,2
Linhas de pesquisa/Grupo	2,9

A Tabela 6 apresenta o número de grupos de pesquisa criados por ano em cada área do conhecimento, sendo que a Tabela 7 demonstra a evolução cumulativa dos números de criação dos grupos de pesquisa.

Tabela 20 – Criação de grupos de pesquisa por ano e área do conhecimento.

Grande área do conhecimento	2010	2011	2012	Total Resultado
Ciências Agrárias	3	1	1	5
Ciências Biológicas	0	1	1	2
Ciências Exatas e da Terra	0	0	2	2

Ciências Humanas	1	3	2	6
Ciências Sociais Aplicadas	1	3	0	4
Engenharias	3	6	3	12
Linguística, Letras e Artes	2	3	0	5
Total Resultado	10	17	9	36

Tabela 21 – Evolução do número de grupos de pesquisa por ano (cumulativo).

	2010	2011	2012
Grupos de pesquisa	10	27	36

Nos últimos três anos foram lançados 4 editais relacionados à pesquisa e inovação, sendo 1 em 2010, de Iniciação Científica; 2 em 2011 (Editais N° 35 e 36 - contemplaram trabalhos de pesquisa e publicação, respectivamente) e 1 edital em 2012, (publicação - Edital n° 144/2012).

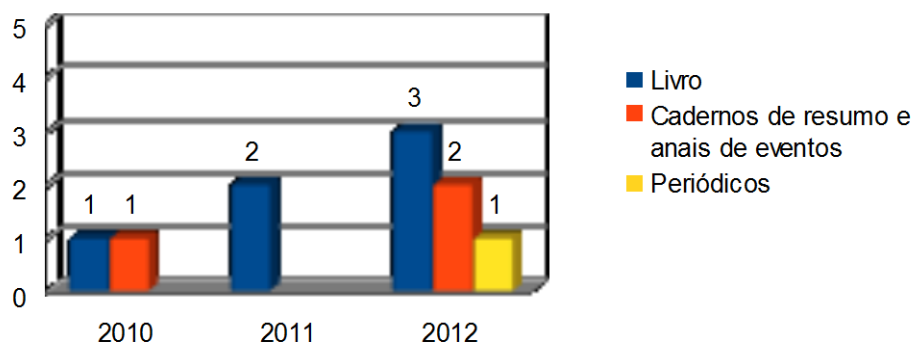
Tabela 22 – Número de editais internos promovidos pela PRPI.

	2010	2011	2012
Editais	1	2	1

Tabela 23 – Publicações impressas por ano.

Tipo	2010	2011	2012
Livro	1	2	3
Periódicos	0	0	1
Cadernos de resumo e anais de eventos	1	0	2

Gráfico 21 – Publicações impressas – Por ano.



Em 2010 foram publicados:

- Anais Eletrônico do Fórum PROEJA Centro Oeste e o livro: Educação Profissional e Tecnológica – Projetos e ações em 2010 e
- O livro Educação Profissional e Tecnológica - Projetos e Ações.

Em 2011 foram publicados os livros:

- Mulheres Mil: do Sonho à realidade
- Dança Contemporânea e o Movimento Tecnicamente Contaminado / Autora: Ana Carolina de Souza Silva Dantas Mendes

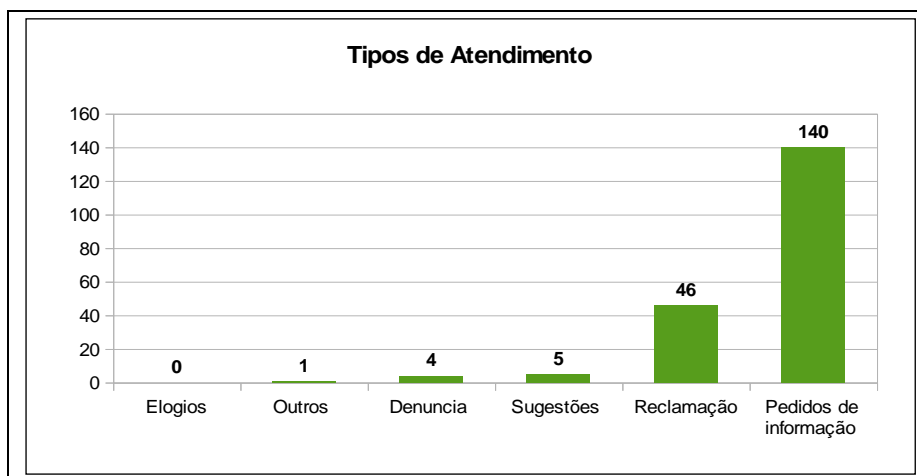
Em 2012 foram publicados:

- livro: Probabilidade e Estatística: um curso introdutório. Autor: Magno Alves de Oliveira
- livro: Vocabulário de Agropecuária em inglês. Autora: Vanessa de Assis Araújo
- livro: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: um passado vestido de futuro. Autoras: Valéria Barros (SETEC/MEC); Iaconara Albuquerque (IFRN); Rosângela Rosa (IFRJ) e Sandra Maria Branchini (IFB).
- periódico: Revista Eixo - Volume I
- Caderno de Resumos da II Semana de Produção Científica do IFB, Organização: Marley Garcia Silva e Editoração: Juliana Rocha de Faria Silva
- Caderno Espaço Inclusão, em formato eletrônico

2.4.3 Dados da Ouvidoria/ E-SIC

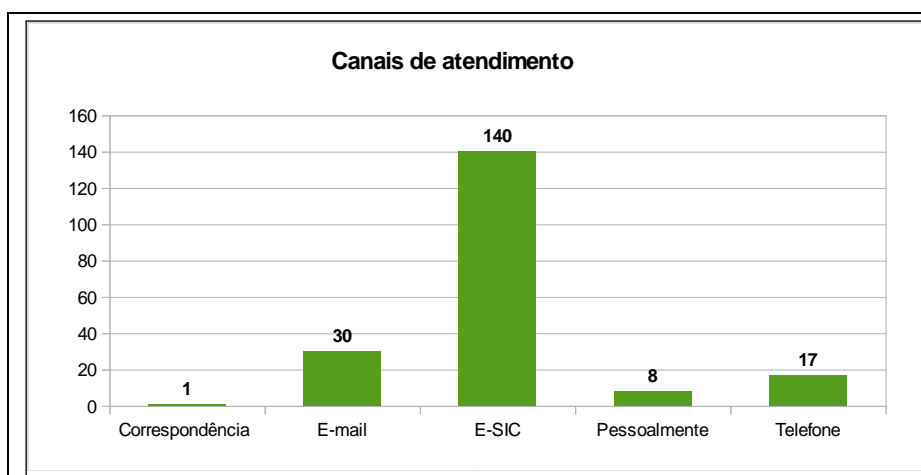
Desde sua implantação a Ouvidoria captou 196 manifestações, dentre reclamações, sugestões, elogios, denúncias e pedidos de informações (Sistema de Informação ao Cidadão – SIC), conforme gráfico a seguir:

Gráfico 22 – Atendimentos realizados pela Ouvidoria



Os meios de acesso à Ouvidoria, disponibilizados a todos, são pessoalmente, via telefone, e-mail, correspondência e via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC, conforme demonstrado no gráfico:

Gráfico 23 – Canais de atendimentos.



Diante das manifestações, a Ouvidoria propõe aos setores administrativos do IFB sugestões de providências para a correção e prevenção de falhas na prestação do serviço público.

2.4.4 Inserção na mídia – Comunicação Social

Os dados apresentados abaixo são resultados das metas propostas para os anos de 2011 e 2012 que favoreceram uma avaliação das ações do Núcleo de Comunicação Social - NUCS e

permitiram a proposição de metas para 2013, visando sempre avançar na produtividade do trabalho apresentado pelo Núcleo. A análise feita dos dados está discriminada abaixo e demonstra um aumento superior 40% em todos os itens elencados, demonstrando que as metas desenvolvidas atingiram seus objetivos.

Matérias Jornalísticas (Portal IFB e Mídias Sociais).

No ano de 2012 houve um aumento de 42% na quantidade de matérias publicadas no portal do IFB em relação ao ano de 2011. Para 2013, a meta é que esse número aumente, em até 45%.

Inserções por mídia espontânea em telejornais de grande audiência

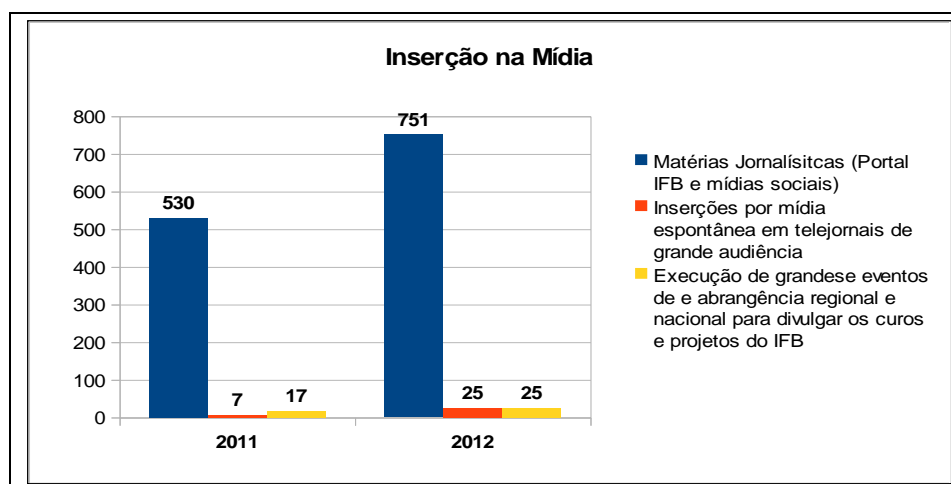
Levando em consideração que o IFB não disponibiliza verba para inserção na mídia, com veiculações de publicidade e propaganda nas emissoras de rádio e televisão, o envio de *releases* para a imprensa, em busca de inserção da instituição por meio de matérias jornalísticas se torna a única maneira de participação nos grandes veículos de comunicação.

Em 2012, foi feito acompanhamento, de forma diária, de todas as veiculações a respeito do IFB nas mídias do Distrito Federal, sendo possível observar um aumento considerável, de mais de 250%, de inserções em telejornais de grande audiência do Distrito Federal, em comparação com o ano de 2011.

Execução de grandes eventos de abrangência regional e nacional para divulgar os cursos e projetos do IFB

A realização de grandes eventos de abrangência regional e nacional sofre um aumento de 50% em 2012, se comparado com 2011. Essas atividades são essenciais no auxílio da consolidação da marca e da imagem institucional do IFB perante a sociedade.

Gráfico 24– Inserções na Mídia.



3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

As informações estão estruturadas conforme o Quadro A.3.1 abaixo, que dispõe de diversas afirmativas sobre os aspectos do sistema de controles internos, avaliado no âmbito do IFB, segundo os critérios de valoração sugeridos: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A 3.1– AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica: Fatores que impactam nessa avaliação correspondem à construção de uma cultura organizacional incipiente, por ser o IFB uma instituição de apenas quatro anos de existência, com ingresso de servidores, em sua grande maioria, novos no serviço público e têm o trabalho no IFB como primeira experiência profissional, além de seus professores não possuírem experiência em educação profissional. Ademais desses fatores, ainda há a aprovação paulatina de normativos internos de aperfeiçoamento dos procedimentos de controle.</p>					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válida.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO (ITEM 3.4)

O Instituto Federal de Brasília ainda não possui um sistema de correção estruturado, mas vem adotando a criação de comissões de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, de acordo com a Lei nº 8.112/90. Foi criada no âmbito do IFB a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares - Portaria IFB nº 592 de 22 de junho de 2012, disponível em http://www.ifb.edu.br/attachments/694_06%202012%20-%2024%20a%2030%20de%20junho.pdf

3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

O Instituto Federal de Brasília se organizando para cumprir os art. 4º e 5º da Portaria nº 1.043. Os processos estão sendo levantados e organizados para fins de inserção no sistema.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

4.1.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO			
Identificação do Programa de Governo			
Código Programa	2031		
Título	Educação Profissional e Tecnológica		
Órgão Responsável	SETEC/MEC		
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)			
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	90.238.226		
b) Outras Fontes			
c) Subtotais (a + b)			
d) Valor Global Previsto no PPA			

Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.	SETEC/MEC		

4.1.2 INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não há programa temático de responsabilidade da UJ.

4.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE INICIATIVAS VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não há programa temático de responsabilidade da UJ.

4.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não há programa temático de responsabilidade da UJ.

4.1.5 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação do Programa de Governo			
Código Programa	2109		
Título	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	Pagos

4.1.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não há programa temático de responsabilidade da UJ.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	26428	158143

4.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

4.2.2.1 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	34.981.279	10.832.488	0,00	0,00	25.640.467	18.040.409	
	PLOA	25.990.066	10.832.488	0,00	0,00	25.640.467	18.040.409	
	LOA	25.990.066	10.832.488	0,00	0,00	25.640.467	18.040.409	
CRÉDITOS	Suplementares	13.311.142	17.620.000	0,00	0,00	3.241.250	1.270.000	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Outras Operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	39.301.208	28.452.488	0,00	0,00	28.881.717	19.310.409

Fonte: SIAFI E SIAFI GERENCIAL

4.2.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	144.500.000	78.129.437	0,00	0,00	0,00	0,00	
	PLOA	65.882.255	78.129.437	0,00	0,00	0,00	0,00	
	LOA	66.882.255	78.129.437	0,00	0,00	0,00	0,00	
CRÉDITOS	Suplementares	6.900.813	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados	40.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total		73.743.068	78.129.437	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SIAFI E SIAFI GERENCIAL

4.2.2.3 RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	60.621.746	28.872.897	144.500.000	78.129.437	0,00	0,00
	PLOA	51.630.533	28.872.897	65.882.255	78.129.437	0,00	0,00
	LOA	51.630.533	28.872.897	66.882.255	78.129.437	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares	16.552.392	18.890.000	6.900.813	0,00	0,00	0,00

	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Cancelados			0,00	0,00	40.000	0,00	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			68.182.925	47.762.897	73.743.068	78.129.437	0,00	0,00

Fonte: SIAFI E SIAFI GERENCIAL

4.2.2.4 ANÁLISE CRÍTICA

Algumas considerações sobre os três grupos de despesas que receberam dotação orçamentária no exercício de 2012, quais sejam: Pessoal, Outras Despesas Correntes e Investimentos.

No que diz respeito ao GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais, observa-se de acordo com o quadro acima que a proposta não foi acatada pela área econômica e orçamentária, visto que agregou ao pedido o potencial de nomeações previstas para o exercício de 2012. Todavia, a Secretaria de Orçamento Federal preferiu atender as solicitações de crédito suplementar para fazer frente às despesas com pessoal e encargos sociais. Realmente, a SOF em todos os exercícios tem preferido atuar dessa forma, porém, para o IFB não há problema algum, visto que os pedidos de créditos são sempre analisados de forma criteriosa, tanto por este órgão, como pelo Setorial e por fim pela SOF, fazendo com que ao final do exercício a dotação seja contemplada em sua totalidade.

No que tange às Outras Despesas Correntes, o valor já vem definido pela Matriz Orçamentária e atende razoavelmente às necessidades do IFB. O fato é que alguns *campi* já em plena atuação recebem recursos aquém das suas demandas, todavia, ainda existem *campi* que estão apenas no início de suas atividades, fazendo com que, neste primeiro momento suas despesas correntes não sejam tão elevadas, o orçamento que lhes é atribuído pode ser direcionado para atender despesas daqueles *campi* que no exercício necessitam de um orçamento mais robusto, e é dessa forma que o IFB vem trabalhando com o seu orçamento, principalmente em razão de até o exercício de 2012, o orçamento estar sendo executado de forma centralizada, ou seja, pela reitoria, o que facilita sobremaneira o remanejamento de orçamento de um *campus* para outro.

Todavia, vale ressaltar que um dos grandes problemas a serem enfrentados, diz respeito ao contingenciamento de recursos por meio do Decreto de Programação Financeira e Orçamentária. Em 2012 ocorreu um contingenciamento de 7,4% em cima das despesas de custeio. Isso significou um corte de aproximadamente 1,7 milhão de reais, que caso não fosse descontingenciado, abalaria potencialmente o planejamento orçamentário do IFB. No entanto, devido a excelente execução do órgão e as gestões junto aos dirigentes do MEC, o IFB teve liberado em 2012 todo o seu orçamento, facilitando assim, o fechamento de suas contas. Some-se a isso, o fato da abertura do crédito suplementar por superávit financeiro de aproximadamente 1,6 milhão – fonte 112.

Por seu turno, a dotação proposta para investimento pelo IFB não foi nem de longe atendida. O pedido levou em conta a construção dos *campi* Ceilândia (previsto), Riacho Fundo, Estrutural, São Sebastião, Brasília, bem como a 2ª etapa da construção dos *campi* Taguatinga, Samambaia e Gama.

Além disso, todos os *campi* demandaram equipamentos e mobiliários. É certo que o crédito suplementar de quase R\$ 7,0 milhões ajudou a amenizar as dificuldades do IFB, porém o Instituto no que diz respeito às despesas de capital necessitava de um volume maior de recursos para fazer frente às diversas demandas propostas para o órgão.

4.2.4.1 COMPATIBILIDADE DAS DOTAÇÕES COM AS NECESSIDADES DA UJ:

4.2.4.2 ALTERAÇÕES RELEVANTES OCORRIDAS NAS DOTAÇÕES DO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO ÀS DOTAÇÕES DO EXERCÍCIO ANTERIOR:

4.2.4.3 OUTRAS INFORMAÇÕES:

4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

							Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	Recebidos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Movimentação Externa	Concedidos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	Recebidos	153173	158143	12.363.2031.20RW.0001	-----	-----	2.372.300,12
		533018	158143	11.128.2029.4640.0050	-----	-----	799.580,00
		152734 e 150016	158143	12.363.2031.6380.0001	-----	-----	284.404,77
		153173	158143	12.363.2031.8252.0001	-----	-----	13.978,08
		153978	158143	12.122.2109.20RH.0001	-----	-----	3.126,60
		154003	158143	12.368.2030.20RJ.0001	-----	-----	12.088,84
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação	Concedidos	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Interna	Recebidos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Movimentação Externa	Concedidos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	Recebidos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
		152734	158143	12.363.2031.20RG.0001	1.300.846,46	-----	-----
		153173	158143	12.363.2031.8252.0001	338.227,64	-----	-----

Fonte: SIAFI E SIAFI GERENCIAL

4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.4.1 EXECUÇÃO DA DESPESA COM CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

4.2.4.1.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	30.455.579,72	22.511.363,70	30.376.661,15	21.718.274,04
a) Convite	148.205,48	-	148.205,48	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	15.550.046,98	8.683.739,45	15.550.046,98	8.655.633,22
d) Pregão	14.757.327,26	13.827.624,25	14.678.408,69	13.062.640,82
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	2.901.920,41	2.635.874,82	2.901.410,41	2.595.059,34
g) Dispensa	2.019.656,87	1.870.294,50	2.019.146,87	1.829.479,02
h) Inexigibilidade	882.263,54	765.580,32	882.263,54	765.580,32
3. Regime de Execução Especial	29.924,49	30.397,08	29.924,49	30.397,08
i) Suprimento de Fundos	29.924,49	30.397,08	29.924,49	30.397,08
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	42.251.500,73	30.531.949,44	42.250.078,32	30.531.949,44
j) Pagamento em Folha	41.795.106,65	30.306.155,75	41.795.106,65	30.306.155,75
k) Diárias	456.394,08	225.793,69	454.971,67	225.793,69
5. Outros	1.565.626,12	900.711,03	1.560.926,12	895.665,09
6. Total (1+2+3+4+5)	77.204.551,47	56.610.296,07	77.119.000,49	55.771.344,99

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

4.2.4.1.2 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.174.731,67	22.648.729,10	30.174.731,67	22.648.729,10	-	-	30.174.731,67	22.648.729,10
OBRIGACOES PATRONAIS	6.079.078,00	4.462.839,32	6.079.078,00	4.462.839,32	-	-	6.079.078,00	4.462.839,32
CONTRATATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.250.069,89	188.771,22	1.250.069,89	188.771,22	-	-	1.250.069,89	188.771,22
Demais elementos do grupo	627.740,94	387.060,13	627.740,94	387.060,13	0,00	0,00	627.740,94	387.060,13
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	12.451.021,09	2.620.113,60	8.503.624,14	2.285.282,64	3.947.396,95	334.830,96	8.468.260,33	2.278.294,68
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	6.136.031,11	6.914.411,00	4.408.420,04	3.129.092,73	1.727.611,07	3.785.318,27	4.382.065,01	3.111.993,98
MATERIAL DE CONSUMO	3.126.822,14	2.690.903,99	2.031.337,49	1.403.984,91	1.095.484,65	1.286.919,08	2.013.627,76	1.363.803,85
Demais elementos do grupo	6.485.389,13	4.551.352,44	6.103.304,46	4.118.232,52	382.084,67	433.119,92	6.097.182,05	4.113.186,58
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	58.873.310,34	38.219.756,47	15.904.389,83	12.369.158,13	42.968.920,51	25.850.598,34	15.904.389,83	12.314.427,25
EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	14.380.477,50	14.213.079,33	1.962.395,59	4.979.744,68	12.418.081,91	9.233.334,65	1.962.395,59	4.615.207,25
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	380.317,54	558.557,20	114.068,80	499.298,06	266.248,74	59.259,14	114.068,80	148.929,00
Demais elementos do grupo	45.390,62	138.102,63	45.390,62	138.102,63	0,00	0,00	45.390,62	138.102,63
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

4.2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

4.2.4.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE

MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	478.084,70	2.300.986,73	469.003,83	2.280.415,21
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	478.084,70	2.300.986,73	469.003,83	2.280.415,21
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	2.450,00	228.121,68	2.450,00	210.739,72
g) Dispensa	2.450,00	228.121,68	2.450,00	210.739,72
h) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	1.389,85	43.457,41	1.389,85	43.457,41
j) Pagamento em Folha	-	29.597,40	-	29.597,40
k) Diárias	1.389,85	13.860,01	1.389,85	13.860,01
5. Outros	1.875.327,69	137.480,00	1.868.262,69	137.480,00
6. Total (1+2+3+4+5)	2.357.252,24	2.710.045,82	2.341.106,37	2.672.092,34

4.2.4.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA –
CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

									Valores em R\$ 1,00
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
1 – Despesas de Pessoal									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
2 – Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3 – Outras Despesas Correntes									
48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.702.590,85		1.324.179,15		378.411,70		1.317.114,15		
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	665.000,00	30.420,00	378.287,54	29.620,00	286.712,46	800,00	378.287,54	29.620,00	
Demais elementos do grupo	423.446,15	87.290,02	282.479,96	30.625,48	140.966,19	56.664,54	282.479,96	28.452,91	
Demais elementos do grupo	626.351,70	3.611.920,88	372.305,59	2.124.368,60	254.046,11	1.487.552,28	363.224,72	2.110.106,12	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
4 – Investimentos									
52 EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INT	1.639.074,07	8.467.302,84		98.668,38	1.639.074,07	8.368.634,46		89.513,38	
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo		396.159,99				396.159,99			
5 – Inversões Financeiras									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
6 – Amortização da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									

4.2.4.2.3 ANÁLISE CRÍTICA

4.2.4.3.1 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS OCORRIDAS NO EXERCÍCIO:

A LOA não sofreu significativa alteração, haja vista que foi solicitado somente um crédito alterando o GND 4 para o GND 3, no valor de R\$ 40.000,00, na ação Assistência ao Educando, em razão do contingenciamento inicial de 7,4% no custeio do IFB. Os demais créditos ocorreram em RP 1, principalmente em razão das nomeações do IFB.

4.2.4.3.2 CONTINGENCIAMENTO NO EXERCÍCIO:

A LOA sofreu contingenciamento de 7,4% no custeio. Todavia, em razão da excelente execução do Instituto Federal de Brasília, a SPO/MEC descontingenciou integralmente o custeio do IFB.

4.2.4.3.3 EVENTOS NEGATIVOS OU POSITIVOS QUE PREJUDICARAM OU FACILITARAM A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Não há de se falar em eventos negativos na execução do IFB, haja vista o alto grau de execução obtida pelo órgão. Quanto aos eventos positivos, inclui-se como fundamental o alto grau de comprometimento dos servidores envolvidos em todo processo.

4.2.3.4 OUTRAS INFORMAÇÕES

4.3 DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DO DESEMPENHO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Alterações significativas ocorridas no exercício:

A LOA não sofreu significativa alteração, haja vista que foi solicitado somente um crédito alterando o GND 4 para o GND 3, no valor de R\$ 40.000,00, na ação Assistência ao Educando, em razão do contingenciamento inicial de 7,4% no custeio do IFB. Os demais créditos ocorreram em RP 1, principalmente em razão das nomeações do IFB.

Contingenciamento no exercício:

A LOA sofreu contingenciamento de 7,4% no custeio. Todavia, em razão da excelente execução do Instituto Federal de Brasília, a SPO/MEC descontingenciou integralmente o custeio do IFB.

Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária: Não há de se falar em eventos negativos na execução do IFB, haja vista o alto grau de execução obtida pelo órgão. Quanto aos eventos positivos, inclui-se como fundamental o alto grau de comprometimento dos servidores envolvidos em todo processo.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

5.1.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

QUADRO A.5.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

					Valores em R\$ 1,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
Razões e Justificativas:					
Fonte:					

5.1.2 ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica - não apresentou reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	877.012,34	6.492,13	840.727,93	29.792,28
2010	488.602,22		488.174,48	427,74
2009	111.970,96			111.970,96
2008	121.943,47			121.943,47
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	55.495.018,21	612.004,47	47.845.418,36	7.037.595,38
2010	461.390,01	324.889,10	36.461,40	100.039,51
2009				
2008				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.2.2 ANÁLISE CRÍTICA

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília									
CNPJ: 10.791.831/0001-82					UG/GESTÃO: 158143/26428				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3 - Termo de Cooperação		158153 / 26429	45.087.807,06	45.087.806,36	1.083.524,24	45.087.806,36	01/03/2010	31/12/2012	1

LEGENDA	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

5.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília					
CNPJ:	10.791.831/0001-82					
UG/GESTÃO:	158143/26428					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			1	1.083.524,24	16.885.933,85	27.118.348,27
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: SIAFI

5.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Este Quadro não se aplica ao IFB no exercício 2012, pois não permanecerão instrumentos vigentes de exercícios anteriores para o exercício 2013.

5.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Este Quadro não se aplica ao IFB no exercício 2012, o recurso está em fase de aplicação, sendo que a última parcela dos recursos financeiros foi transferida em nov/2012. a prestação de contas será realizada no exercício de 2013.

5.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

O IFB não possui convênios e contratos de repasse, por isso esse quadro não se aplica.

5.3.6 ANÁLISE CRÍTICA

O Instituto Federal de Brasília – IFB, até o presente exercício, não possui convênios e contratos de repasse celebrados com outras entidades. Contudo, possui um Termo de Cooperação celebrado em 2010 com o Instituto Federal de Goiás – IFG para a construção da 1ª etapa do campus Brasília.

Do total, foram descentralizados, pelo IFB, o montante de R\$ 27.118.348,27 no ano de 2010, R\$ 16.885.933,85 no exercício de 2011 e R\$ 1.083.524,24 no exercício de 2012. A última parcela do recurso financeiro foi transferido em Novembro/2012. Portanto, por estar em fase final de execução/aplicação, a prestação de contas será realizada no exercício de 2013.

Dessa forma, o IFB não possuirá instrumentos de transferências de recursos relativa a exercícios anteriores vigentes para o exercício de 2013.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

As informações relativas às despesas com Suprimento de Fundo, ao longo do exercício de 2012, seguem apresentadas nos quadros A.5.8 ao A.5.12. Exceto o quadro A.5.9, pois o Instituto Federal de Brasília – IFB, não realiza despesas de Suprimento de Fundos por meio de “CONTA TIPO B”.

5.4.1 DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1.1 SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aguardando Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC em Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC não Aprovadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aprovadas	0	-	0	-	0	-	12	R\$ 30.130,76	14	R\$ 30.397,08	12	R\$ 6.571,97

5.4.1.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B”

QUADRO A.5.9 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”)

O IFB não concede Suprimento de Fundos em CONTA TIPO "B". Ou seja, o quadro não se aplica ao nosso caso.

5.4.1.3 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	158143	Limite de Utilização da UG	R\$ 8.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Gilberto Dias Custódio	504.362.791-34	8.000	800,00	11.234,25	12.034,25
Kattiucy Sousa Costa Trajano	008.178.161-00	8.000	200,00	1.246,80	1.446,80
Daniel Soares de Sousa	696.109.591-72	8.000	-	1.821,12	1.821,12
Jose Luis Soares	174.105.507-59	8.000	-	12.780,39	12.780,39
Eduardo Dias Leite	067.364.753-68	8.000	-	1.250,90	1.250,90
Carla Regina Klein	987.416.400-04	8.000	-	797,30	797,30
Total Utilizado pela UG			R\$ 1.000,00	R\$ 29.130,76	R\$ 30.130,76
Total Utilizado pela UJ			R\$ 1.000,00	R\$ 29.130,76	R\$ 30.130,76

Fonte: SIAFI

5.4.1.4 UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO “B” E DO CARTÃO CRÉDITO CORPORATIVO PELA UJ

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	-	3	1.000,00	20	29.130,76	30.130,76
2011	0	-	8	4.183,18	18	26.213,90	30.397,08
2010	0	-	0	-	14	6.571,97	6.571,97

Fonte:

5.4.1.5 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aguardando Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC em Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC não Aprovadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aprovadas	0	-	0	-	0	-	12	R\$ 30.130,76	14	R\$ 30.397,08	12	R\$ 6.571,97

Fonte:

5.4.1.6 ANÁLISE CRÍTICA

O Instituto Federal de Brasília – IFB é composto pela Reitoria e 8 *campi*, possuindo apenas uma Unidade Gestora (UG) como executora.

Ao longo do exercício e 2012 os Suprimentos de Fundos foram concedidos nas modalidades Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF e Saque, totalizando 12 autorizações para concessão de suprimento de fundos, distribuídos em 3 (três) autorizações para a modalidade Saque e 8 (oito) para a modalidade CPGF.

O IFB possuiu 6 (seis) agentes supridos no ano de 2012, distribuídos entre a reitoria e demais campus. Juntos, realizaram despesas no montante de R\$ 30.130,76.

Em sua grande maioria, as despesas realizadas referem-se à aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis e instalações e manutenção e conservação de veículos, dentre outros. Sendo observado o uso do CPGF para a realização desses tipos de despesas.

A Reitoria do IFB possui um setor responsável pela análise prévia do ato de autorização para concessão de suprimento de fundos, averiguando se o Agente Suprido indicado preenche as condições legais exigidas, tais como: não ter sido declarado sem alcance; não ser responsável por 2 (dois) suprimentos em fase de aplicação e/ou de prestação de contas; não ter prestação de contas impugnadas pelo ordenador de despesas; não estar em período de férias, dentre outras.

Durante o período de aplicação do suprimento de fundos, o Agente Suprido é responsável por observar a correta aplicação dos recursos em seu poder, verificando se as despesas efetuadas estão em conformidade com a legislação pertinente a suprimento de fundos.

No momento da prestação de contas, o setor responsável pela análise dos recursos gastos com suprimento de fundos emite um relatório atestando as regularidades e apontando as falhas detectadas, de modo a subsidiar o ordenador de despesas na tomada da decisão de aprovar ou não a prestação de contas.

É neste momento que atua o controle interno apurando, relatando e informando aos gestores e Agentes Supridos sobre os apontamentos detectados em relatório.

5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

5.5.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

QUADRO A.5.13 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

5.5.2 VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

QUADRO A.5.14 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

5.5.3 CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA

QUADRO A.5.15 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

QUADRO A.5.16 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

5.5.4 BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICA

QUADRO A.5.17 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

QUADRO A.5.18 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

5.5.5 PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA

QUADRO A.5.19 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

5.5.6 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

QUADRO A.5.20 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

5.5.7 COMUNICAÇÕES À RFB

QUADRO A.5.21 - COMUNICAÇÕES À RFB

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

5.5.8 INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

QUADRO A.5.22 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

5.5.9 DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE RENÚNCIA FISCAL

DECLARAÇÃO

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

5.5.10 FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB

QUADRO A.5.23 - AÇÕES DA RFB

Não se aplica, pelo fato de o IFB não ser um ente político, é apenas um ente administrativo.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	202	610	189	50
1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	202	610	189	50
1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	202	584	178	39
2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	6	1	2
3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	7	6	1
4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	13	4	8
1. Servidores com Contratos Temporários	99	55	35	8
2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2	0	4
3. Total de Servidores (1+2+3)	202	667	224	62

Fonte: SIAPE

A LOTAÇÃO EFETIVA (610) REFERE-SE A SOMA DE (1.1 + 1.2): 610

- Servidores de carreira vinculada ao órgão: 584
- Servidores de carreira em exercício descentralizado: 06
- Servidores de carreira em exercício provisório: 07

- Servidores requisitados de outros órgãos e esferas: 13
- TOTAL: 584 + 06 + 07 + 13 = 610

6.1.1.1 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	17
1. Exercício de Cargo em Comissão	2
2. Exercício de Função de Confiança	8
3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) - Cessão PR e DPU	7
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
1. Para Exercício de Mandato Eletivo (CÓD.100)	0
2. Para Estudo ou Missão no Exterior (CÓD. 94, 149, 150 e 242)	0
3. Para Serviço em Organismo Internacional (CÓD. 250)	0
4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	2
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	15
1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
2. A Pedido, a Critério da Administração	14
3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
1. Doença em Pessoa da Família (CÓD. 159, 243 E 249)	1
2. Capacitação (CÓD. 163)	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro (CÓD.112 e 173)	0
2. Serviço Militar (CÓD. 123)	0
3. Atividade Política (CÓD. 120, 121, 138, 139, 140, 141, 142,	0

165 e 176)	
4. Interesses Particulares (CÓD. 39 e 115)	2
5. Mandato Classista (CÓD. 165)	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	38
Fonte: SIAPE	

Do total de servidores do IFB 37 tiveram afastamento parcial ou total durante o ano de 2012, correspondendo a da força de trabalho. Somado este percentual a de egressos, podemos obter o que compromete algumas ações a serem desenvolvidas pelo IFB.

6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	8	31	14	6
1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	26	14	5
2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	3	0	0
4. Sem Vínculo	0	2	0	1
5. Aposentados	0	0	0	0
1. Funções Gratificadas	18	81	30	12
1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	80	80	30	12
2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	0	0
1. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
1. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	81	81	30	12

Fonte: SIAPE

6.1.2.1 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	250	263	107	38	6
1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
2. Servidores de Carreira	231	244	97	34	4
3. Servidores com Contratos Temporários	19	19	10	4	2
2. Provimento de Cargo em Comissão	2	0	0	0	0
1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	0	0	0	0
3. Funções Gratificadas	29	30	16	6	0
3. Totais (1+2)	252	263	107	38	6

Fonte: SIAPE

6.1.2.2 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	48	207	150	172	52
1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	48	173	140	171	52

3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	34	10	2	0
2. Provisão de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	35	62	11	12
1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	5	6	9	11
3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	30	56	2	1
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	48	242	212	184	63
LEOGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									
Fonte: SIAPE									

Os servidores de nível superior (graduação) e os com título de mestre perfazem 60% dos servidores da instituição.

6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão										
Exercícios	2012	1.796.000,00	0	0	0	0	21.552.000,00	0	0	23.348.000,00
	2011	1.680.000,00	0	0	0	0	20.160.000,00	0	0	21.840.000,00

	2010	1.232.000,00	0	0	0	0	0	14.784.000,00	0	0	16.016.000,00
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	120.937,92	0	0	0	0	0	1.451.255,04	0	0	1.572.192,96
	2011	40.476,27	0	0	0	0	0	485.715,24	0	0	526.191,51
	2010	6.372,60	0	0	0	0	0	76.471,20	0	0	82.843,80
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	72.662,09	0	0	0	0	0	871.945,08	0	0	994.607,17
	2011	54.318,37	0	0	0	0	0	651.820,44	0	0	706.138,81
	2010	29.248,35	0	0	0	0	0	350.980,23	0	0	380.228,58
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	259.200,00	0	0	0	0	0	3.110.400,00	0	0	3.369.600,00
	2011	92.840,24	0	0	0	0	0	1.114.082,88	0	0	1.206.923,12
	2010	110.524,09	0	0	0	0	0	1.326.289,14	0	0	1.436.813,23
Fonte: SIAPE											

6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

6.1.4.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	2	2
1. Voluntária	0	0
2. Compulsória	0	0
3. Invalidez Permanente	0	0
4. Outras	0	0
2. Proporcional	0	0
1. Voluntária	2	2
2. Compulsória	0	0
3. Invalidez Permanente	0	0
4. Outras	0	0
3. Totais (1+2)	2	2

Fonte: SIAPE

6.1.4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	2	2
1. Integral	2	2
2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	0	0
3. Total (1+2)	2	2

Fonte: SIAPE

6.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

- a) A EXISTÊNCIA DE CONTROLES INTERNOS COM A FINALIDADE DE DETECTAR POSSÍVEL ACUMULAÇÃO VEDADA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS;

Não um controle sistemático. O IFB solicita ao servidor, no ato do ingresso, as informações relativas a acúmulo de cargo. Havendo conhecimento efetivo acerca de acúmulo quando ocorre o cadastramento e alertas do sistema SIAPE, no caso de servidor público federal.

- b) TIPOS DE CONTROLE IMPLEMENTADO E PERIODICIDADE DE REVISÃO;

No ano de 2012 não houve controle implementado.

- c) A PROPRIEDADE DOS CONTROLES IMPLEMENTADOS EM TERMOS DE UTILIDADE E EFICIÊNCIA;

No ano de 2012 não houve controle implementado.

- d) A EXISTÊNCIA E O QUANTITATIVO DE SERVIDORES QUE ACUMULEM CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS INDEVIDAMENTE NO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

Foram detectados cinco acúmulos no ano de 2012.

6.1.6 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

- a) O QUANTITATIVO DE NOTIFICAÇÕES FEITAS AOS SERVIDORES QUE SE ENCONTREM EM SITUAÇÃO IRREGULAR;

Cinco notificações foram feitas. Quatro para servidores efetivos e uma para servidor em cooperação técnica.

- b) O RESULTADO DAS NOTIFICAÇÕES REALIZADAS;

Das quatro notificações de servidores efetivos, três foram finalizadas em 2012. Dois servidores apresentaram a opção ocorrendo o desligamento do outro órgão e permanecendo no IFB. Uma das notificações de servidor efetivo finalizou-se em fevereiro de 2013. A notificação de servidor em cooperação técnica foi encaminhada ao servidor e ofício para os órgãos (origem e acúmulo) relatando a situação. Ainda pendente em 2013.

c) A QUANTIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ABERTO PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO IRREGULAR DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGOS PÚBLICOS, BEM COMO O RESULTADO VERIFICADO EM TAIS PROCESSOS.

Devido aos resultados apresentados no item "b", um servidor ficou com pendência, mas a lotação do mesmo é em outro instituto.

6.1.7 INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO

6.1.7.1 ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	170	56	99	30
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	170	56	99	30

Fonte: SISAC

Os atos sujeitos ao registro do TCU foram somente em relação a admissões. Os registros em 2012 superaram os de 2011, levando-se em consideração o concurso realizado pela instituição no referido ano.

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos	Quantidade de atos cadastrados
---------------	-----------------------------	--------------------------------

	à comunicação ao TCU		no SISAC	
		Exercícios		Exercícios
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	15	0	15	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	15	0	15	0

Em 2011, não foram cadastrados servidores em desligamento, fato ocorrido em 2012, que ainda está em fase de conclusão.

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	10	28	61
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	0	10	28	61

Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	15
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	15

As inclusões no SISAC são feitas de forma contínua e de acordo com a normativa em vigor.

6.1.7.2 ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO

QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

6.1.7.3 INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0

Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

6.1.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

- ABSENTEÍSMO;

No exercício de 2012, no IFB foram registrados 603 afastamentos de servidores, de acordo com as informações oficiais do SIASS. Isto significa um número grande de afastamentos por motivo de saúde, o que pode implicar diretamente no ambiente organizacional de trabalho. Dados também indicam uma média de 5 dias de afastamento do servidor. Cerca de 20% dos afastamentos ocorreram do *Campus* Planaltina, 14% do *Campus* Brasília, 12% do *Campus* Samambaia, Reitoria 19% e 35% para o restante do IFB. Planaltina e Reitoria respondem por cerca de 39% do total de afastamentos registrados.

- ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS;

Não houve relatos a esta Diretoria acerca de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais em 2012. As informações sobre o ambiente onde se verifica o acidente, as circunstâncias e consequências do acidente assim como informação, tem por base a percepção por parte do trabalhador.

- ROTATIVIDADE (*TURNOVER*);

A rotatividade no IFB é relativamente alta. Este fato pode ser justificado pela proximidade com as três esferas de governo próximas.

- EDUCAÇÃO CONTINUADA;

A maior parte dos técnicos administrativos do IFB (78%) detém ou está em vias de obtenção de cursos de pós-graduação e/ou capacitação.

- DISCIPLINA;

Não houve registros com relação à disciplina de servidor.

- APOSENTADORIA *VERSUS* REPOSIÇÃO DO QUADRO.

Ainda em processo de reposição. Dois servidores foram aposentados e a reposição ocorrerá em 2013.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Não se aplica.

6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS.

Não se aplica.

6.2.3 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Não houve autorização de concurso para a instituição em relação a substituição de terceirizados, visto que este quadro são de cargos extintos.

6.2.4 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA													
UG/Gestão: 158143						CNPJ: 10.791.831/0001-82							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	172/2011	00.478.727.0001-89	02/09/2011	02/09/2013	55	42	2	1			P
2012	L	O	12/2012	05.058.935/0001-42	02/05/2012	02/05/2013	67	42	3	1			P
2011	V	O	110/2011	09.459.001/0001-10	25/05/2011	01/11/2012	45	45					E
2010	V	O	92/2010	10.496.968/0001-04	26/10/2010	01/11/2012	34	32					E
2012	V	O	31/2012	38.019.733/0001-40	14/09/2012	02/11/2012	147	12					E
2012	V	E	34/2012	09.459.001/0001-10	01/11/2012	31/01/2013	147	114					A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte:													

6.2.5 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA													
UG/Gestão: 158143						CNPJ: 10.791.831/0001-82							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	12	E	35/2012	10.660.698/0001-25	07/11/2012	27/12/2012	16	13					E
2011	12	O	218/2011	10.660.698/0001-25	27/12/2011	27/12/2012	11	11					E
2011	12	O	217/2011	01.757.138/0001-00	29/12/2011	29/12/2012	8	8					E
2012	12	O	29/2012	06.246.679/0001-80	10/08/2012	10/08/2013			8	5			A
2011	12	O	219/2011	06.090.065/0001-51	29/12/2011	29/12/2013			43	42			P
2011	12	O	220/2011	11.232.115/0001-28	23/12/2011	23/12/2013	19	19	31	30			P
2010	12	O	77/2010	05.496.394/0001-34	30/09/2010	29/10/2012	9	9					E
2010	12	O	76/2010	10.956.539/0001-72	30/09/2010	29/12/2012	19	18	1	1			E
2010	12	O	79/2010	07.951.388/0001-55	30/09/2010	30/03/2013	44	44					A
Observações:													
LEGENDA													
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

12. Outras	
Fonte:	

6.2.6 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	22	34	42	50	96.496,00
1. Área Fim	8	10	10	12	26.080,00
2. Área Meio	14	24	32	38	70.416,00
1. Nível Médio	6	19	26	33	13.926,00
1. Área Fim	4	11	15	17	7.174,00
2. Área Meio	2	8	11	16	6.752,00
1. Total (1+2)	28	53	68	83	110.422,00

Fonte: SIAPE

O quantitativo de estagiários aumentou em 44% durante o exercício de 2012. Este aumento acompanhou o do número de servidores do IFB no referido exercício.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A frota de veículos do Instituto Federal de Brasília é regulamentada pela Instrução Normativa Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

O IFB possui a Reitoria, instalada em Brasília, e oito *campi* localizados em diversas regiões do Distrito Federal e mais três *campi* em processo de implantação. A frota de veículos se torna importante por ter a finalidade de atender às necessidades de deslocamento dos servidores na estrutura multicampi, para o desempenho de suas atividades em serviço, além de promover a locomoção dos alunos da Instituição em visitas técnicas, feira, viagens interestaduais para encontros educacionais, entre outros. A frota também atende aos convidados que colaboram com o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão no IFB.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;
- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);
- g) Plano de substituição da frota;

Tabela 24 – Informações sobre a frota de veículos.

Grupos	Informações sobre a frota de veículos – Instituto Federal de Brasília			
	Quantidade	Média anual de Km	Idade média	Custos de Manutenção
Veículos leves	40	117057*40 = 29.264 km/ano	6 meses à 24 meses	R\$ 220.280,81
Veículos pesados	24	53037*24 = 22.098 Km/ano	6 meses à 24 meses	R\$ 229.516,15
Total	64	51.362 Km/ano	6 meses à 24 meses	R\$ 449.796,96
<p>Plano de substituição da frota:</p> <p>A previsão de substituição da frota é de 05 anos, tendo em vista que o tempo de depreciação de veículos é de 05 anos conforme previsão legal. Ou nos casos de o veículo apresentar uma má condição para uso, deverá ser substituído para que não prejudique a demanda da Unidade.</p>				

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A escolha de aquisição de veículos se deve ao fato do orçamento de custeio não ser suficiente para a manutenção das atividades do IFB, durante o exercício de 2012. Ademais, o reduzido quadro de pessoal com competências técnicas compatíveis com o desenvolvimento de estudos de viabilidade econômica implicaria em demasiado tempo de espera para a conclusão dos mesmos, o que acarretaria ônus às atividades que dependem da utilização dos veículos, superando possíveis benefícios da opção de locação.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

j) O controle e fiscalização da frota de veículos oficiais são feitos das seguintes formas:

CONTROLE SEMANAL DE VEÍCULO

O controle semanal é uma planilha alimentada diariamente, com abas para todos os dias da semana (segunda, terça, quarta, quinta e sexta, em casos extraordinários sábado) nela é cadastradas as saídas solicitadas contendo: o veículo/placa reservado, a data da reserva, data da utilização, hora saída/chegada, usuário da ocasião, setor que solicitou a demanda, a forma de requisição, nome do condutor e o local de destino. Como mostra abaixo:

Tabela 255 – Controle de Veículos.

CONTROLE DE VEÍCULOS											
SEMANA DE 14 A 18 DE JANEIRO DE 2013						SEGUNDA FEIRA					
VEICULO	PLACA	DT DA RESERV.	DT DE UTILIZ.	HORA SAIDA	HORA CHEGADA	USUARIO	SETOR/RAMAL	Nº REQUISIÇÃO	SITUAÇÃO	MOTORISTA	LOCAL
FIESTA	JUL1849	10/Jan	14/Jan	08:00	12:00	IZABEL	ENGENHARIA	10229	EM USO	IZABEL	RIACHO FUNDO
FIESTA	JID0611	10/Jan	14/Jan	14:00	18:00	POVOAS	GABINETE	10256	FINALIZADO	POVOAS	BRAZLÂNDIA
FIESTA	JUL1859	14/Jan	14/Jan	09:00	10:00	CARLOS	CGSM	PENDENTE	CANCELADO	NELSON	POLICIAR. FEDERAL

Essa planilha é a mais utilizada, ela diz em tempo real o que está acontecendo com a frota de veículos/motoristas no momento. Após o fim de cada semana é realizada a CONSOLIDAÇÃO para arquivamento e ou providências daquela semana.

PLANILHA INTERNA DO VEÍCULO

Todos os veículos têm em seu interior uma planilha que registra “todas” as saídas, esse controle é de total importância para a verificação e fiscalização. Não é permitido sair sem registrar as informações na planilha do veículo. Nela consta a data da saída, posição atual do odômetro do veículo no momento da saída, a hora da saída, posição do odômetro na chegada, a hora de chegada,

o local (destino) para onde o veículo será conduzido na ocasião, o nome do motorista (legível), o setor que utilizou/solicitou o veículo.

Essa planilha é feita todos os dias, no fim de cada mês é recolhida e substituída por outra referente ao próximo mês e é preenchida por todas as pessoas que utilizam o veículo. Em caso de multas, essa planilha é utilizada no procedimento para identificações dos condutores infratores.

Acompanhamos o odômetro de cada veículo por meio dessa planilha no qual será lançado no Mapa Comparativo (que também é outro controle que temos atualmente) no fim do mês.

REQUISIÇÕES SIGA

As solicitações de uso de veículos são feitas por meio do sistema SIGA ADM. A reserva de carro e motorista é feita pelo REQUISITANTE, este precisa estar devidamente cadastrado pelo NTIC, e após realizar a requisição de veículo ela deverá ser avaliada pelo GESTOR do setor, que faz a pré-liberação para a saída. Após esse processo a requisição será liberada para verificação da possibilidade de atendimento.

As vezes ocorre mudanças na planilha e essa requisição esta com nome de motorista ou veículo que não correspondem com o que realmente irão usar, então se isso acontecer, deixaremos uma observação na própria requisição que estará impressa, antes de lançar no sistema e arquivá-la.

REQUISIÇÕES INTERNAS

São utilizadas em casos específicos, para o usuário que não consiga realizar o pedido pelo sistema SIGA ADM, em caso de impossibilidade via sistema.

MULTAS

As multas cometidas chegam a esta Coordenação para identificação do condutor que utilizava o veículo. São verificadas todas as planilhas de registros, do dia indicado no auto da infração, para validar a identificação, evitando acusar o condutor erroneamente. O IFB emite a GRU que será descontada do salário do funcionário.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF DISTRITO FEDERAL	9	8
	1. Brasília	1	1

	2. Gama	1	1
	3. Planaltina	1	1
	4. Riacho Fundo	1	1
	5. Taguatinga	1	1
	6. Taguatinga Centro	1	1
	7. São Sebastião	1	1
	8. Estrutural	1	0
	9. Samambaia	1	1
Subtotal Brasil		9	7
EXTERIOR	---	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		9	8
Fonte: Processo SPU nº04905.004.908/2009-04; Processo SPU nº 04991.002.259/2008-96; Processo SPU nº 04991.000607/2011-96; Processo SPU nº 04991.001.289/2008-85, Processos SPU nº 04991.002.626/2009-32, Processo SPU nº 14235.000.227/96-21, Processo SPU nº 04991.002.318/2008, Processo SPU nº 04991.000709/2009-97; Processo SPU 04991.000709/2009-97; Processos Terracap nº 111.001.579/2011; Processos Terracap nº - 111.002.125/2011; Processos Terracap nº111.000.362/2012.			

7.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF Distrito Federal	4	2
	Brasília	1	1
	Samambaia	1	1
	Riacho Fundo	1	
	Taguatinga Centro	1	0
Subtotal Brasil			
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		4	2
Fonte: Processos IFB nº 23098.001211/2011-94; 23098.00661/2012-41; 23098.001276/2010-59 e 23098.000857/2012-73			

7.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
152142	--	3	1					
152139	---	3	1					
152501	---	10	4					
152140	---	3	1					
Taguatinga Centro	9701.06594.500-1	17	5					
São Sebastião	---	3	4					
Estrutural	---	3	4					
Ceilândia	---	3	1					
Total								
Fonte: Processo SPU nº04905.004.908/2009-04; Processo SPU nº 04991.002.259/2008-96; Processo SPU nº 04991.000607/2011-96; Processo SPU nº 04991.001.289/2008-85, Processos SPU nº 04991.002.626/2009-32, Processo SPU nº 14235.000.227/96-21, Processo SPU nº 04991.002.318/2008, Processo SPU nº 04991.000709/2009-97; Processo SPU 04991.000709/2009-97; Processos Terracap nº 111.001.579/2011; Processos Terracap nº - 111.002.125/2011; Processos Terracap nº111.000.362/2012.								

ANÁLISE CRÍTICA

Os imóveis sob responsabilidade do IFB estão em processo de regularização junto à Secretaria do Patrimônio da União no DF. Na maioria deles já foi assinado Termo de Uso a Título Precário, com exceção de Planaltina, em que a SPU-DF está fazendo a verificação da titularidade da terra. Quanto ao imóvel de Taguatinga Centro, verificou-se que o documento existente é um Termo de Entrega.

Ao longo do exercício de 2013 continuarão os esforços do IFB no sentido de regularizar a situação patrimonial de todos os imóveis acima descritos.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprova e publica a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprova e publica as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprova e publica as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprova e publica as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprova e publica as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprova e publica as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por	

iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.ifb.edu.br/aceso-a-informacao/normas-internas-do-ifb
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
A pesquisa se apresenta adequada, existem questões que podem ser complementada e conter a opção de que a instituição não contrata certo tipo de serviços.	

ANÁLISE CRÍTICA:

O IFB instituiu o Comitê Gestor de TIC (CGTIC) por meio da Portaria nº 361, de 13/07/2010, com o objetivo de ser a instância diretiva que determina as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação e alinha essas prioridades com as estratégias do Instituto.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do IFB, aprovado pelo CGTIC, já se encontra em sua segunda revisão, o documento foi publicado e está disponível no endereço eletrônico: http://www.ifb.edu.br/images/NTIC/pdtic_ifb_2_revisao_v24-previav2.pdf ;

O PDTIC contém todos os indicadores definidos e é acompanhado regularmente pelo NTIC e seus resultados apresentados ao CGTIC.

Como metas do PDTIC, existem a melhora e o uso dos sistemas corporativos SIGA EPCT, sistema desenvolvido pela rede técnica composta por vários Institutos Federais de ensino, e SUAP, desenvolvido pela equipe técnica do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Ambos sistemas dão apoio tanto a parte educacional quanto a administrativa.

Todas as contratações realizadas, que tratam de soluções de TIC, seguem e/ou seguiram o que é descrito na legislação pertinente, em específico a Instrução Normativa 04 do MPOG de 2010.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<ul style="list-style-type: none"> A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <p>⤴ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p>			X		
<ul style="list-style-type: none"> Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. 				X	
<ul style="list-style-type: none"> A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). 			X		
<ul style="list-style-type: none"> Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <p>⤴ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>			X		
<ul style="list-style-type: none"> No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <p>⤴ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>				X	
<ul style="list-style-type: none"> No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <p>⤴ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>	Lâmpadas econômicas e torneira automáticas (não mensuráveis por se tratar da implantação de novas unidades de funcionamento)				
				X	
<ul style="list-style-type: none"> No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <p>⤴ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p>	Papel reciclado e sacolas recicladas a partir de garrafas pet				
			X		
<ul style="list-style-type: none"> Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <p>⤴ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	Sim ()		Não (X)		
			X		
<ul style="list-style-type: none"> Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. 				X	
<ul style="list-style-type: none"> Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. 					
<ul style="list-style-type: none"> Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. 					
<ul style="list-style-type: none"> Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <p>⤴ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa</p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
<ul style="list-style-type: none"> Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. 					
<ul style="list-style-type: none"> ▲ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	Se existe política de uso de energia, e reciclagem das matérias-primas usadas na produção do produto.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
	Diminuição no consumo de energia				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	3.092*	699		23.673,44	6.968,04	
Água				126.448,29	126.168,7	10.654,64
Energia Elétrica				568.514,35	489.756,32	183.420,54
			Total	718.636,08		

* Resmas

a) Detalhamento da política adotada pelo IFB para estimular o uso racional de recurso e Adesão a programas de gestão da sustentabilidade

O IFB ainda não aderiu a programa de sustentabilidade, no entanto vem envidando esforços no sentido de formalizar comissão para implantar programas que tenham aderência à Agenda Ambiental da Administração Pública.

Quanto às ações isoladas de uso racional dos recursos, apenas três das onze unidades do IFB disseram não ter ações específicas sobre sustentabilidade, sendo que, destas três, uma afirmou pretender aderir a tais ações em 2013.

Dentre as ações citadas, destacam-se as referentes à economicidade de papel, citadas por dez unidades e que incluem ações como reutilização de papel impresso, impressão frente e verso, impressão de mais de uma página por folha, impressoras centralizadas, sugestão de emissão de certificados digitais dos eventos disponibilizados no site do IFB, produção da agenda do IFB utilizando papel reciclado e demais impressos produzidos pelo NUCS utilizando papel de certificação FSC.

Frequentemente ocorrem de capacitações, conscientizações, orientações ou lembretes para servidores, equipe de limpeza e/ou alunos sobre o uso racional de água, energia elétrica, papel ou do patrimônio escolar como um todo.

Houve também a substituição do uso de copos descartáveis por *squeezes* oferecidas aos alunos, professores e técnicos ou por copos, xícaras ou canecas de vidro nos ambientes administrativos.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Nos quadros abaixo seguem informações sobre as providências adotadas pelo IFB para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU no exercício.

As informações estão estruturadas em dois (2) demonstrativos (10.1 e 10.1.2) distinguindo-se em razão de o primeiro (10.1) estar relacionado com a deliberação do TCU atendida pela UJ no exercício, enquanto o segundo (10.1.2) se refere à deliberação que permaneceu pendente de atendimento até o final do exercício de referência do relatório de gestão.

10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

No tocante às deliberações do TCU atendidas no exercício, não ocorreram.

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

No tocante às deliberações do TCU atendidas no exercício, não ocorreram.

10.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília					94430
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-015.036/2011-1	Nº 2315/2012 – TCU Plenário	9,9	Grupo II Classe V	Ofício 1141/2012/TCU/SECEX/RN, de 10/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Brasília					94430
Descrição da Deliberação					
<p>9.9 determinar aos (...) IFDF que:</p> <p>9.9.1 apurem, em relação a seus servidores ativos e inativos, inclusive de seus Campi, (a) eventual acumulação indevida de cargo público; (b) percepção indevida de acréscimo remuneratório por servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva; e (c) descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva;</p> <p>9.9.2 verifiquem, para os servidores que possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando, ainda, se cabível, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990;</p> <p>9.9.2.1 fundamentem devidamente a decisão, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, com a anexação, no respectivo processo, da competente documentação comprobatória e com a indicação expressa do responsável pela medida adotada;</p> <p>9.9.3 promovam, caso confirmem a ocorrência das irregularidades, as medidas preconizadas na Lei nº 8.112/90;</p> <p>9.9.4 informem, na prestação de contas ordinárias de 2012 ou no relatório de gestão, as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação expedida nesse subitem.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
RIFB – Reitoria/DRGP					105190
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Diretoria não possui até a presente data ferramenta específica para realizar a apuração de acumulação, limitando-se apenas as informações contidas no SIAPE. A Instituição está buscando junto ao MPOG sistemas que vise detectar as acumulações indevidas para que a Instituição, de acordo com a legislação vigente, apure possíveis irregularidades e tome as providências cabíveis.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Falta de ferramenta específica para apurar possíveis irregularidades.					

Nos quadros abaixo seguem a síntese das informações sobre as providências adotadas pelo IFB referentes às recomendações exaradas pelo Órgão de Controle Interno – OCI, (CGU).

As informações estão estruturadas em dois (2) demonstrativos (10.1.3 e 10.1.4) distinguindo-se em razão de o primeiro (10.1.3) estar relacionado com as recomendações do OCI atendidas pelo IFB no exercício, independentemente do exercício em que originaram, enquanto o segundo (10.1.4) se refere às recomendações que permaneceram pendentes de atendimento até o final do exercício de referência do relatório de gestão, igualmente independentemente do exercício em que originaram.

10.1.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília			94430
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	243992	1. CONSTATAÇÃO 10	S.A CGU nº 201207501/001
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília			94430
Descrição da Recomendação			
Deve ser celebrado um termo aditivo para ajuste do valor contratual, bem como a devolução dos valores pagos a maior.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
RIFB - Reitoria			105190
Síntese da Providência Adotada			
O Instituto Federal de Brasília instituiu uma comissão de sindicância para atender a recomendação através da Portaria nº 817, de 16/11/2011. A referida comissão no Relatório Final do Processo nº 23098.001732/2011-41, concluiu, em 23/05/2012, que "Diante do exposto, esta Comissão opina pelo arquivamento do processo por entender que não houve oneração nos preços e nem aumento no lucro da empresa, bem como não houve, por parte do IFB recolhimento incorreto".			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação foi atendida através de realização de apuração via comissão de sindicância e conclusão sobre o caso.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Há dificuldade de formação de comissões de sindicância, devido a reduzida quantidade de servidores estáveis.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília			94430
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	243992	2. CCONSTATAÇÃO 10	S.A CGU nº 201207501/001
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código

	SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	94430
Descrição da Recomendação	
Instituir a própria comissão de processo administrativo disciplinar do Instituto.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
RIFB - Reitoria	105190
Síntese da Providência Adotada	
Foi criada a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, através da Portaria nº 592, de 22/06/2012.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A comissão funciona regularmente auxiliando a administração nesta necessidade específica.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
O quadro de pessoal do IFB é composto em sua maioria por servidores em estágio probatório a ausência de servidores estáveis e capacitados para compor a comissão foi um fator negativo que prejudicou a adoção da providência.	

10.1.4 – RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília			94430
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	243992	1. CCONSTATAÇÃO 10	S.A CGU nº 201207501/001
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília			94430
Descrição da Recomendação			
Criar ouvidoria para atendimento de denúncias, elogios, sugestões e reclamações por parte dos funcionários do nível operacional ou de atores externos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
RIFB - Reitoria			105190
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O IFB já instituiu a Ouvidoria por meio da portaria nº 695, de 02 de agosto de 2012 e nomeou a servidora responsável pela implantação da mesma, por meio da Portaria nº 696, de 02 de agosto de 2012. Ressalta-se ainda, que o regimento da Ouvidoria foi criado e submetido à apreciação do Conselho Superior do Instituto, sendo o mesmo aprovado pela Resolução 37 de 2012. A Ouvidoria já se encontra em funcionamento, com sala específica, telefone para contato e acesso via site do instituto: http://www.ifb.edu.br/aceso-a-informacao/ouvidoria .			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As dificuldades estavam relacionadas à falta de estrutura física, tendo em vista que o IFB está em construção e ainda carece de os espaços físicos, além da dificuldade em avaliar servidores que sem experiência em administração pública que tivessem o perfil adequado para estar à frente da implantação de órgão tão importante quanto a Ouvidora. A implantação da Ouvidora deu à comunidade externa e acadêmica mais segurança quanto à lisura e transparência em relação aos trabalhos que o IFB vem desenvolvendo.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	94430

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	241462	1. CCONSTATAÇÃO 3	S.A CGU nº 201207501/001
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília			94430
Descrição da Recomendação			
Recomendamos a celebração de termo aditivo fazendo-se o ajuste da planilha contratual, bem como, a devolução, se houve, de pagamentos indevidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
RIFB - Reitoria			105190
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Concentração de atividades na Pró-reitoria de Administração, devido a troca de gestão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A posse de novo gestor na Pró-Reitoria de Administração do Instituto direcionou as atividades desta pró-reitoria na readequação dos processos e organização dos trabalhos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília			94430
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108570	2. CCONSTAT AÇÃO 25	S.A CGU nº 201207501/001
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília			94430
Descrição da Recomendação			
O Gestor deve dar prosseguimento no andamento dos processos de registros dos bens imóveis junto à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal - SPU/DF.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
RIFB - Reitoria			105190
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O processo encontra-se em andamento. O Instituto aguarda a transferência da dominialidade dos imóveis por parte da TERRACAP/SPU para que seja concluído. Todo o esforço tem sido feitos neste sentido. Todavia, os procedimentos burocráticos dos órgãos citados tem dificultado tal tarefa.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O IFB tem se esforçado no sentido de cobrar, mediante ofício, a dominialidade dos imóveis.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília			94430
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	3. 43992	4. ÇÃO 30	CCONSTATA S.A CGU nº 201207501/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília			94430
Descrição da Recomendação:			
Ao Reitor: Providenciar, junto à Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, a avaliação ambiental das unidades do IFB para amparar o pagamento de adicionais de insalubridade aos servidores e terceirizados da instituição, com observância aos requisitos e critérios definidos em legislação pertinente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DRGP/PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional			105196
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Embora este item conste como pendência e esteja passível de verificação por parte do OCI, é necessário informar que o SIASS já apresentou os laudos de avaliação ambiental das seguintes unidades do IFB: Reitoria, <i>campi</i> Brasília, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião e Taguatinga, ficando para o ano de 2103 os <i>campi</i> Gama e Taguatinga Centro. Os referidos laudos estão disponíveis na intranet do IFB.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A morosidade para finalizar o trabalho, considerando que o laudo tem que ser realizado em parceria com outra instituição.			

INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando, pelo menos:

- a) **Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;**

O Núcleo de Auditoria Interna tem como função principal avaliar o processo de gestão, no que se refere aos seus diversos aspectos, tais como a governança corporativa, gestão de riscos e procedimentos de aderência às normas regulatórias, apontando eventuais desvios e vulnerabilidade às quais a organização está sujeita.

Quanto à estrutura do Núcleo Auditoria Interna - NAIN e o posicionamento no organograma do IFB, o NAIN possui, na atualidade, cinco (5) servidores concursados lotados no setor, todos os cinco ocupam o cargo de Auditor, sendo que um ocupa a função de Auditor-Chefe. O NAIN vincula-se ao Conselho Superior, nos termos do art. 102 do Regimento Geral do IFB, bem como item 6 do anexo a Resolução Nº 28/2009 – RIFB que Instituiu a Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Brasília, em consonância com o Decreto nº3.591, de 06 de setembro de 2000.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;

Os trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações foram em relação aos Investimentos na implantação do IFB (principalmente gastos com obras), pois representou 56,06% do total previsto na LOA/2012. O acompanhamento das medições de forma concomitante com a execução das obras dos *Campi* Brasília, Gama, Samambaia e Taguatinga cujas principais Constatações foram relacionadas às medições de itens de planilhas sem estarem efetivamente empregados à obra.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

No decorrer do exercício de 2012 foram exaradas 31 (trinta e uma) recomendações pelo Núcleo de Auditoria Interna, sendo que a maioria ocorreu no final de 2012, desse total, 6 (seis) foram implementadas pelos gestores no exercício referido.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

O Núcleo de Auditoria solicita aos gestores responsáveis pela implementação manifestações ou pronunciamentos sobre a implantação das recomendações de forma periódica e após o recebimento das respostas, os auditores que exararam as recomendações analisam cuidadosamente as respostas dadas pelos gestores e na planilha de controle atualizará, segundo as respostas, como Solucionada, Baixada ou continuará Pendente.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Embora o Núcleo de Auditoria não possua um sistema específico para monitoramento da efetividade na implementação de suas recomendações, tem solicitado aos gestores responsáveis pela implementação manifestações ou pronunciamentos sobre a implantação das recomendações de forma periódica.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

São encaminhados os relatórios de auditoria ao dirigente máximo para conhecimento, ciência e assinatura, sobre as áreas auditadas, evidenciando as impropriedades e irregularidades apontadas, com as constatações e recomendações pertinentes. No memorando de encaminhamento dos relatórios de auditoria ao dirigente máximo, após assinatura deste, ainda é solicitado o envio de uma via de cada relatório ao Núcleo de Auditoria Interna - NAIN para o devido arquivamento e outra via

encaminhada para a área auditada e por último, uma via de cada relatório encaminhada à Controladoria Geral da União, conforme art. 8º da Instrução Normativa nº 07 de 29 de dezembro de 2006 da Controladoria Geral da União - CGU.

- g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.**

O IFB não possui sistemática de comunicação tendo em vista que não há comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
				Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	31	14	14
	Entregaram a DBR		31	14
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	189	50	50
	Entregaram a DBR	189		50
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	30	12	12

(Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)		Entregaram a DBR	30	12
PLANILHA DE CONTROLE	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Fonte: DRGP/IFB				

10.3.1.1 ANÁLISE CRÍTICA

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR;

NÃO SE APLICA.

- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR;

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.

- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento;

NÃO EXISTE SISTEMA DE GERENCIAMENTO INFORMATIZADO.

- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá;

A RECEPÇÃO DA DBR É EM PAPEL IMPRESSO PREENCHIDO PELO SERVIDOR.

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;

NÃO SE REALIZA.

- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

PASTA FUNCIONAL DO SERVIDOR.

10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

10.4.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Quanto a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial as NBC T 16.9 e NBC T 16.10, o IFB, por motivos técnicos e operacionais não efetivou a prática de depreciação, amortização e exaustão no exercício financeiro de 2012.

No aspecto técnico, não houve capacitação ou treinamento para os servidores ligados a área patrimonial e contábil. Aliado a isso, a escassez de força de trabalho e alta rotatividade nos setores em questão dificultou a adoção de tais critérios.

Quanto a questão operacional, não há um sistema padronizado entre os campus que, interligado com o SIAFI – Sistema de Administração Financeira, registre e forneça as informações que auxiliem nas atividades próprias dos controles patrimoniais, afim de evitar distorções no correto registro contábil.

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Vide Item 11.2.3 - **DECLARAÇÃO COM RESSALVA**

11.2.1 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

- a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;
- b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;
- c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;
- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;
- e) As taxas utilizadas para os cálculos;
- f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;
- g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

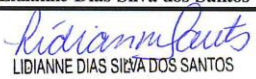
11.2.2 DECLARAÇÃO PLENA

QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

11.2.3 DECLARAÇÃO COM RESSALVA

QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA		158143	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Registro da depreciação dos bens patrimoniais b) Registro de eventuais baixas e reavaliações que possam ter ocorrido durante o exercício, tendo em vista a não realização do inventário unificado c) Registro e evolução da conta de Estoques, em virtude de ausência de inventário e relatórios mensais de almoxarifado. d) Registro dos bens imóveis <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	15/01/2013
Contador Responsável	Lídianna Dias Silva dos Santos	CRC nº	020196/O-3 DF


 LÍDIANNE DIAS SILVA DOS SANTOS
 CONTADORA
 CRC-DF - 020196/O-3

11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008

11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Não se aplica o art. 3º da Lei nº 11.638/2007, que prevê a obrigatoriedade de auditoria independente para as sociedades de grande porte.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

19. PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

19.1 INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

Em consonância com o que determinou o Tribunal de Contas da União através do Acórdão nº. 2.267/2005, de 12/12/2005, quanto a indicadores de desempenho operacional, para aferição anual da atuação das Instituições Federais de Educação Tecnológica, apresentam-se a seguir os resultados obtidos pelo IFB no exercício de 2012, bem como dados de uma série histórica, relativos aos 12 parâmetros definidos pelo mencionado Acórdão.

Quadro B.7.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios			
			2012	2011	2010	2009*
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Candidato}}{\text{Vaga}}$	5,71	6,59	4,23	1,78
	Relação Ingressos/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Ingressos} * 100}{\text{alunos matriculados}}$	71,07%	71,35%	87,85%	66,56%
	Relação Concluintes/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ concluintes} * 100}{\text{alunos matriculados}}$	11,81%	25,51%	23,64%	12,92%
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	$\frac{\sum \text{concluintes} * 100}{\sum \text{situações finais}}$	29,22%	34,35%	26,91%	17,72%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\frac{\text{N}^\circ \text{ alunos retidos}}{\text{alunos matriculados}}$	28,53%	***	10,38%	9,21%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}}{\text{N}^\circ \text{ de docentes}}$	33,11	17,43	15,21	13,46
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos}}{\text{alunos matriculados}}$	R\$6.137,26	R\$14.935,90	R\$8.670,29	R\$ 21.105,17
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal} * 100}{\text{gastos totais}}$	27,23%	24,57%	21,50%	32,53%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$\frac{\text{Total de gastos com outros custeios}}{\text{gastos totais}}$	17,96%	13,15%	8,42%	23,22%
	Percentual de Gastos com Investimentos	$\frac{\text{Total de gastos com desp. De invest. e inv. Financ.}}{\text{gastos totais}}$	52,62%	60,54%	68,14%	38,07%
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Sem cálculo				
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{\text{Gx1+Ax2+Ex3+Mx4+Dx5}}{\text{G + A + E + M + D}}$	3,50	3,55	3,57	**

* Dados apresentados nos Relatórios de Gestão de 2009 e 2010.

** Informação não disponível no Relatório de Gestão 2009.

*** Informação não disponível no Relatório de Gestão 2011.

19. 2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET

Os indicadores apresentados em 2012 além de ser uma prestação de contas, é para o Instituto Federal de Brasília um sinalizador para sabermos se as ações realizadas durante o ano de 2012 estão em consonância com os objetivos da Instituição e do contexto social em que está inserido e também são norteadores que servirão para subsídios para futuras decisões.

O IFB cresceu em quantidade de campus, contando agora com 9 campi. Aumentou a oferta de cursos novos, aumentou de forma significativa o número de matriculados e inscritos. Esses indicadores refletem o grande interesse da sociedade em fazer parte do corpo acadêmico da Instituição. O ano letivo de 2012 foi extremamente prejudicado por causa da greve, entretanto, o IFB se preocupou em manter o direito do servidor em aderir ao movimento sem prejudicar o público-alvo que é a sociedade em geral.

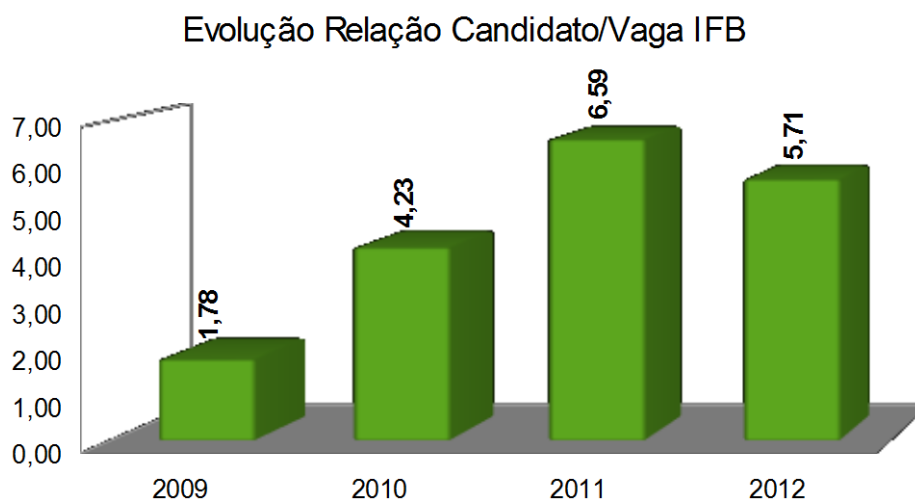
Relação Candidato/Vaga

Definição: Este indicador possibilita que se calcule a relação entre o número de candidatos inscritos e o número de vagas ofertadas.

Método de Cálculo:

$$\text{Relação Candidato/Vaga} = \frac{\text{Candidatos}}{\text{Vagas}}$$

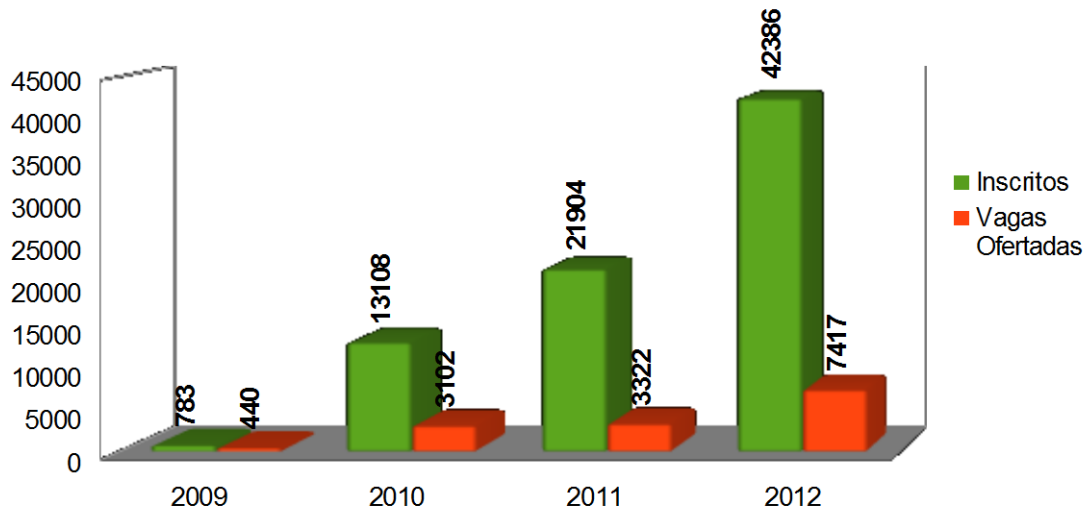
Gráfico 25 - Evolução da relação candidato/vaga no IFB.



Fonte: SETEC

Gráfico 26 - Evolução do número de vagas ofertadas e candidatos inscritos no IFB.

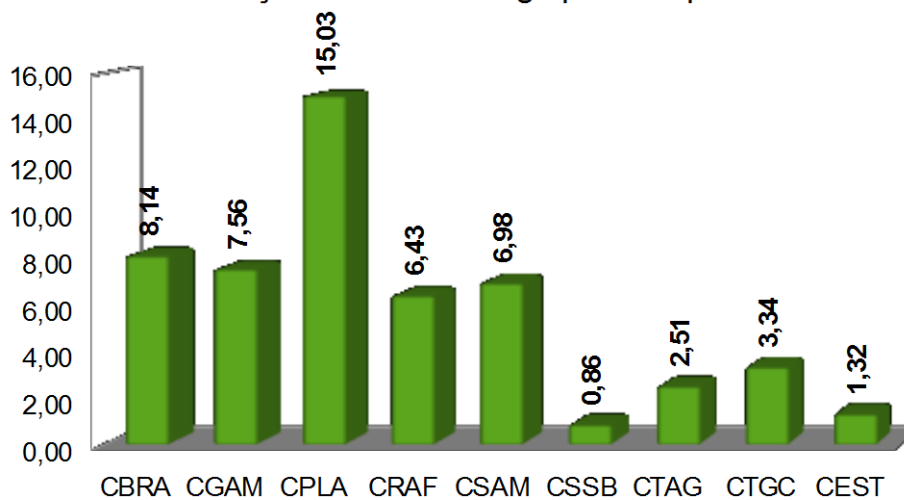
Evolução Relação Inscritos e Vagas Ofertadas no IFB



Fonte: SETEC

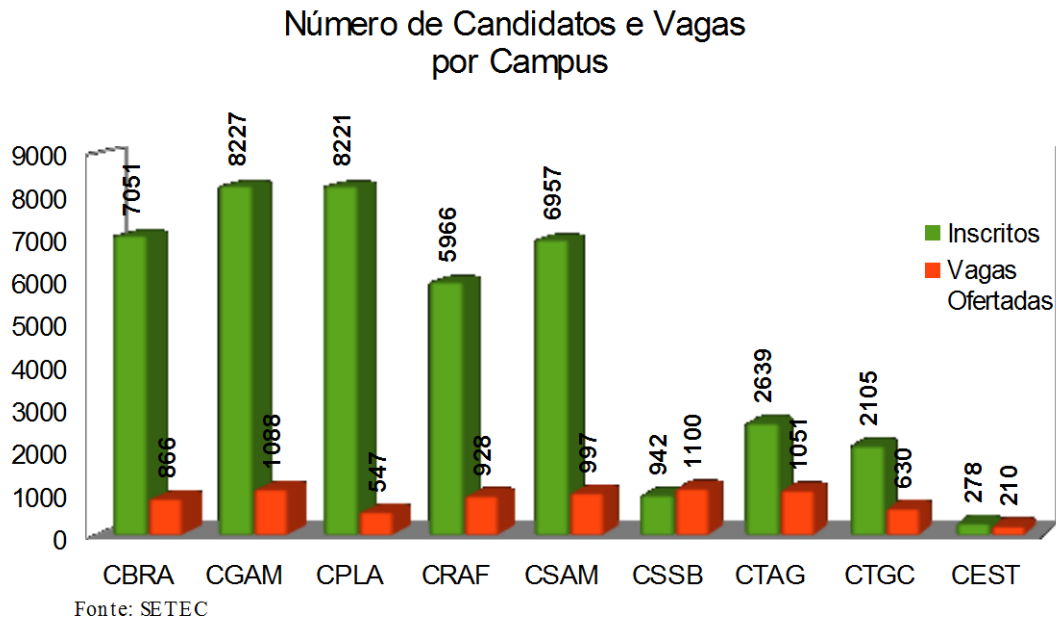
Gráfico 27 - Evolução do número de candidato/vaga no IFB.

Relação Candidato/Vaga por Campus



Fonte: SETEC

Gráfico 28 - Número de inscritos e vagas ofertadas.



A relação candidato/vaga caiu de 6,59 em 2011 para 5,75 em 2012 (Gráfico 26). Isto ocorreu em função do aumento de 120% nas vagas ofertadas em 2012, enquanto o aumento do número de candidatos inscritos foi de 93%. Mesmo que essa proporção (candidato/vaga) tenha caído, os dados revelam que houve um aumento exponencial na procura dos cursos do IFB (Gráficos 27 e 28).

O Gráfico 29 mostra que os campi mais consolidados, Brasília, Gama e Planaltina, apresentam maior relação candidato/vaga, mostrando que o IFB vem afirmando sua identidade junto a comunidade em um curto período tempo.

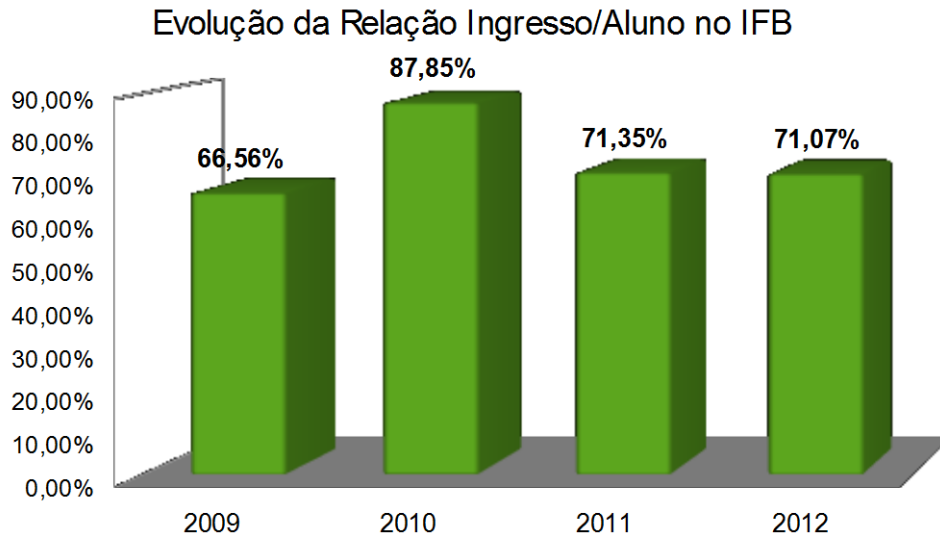
Relação Ingressos/Alunos

Definição: Descreve a relação entre ingressos de cada curso e os alunos matriculados no ano.

Método de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Ingressos} \times 100}{\text{Matriculados}}$$

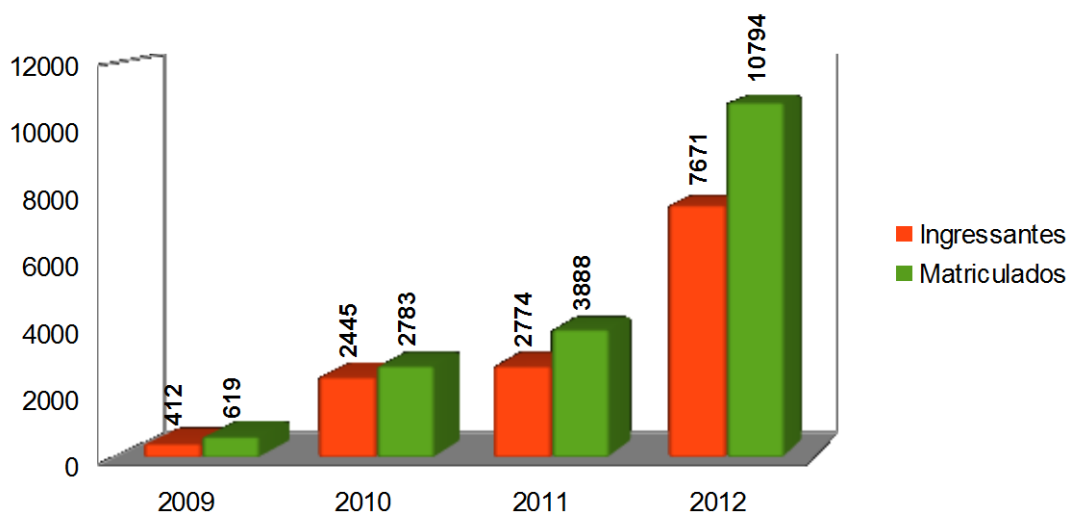
Gráfico 29 - Evolução da relação alunos ingressantes e matriculados no IFB.



Fonte: SETEC

Gráfico 30- Evolução do número de alunos ingressantes e matriculados no IFB.

Evolução do Número de Alunos Ingressantes e Matriculados no IFB



Fonte: SETEC

Gráfico 31 - Evolução da relação ingresso/aluno no IFB por Campus.

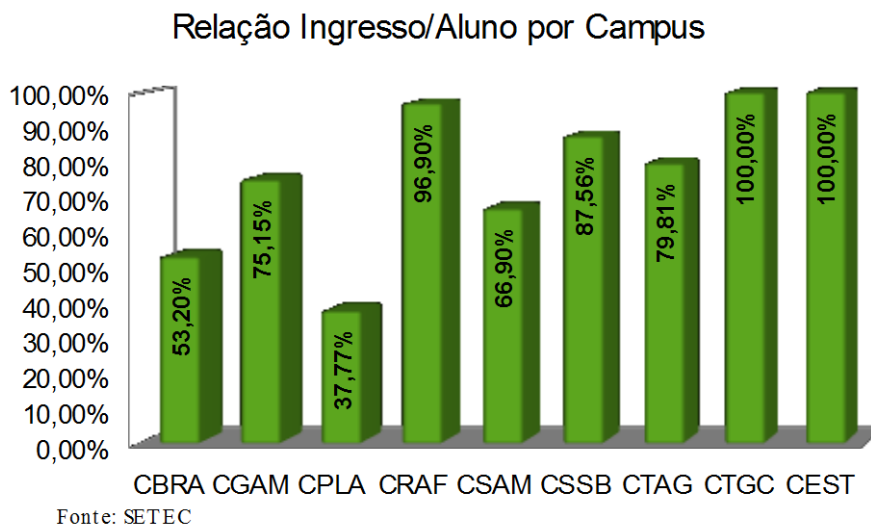
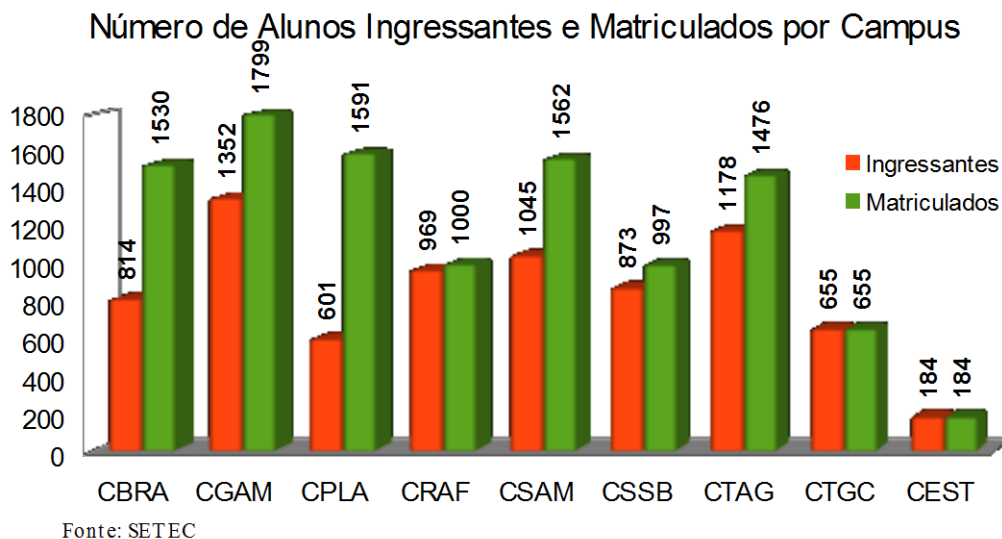


Gráfico 32 - Evolução número de ingresso/aluno matriculado por Campus.



A relação ingresso/aluno apresentada pelo IFB ao longo de quatro anos vem se mantendo estável (Gráfico 30), revelando o caráter de expansão da Instituição que oferta uma expressiva quantidade de vagas pelo número de matrículas do campus. Em campus mais consolidados, como Planaltina e Brasília, essa relação tende a cair, pois ocorre uma estabilização da oferta em relação às matrículas (Gráfico 32).

Relação Concluintes/Alunos

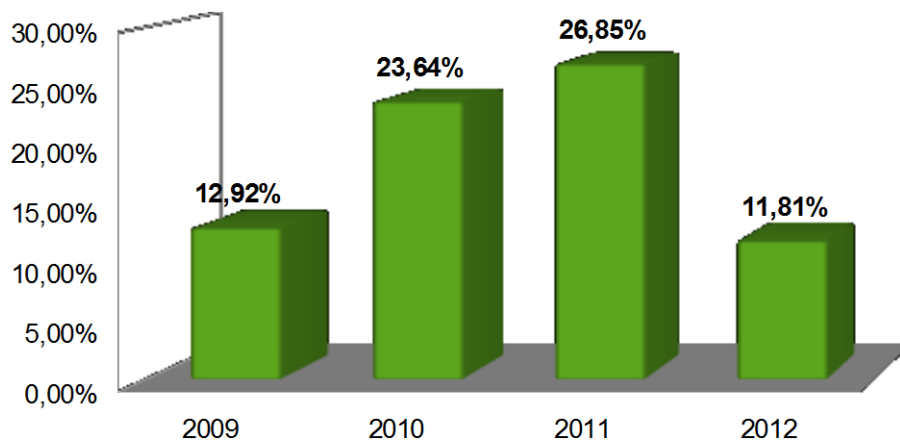
Definição: Quantificar a taxa existente entre os concluintes e os alunos matriculados.

Método de Cálculo:

$$\text{Relação: } \frac{\text{Número de Concluintes p/ período} \times 100}{\text{Alunos Matriculados}} =$$

Gráfico 33- Evolução da relação alunos concluintes e matriculados no IFB.

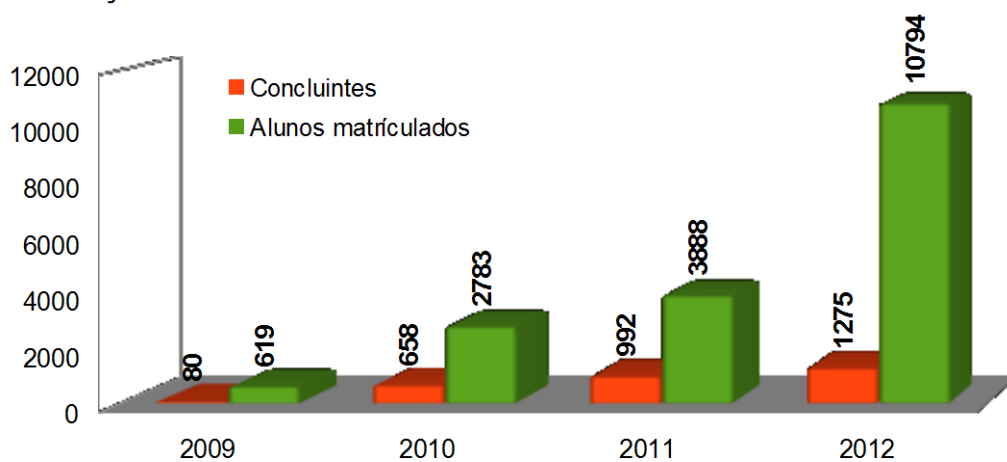
Evolução da Relação Concluintes/Alunos Matriculados do IFB



Fonte: SETEC

Gráfico 34- Evolução do número de alunos concluintes e matriculados no IFB.

Evolução do Número de Alunos Concluintes e Matriculados no IFB



Fonte: SETEC

Gráfico 35- Evolução da relação concluintes/aluno no IFB

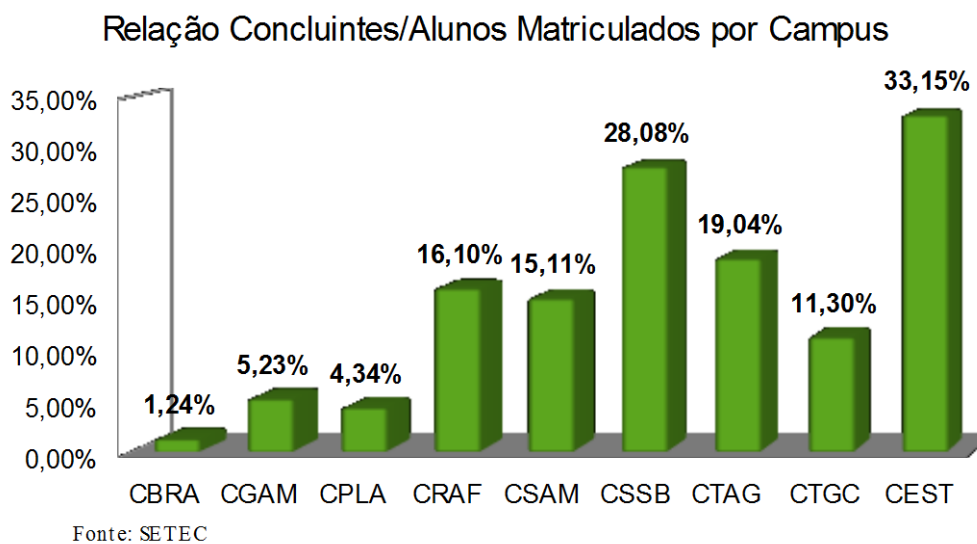
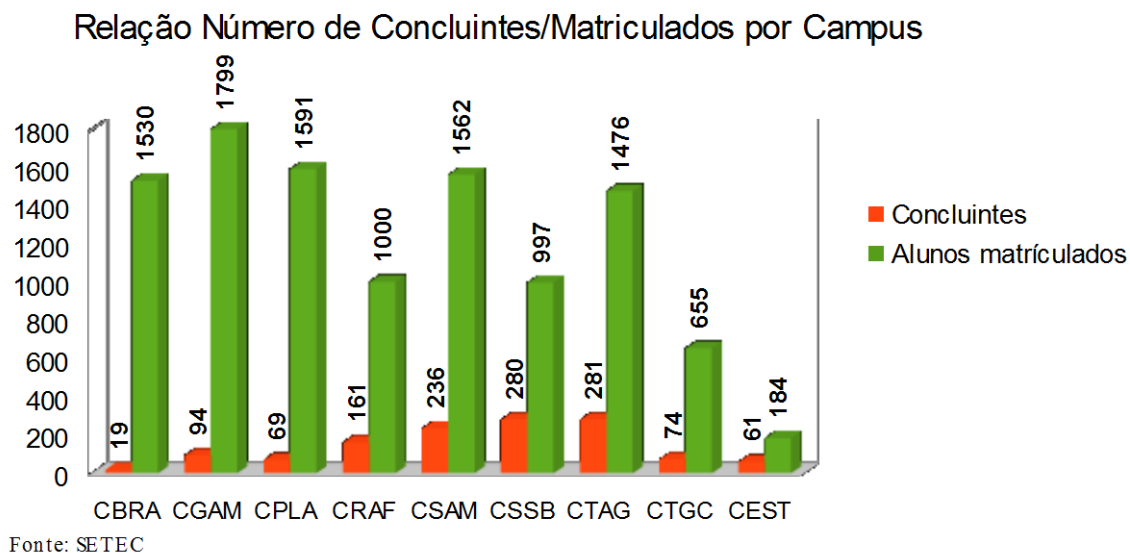


Gráfico 36- Evolução do número de alunos concluintes e matriculados no IFB.



A relação concluinte/aluno em 2012 foi menor do que em 2011 (Gráfico 33). Esse resultado é decorrente do aumento do tempo da formação dos cursos ofertados. Em 2010 e 2011, foram implantados os cursos técnicos e superiores, promovendo a rematrícula dos alunos nos anos seguintes. Isso demanda um tempo para estabilizar a correção de fluxo para que o número de concluintes seja proporcional ao de matriculados. Há de se ressaltar o aumento expressivo de matrículas em 2012, quando comparado a 2011 (Gráfico 34), que também promove a redução no indicador. Além disso, Brasília, Planaltina e Gama apresentam poucos concluintes, porque não finalizaram o ano letivo e não lançaram dados de concluintes no sistema (Gráfico 36).

Índice de Eficiência Acadêmica/Concluintes

Definição: Quantificar a eficiência do Instituto.

Método de Cálculo:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Somatório do N}^\circ \text{ de Concluintes} \times 100}{\text{Somatório do N}^\circ \text{ de todas as Situações Finais}}$$

Gráfico 37 - Evolução do índice de eficiência acadêmica do IFB.

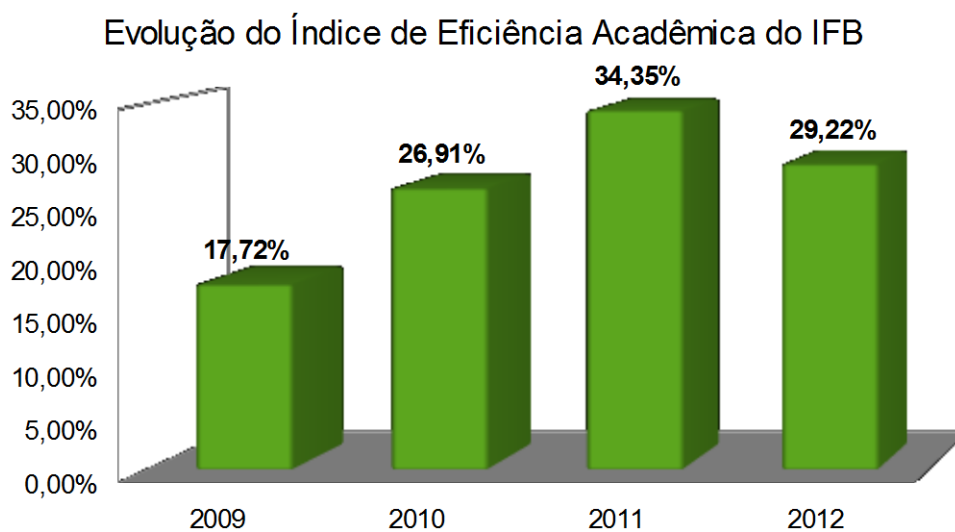
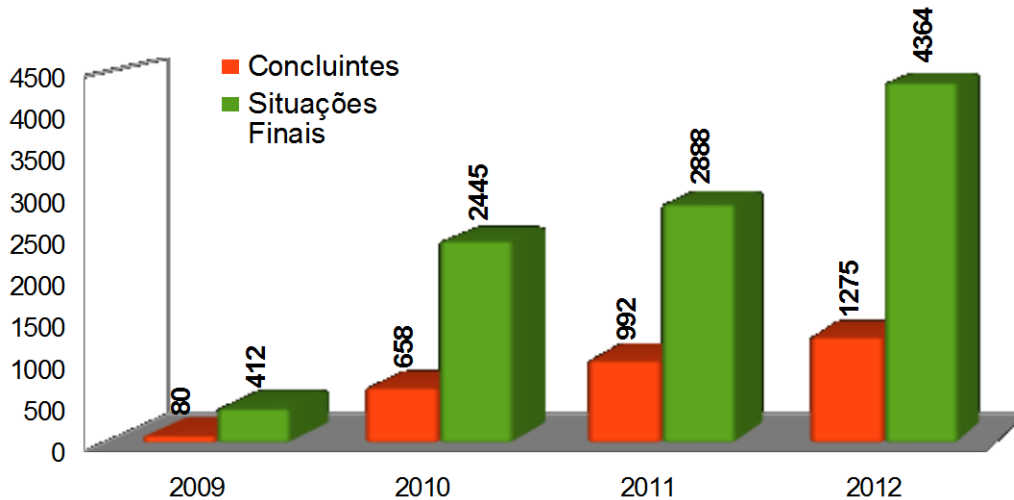


Gráfico 38 - Evolução do número de alunos concluintes e situações finais no IFB.

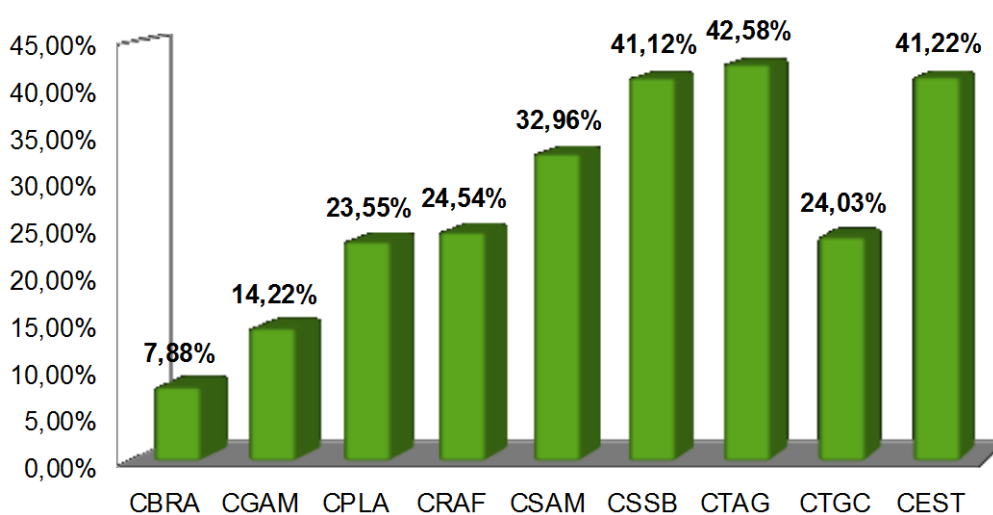
Evolução do Número de Alunos Concluintes e Situações Finais no IFB



Fonte: SETEC

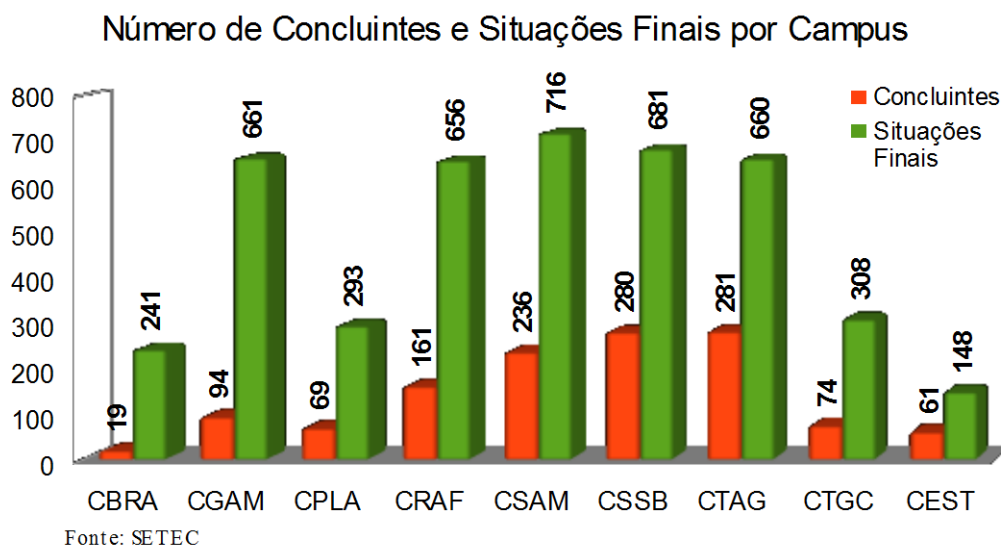
Gráfico 39 - Evolução da eficiência acadêmica por Campus no IFB.

Índice de Eficiência Acadêmica por Campus



Fonte: SETEC

Gráfico 40 - Número de concluintes e situações finais por Campus.



No cômputo geral, o índice de eficiência acadêmica sofre uma ligeira redução em 2012 (Gráfico 38). Entretanto, os campi Brasília, Gama e Planaltina apresentam os menores índices de eficiência acadêmica (Gráfico 40), provavelmente devido ao período letivo não ter sido concluído dentro do ano corrente de 2012, apresentando baixo índice de concluintes, além de serem os únicos *campi* que ofertavam cursos superiores no ano de 2012. Como ainda não houve concluintes nos cursos superiores do IFB, esse número ainda não compõe o referido índice.

Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Definição: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

Método de Cálculo:

$$\text{Índice} = \frac{\text{N}^\circ \text{ Alunos Retidos (Reprovação + Trancamento)} \times 100}{\text{Alunos Matriculados}}$$

Gráfico 41- Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar no IFB.

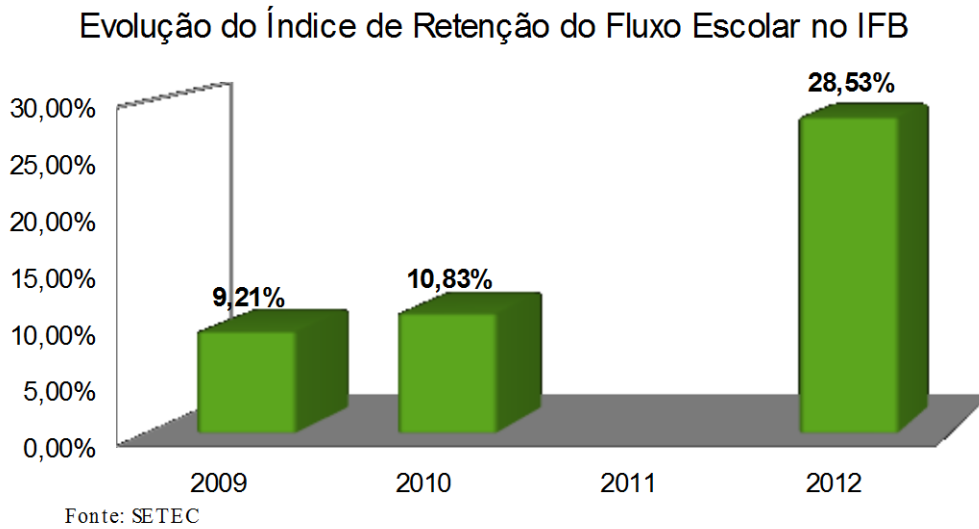


Gráfico 42 - Evolução do Número de Alunos Retidos e Matriculados no IFB.

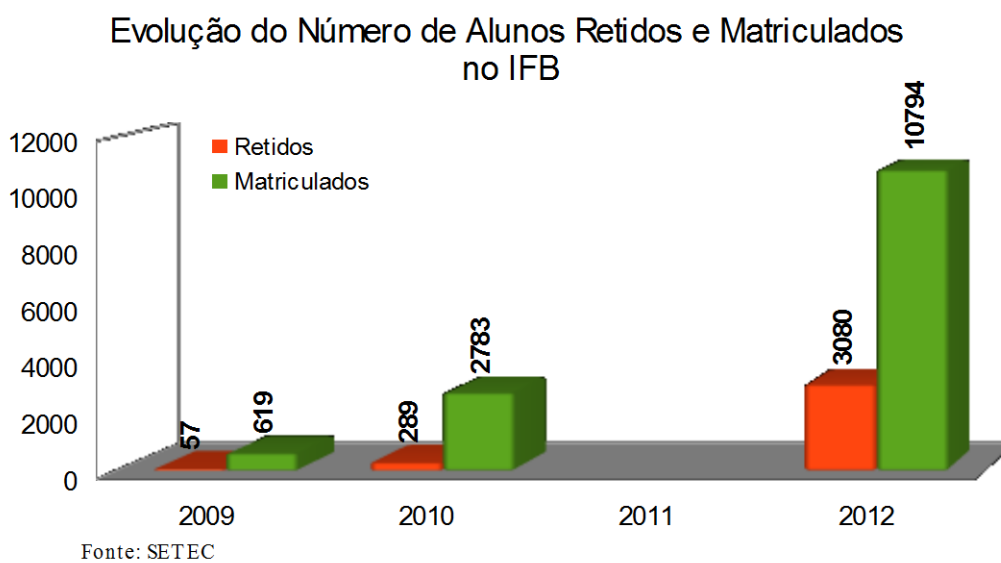


Gráfico 43 - Evolução do índice de retenção do fluxo escolar no IFB.

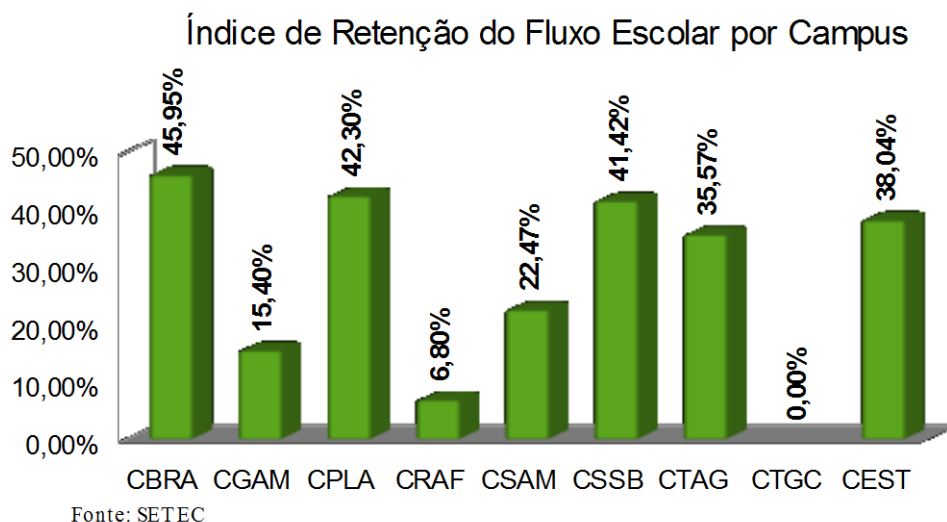
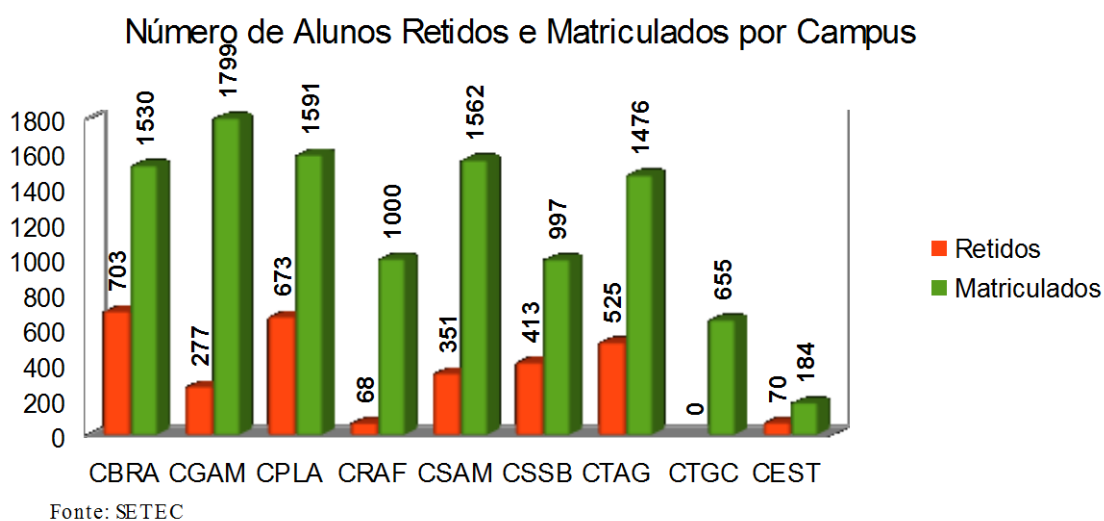


Gráfico 44 - Evolução do número de alunos retidos e matriculados por campus no IFB.



Este indicador mede a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto devido à reprovação e trancamento de matrículas. O aumento do índice de retenção do fluxo escolar no ano de 2012 (Gráfico 42) nos remete à necessidade de um trabalho pedagógico de formação docente mais efetivo, consolidação da infraestrutura e implementação de políticas de assistência estudantil visando a permanência do estudante.

Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral

Definição: Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral.

Método de Cálculo:

$$\text{Relação: } \frac{\text{N}^\circ \text{ de Alunos Matriculados}}{\text{N}^\circ \text{ de Docentes /docentes em tempo integral}}$$

Gráfico 45- Evolução da relação alunos/docente em tempo integral do IFB.

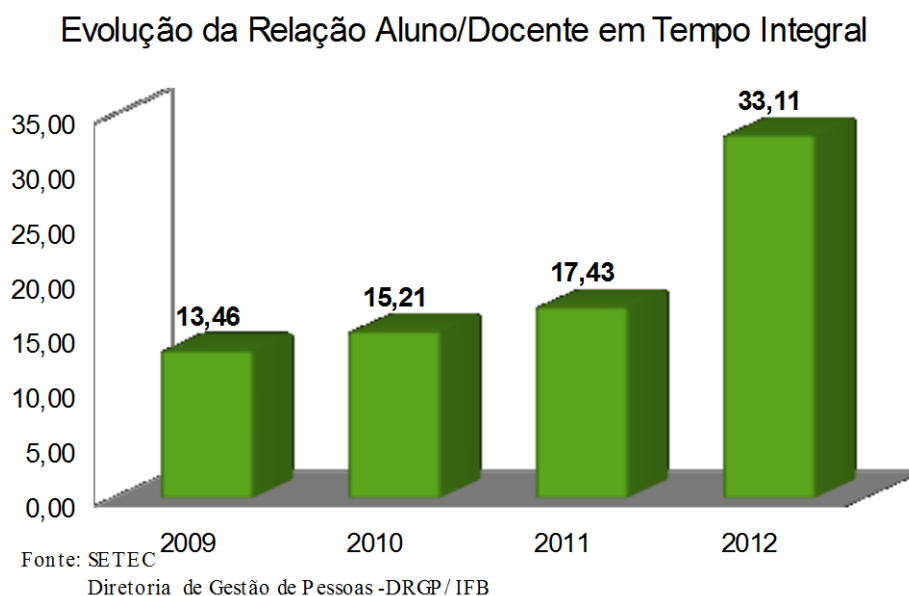
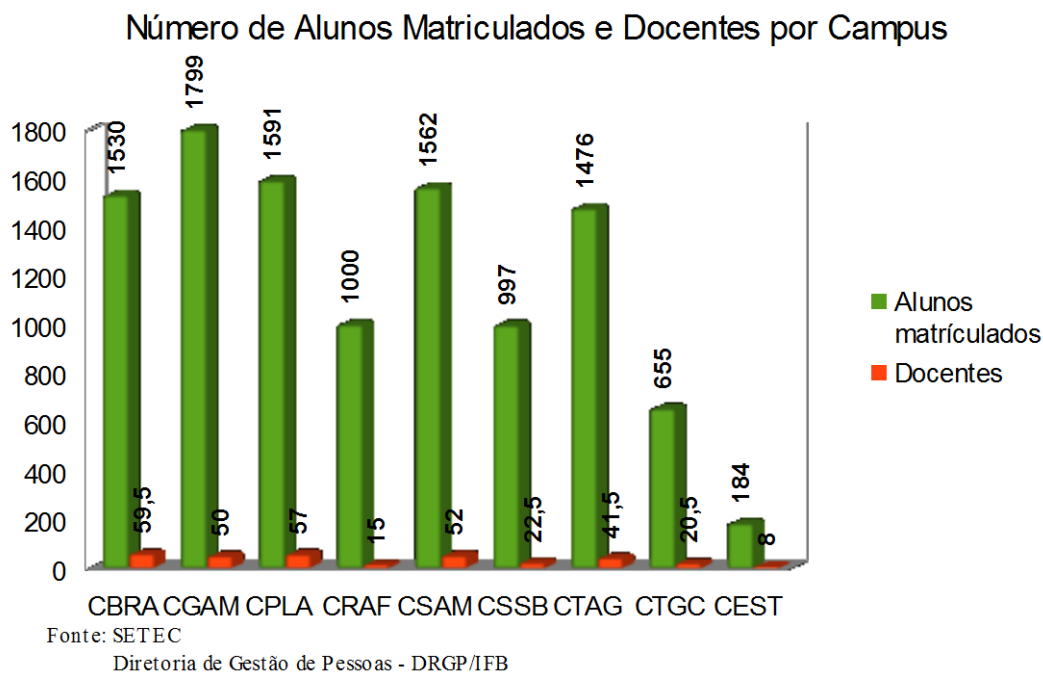


Gráfico 46 - Número de alunos matriculados e docentes por Campus do IFB.



O quantitativo de docentes com 40 horas semanais supera os com dedicação exclusiva somente para os que têm graduação. Os de maior titulação, a dedicação exclusiva supera os demais. Isto mostra que há uma vinculação direta entre título e regime de trabalho.

INDICADORES ADMINISTRATIVOS

Gastos correntes por aluno

OBJETIVO: Quantificar os Gastos por Aluno, por Região e para o País.

DEFINIÇÕES: Consideram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas.

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

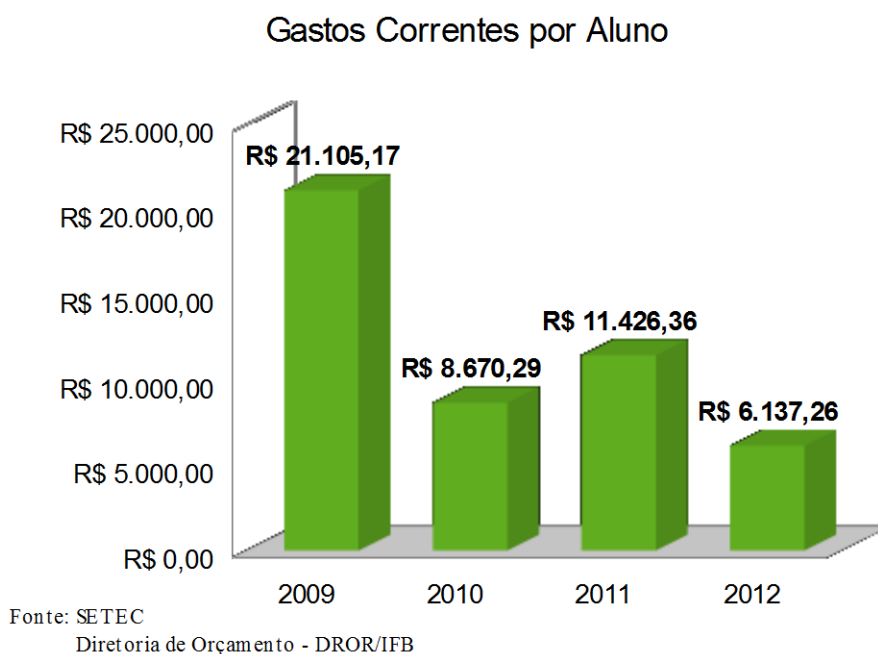
MÉTODO DE CÁLCULO:

Divisão do total de gastos acima definido pelo número de matrículas do mesmo ano.

$$\text{Gastos Correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}} = \frac{66.245.544}{10.794} = \text{R\$ 6.137,26}$$

Onde total de gastos = total de gastos – Investimentos- Precatórios- Inativos/Pensionistas.

Gráfico 47 - Evolução dos gastos correntes por aluno no IFB.



Percentual de Gastos com Pessoal

OBJETIVO: Quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais.

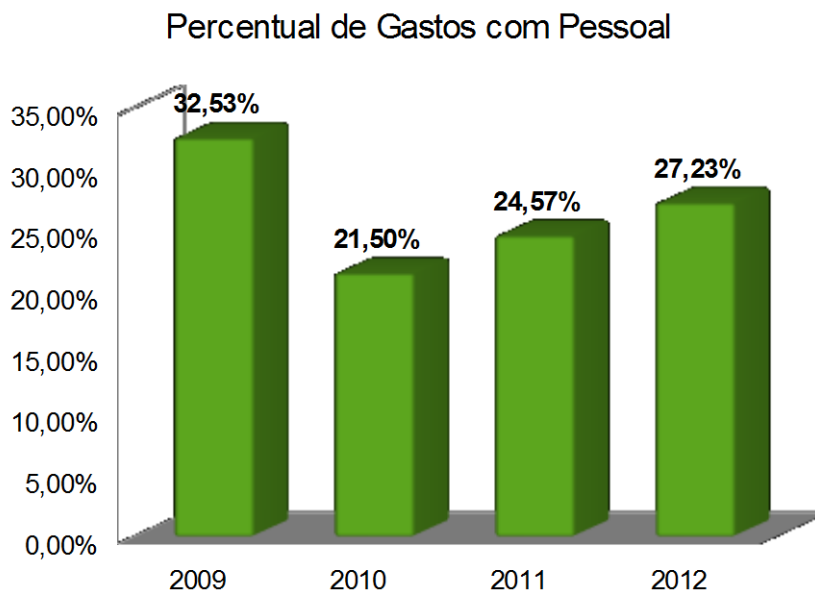
DEFINIÇÕES: GASTO COM PESSOAL: Gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios.

GASTOS TOTAIS: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Percentual de gastos com pessoal} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 = \frac{38.131.620}{140.010.380} * 100 = 27,23\%$$

Gráfico 48- Evolução do percentual de gastos com pessoal do IFB.



Fonte: Diretoria de Orçamento - DROR/IFB

Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)

OBJETIVO: Quantificar o percentual de gasto com Outros Custeios em relação aos gastos totais.

DEFINIÇÕES: GASTO COM OUTROS CUSTEIOS: (gastos totais de OCC) menos (-) (benefícios e pasesp, investimentos e inversões financeiras).

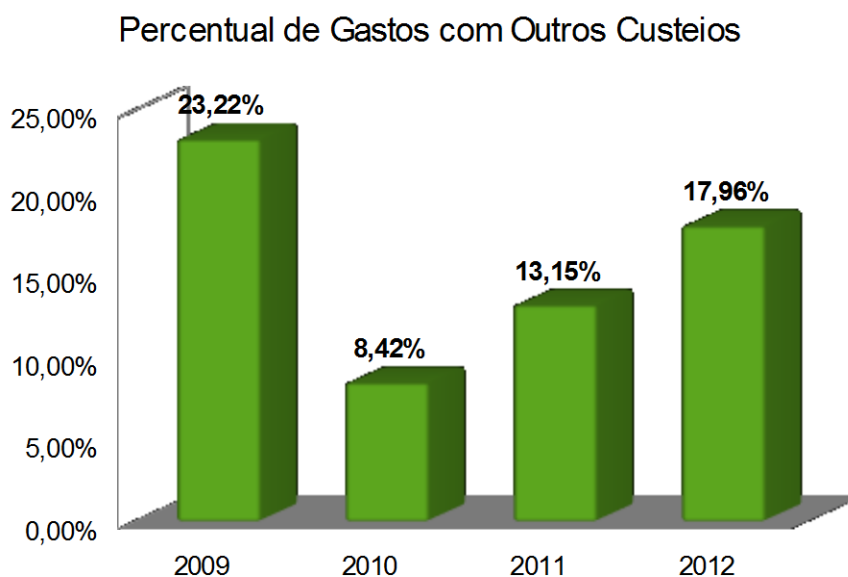
GASTOS TOTAIS: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Percentual de gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios) = $\frac{\text{Total de gastos com OCC}}{\text{Gastos Totais}} * 100$

$$\frac{25.145.278}{140.010.380} * 100 = 17,96\%$$

Gráfico 49 - Evolução do Percentual de gastos com outros Custeios do IFB.



Fonte: Diretoria de Orçamento - DROR/IFB

Percentual de Gastos com Investimentos

OBJETIVO: Quantificar o percentual de gasto com Investimentos em relação aos gastos totais.

DEFINIÇÕES: INVESTIMENTOS: Despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

INVERSÕES FINANCEIRAS: Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

GASTOS TOTAIS: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Percentual de gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais) =

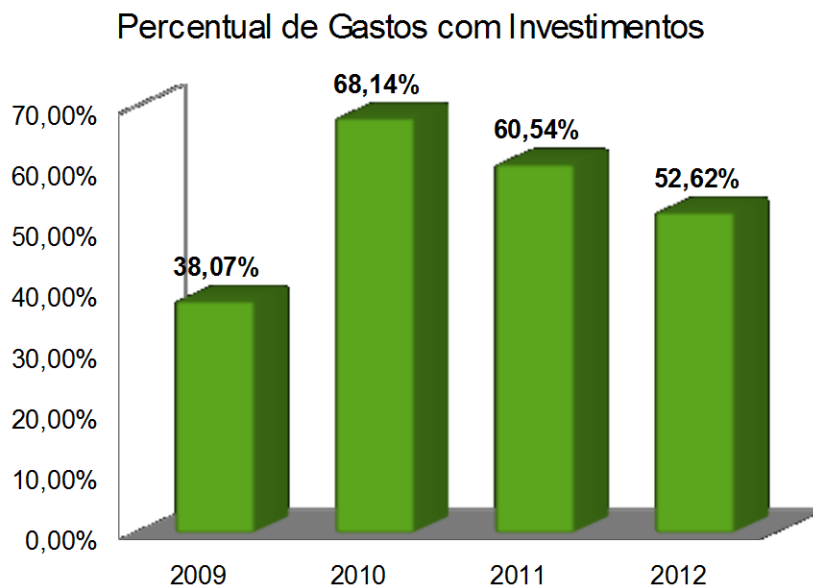
Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões financeiras * 100

Gastos Totais

$\frac{73.679.496}{140.010.380} * 100 = 52,62\%$

140.010.380

Gráfico 50 - Evolução do percentual de gastos com investimentos do IFB.



Fonte: Diretoria de Orçamento - DROR/IFB

Análise crítica dos Indicadores Administrativos.

Observa-se ao examinar a tabela acima, que o Instituto Federal de Brasília vem mantendo ao longo dos anos um patamar elevado de gastos com investimentos, comparado com as despesas de pessoal e Outros Custeios.

Cabe ressaltar que o percentual de investimentos para o exercício de 2012 deveria ser ainda bem superior aos 52,62% caso a proposta encaminhada pelo IFB fosse aceita pelo MEC.

INDICADOR SOCIOECONÔMICO

Número de Alunos Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar

Tabela 26 - Quantidade de alunos por Renda Per Capita.

Quantidade de alunos por Renda Per Capita (RFP)										
	CBRA	CGAM	CPLA	CRAF	CSAM	CSSAB	CTAG	CTGC	CEST	IFB %
RFP < 0,5SM	25,85%	27,46%	6,29%	13,47%	51,49%	0,00%	0,68%	32,52%	68,82%	23,57%
0,5 SM <RFP <1 SM	22,46%	29,15%	16,84%	16,74%	25,45%	18,01%	3,85%	17,64%	25,27%	19,89%
1 SM < RFP < 1,5 SM	14,41%	16,62%	14,48%	11,83%	8,51%	3,51%	16,74%	9,97%	5,38%	10,91%
1,5 SM < RFP < 2,5	12,71%	17,32%	18,52%	19,67%	8,96%	17,89%	21,49%	11,96%	0,54%	15,14%
2,5 SM < RFP < 3	0,42%	3,38%	7,41%	8,78%	2,01%	33,75%	12,22%	3,37%	0,00%	9,15%
RFP > 3 SM	4,66%	6,06%	27,05%	27,87%	3,58%	15,52%	26,70%	13,19%	0,00%	14,89%
Não declarados	19,49%	0,00%	9,43%	1,64%	0,00%	11,33%	18,33%	11,35%	0,00%	6,44%

Segundo os dados apresentados na Tabela 26, em 2012, 54,4% dos alunos do IFB apresentaram renda per capita inferior a 1,5 salários mínimos (SM). Esses dados mostram que o IFB se antecipou no atendimento às políticas de inclusão do governo federal. A política de ações afirmativas implementada pela lei 12.711/2012 reserva uma fração de 25% das vagas para candidatos com até 1,5 salários mínimos. O IFB, com suas ações afirmativas, atende a uma fração de alunos com renda inferior a 1,5 SM bem acima dos 25% previstos em lei. Em 2013, o IFB implementará esta ação afirmativa reservando 30% das vagas para pessoas com renda per capita até 1,5 SM.

Esses resultados são fruto das ações afirmativas praticadas nos processos seletivos de 2011 e 2012, com 50% de suas vagas para alunos oriundos da escola pública, 10% para negros, indígenas e quilombolas e 5% para pessoas com necessidades especiais, totalizando 65% de vagas com ações

afirmativas. O resultado apresentado nessa tabela demonstra que as políticas de inclusão do IFB estão em consonância com sua missão maior, que é a de ofertar educação profissional e tecnológica de qualidade articulada com as demandas da sociedade.

GESTÃO DE PESSOAS

Índice de Titulação do Corpo Docente

Definição: Quantificar o índice de titulação do Corpo Docente – Efetivo e substitutos.

MÉTODO DE CÁLCULO:

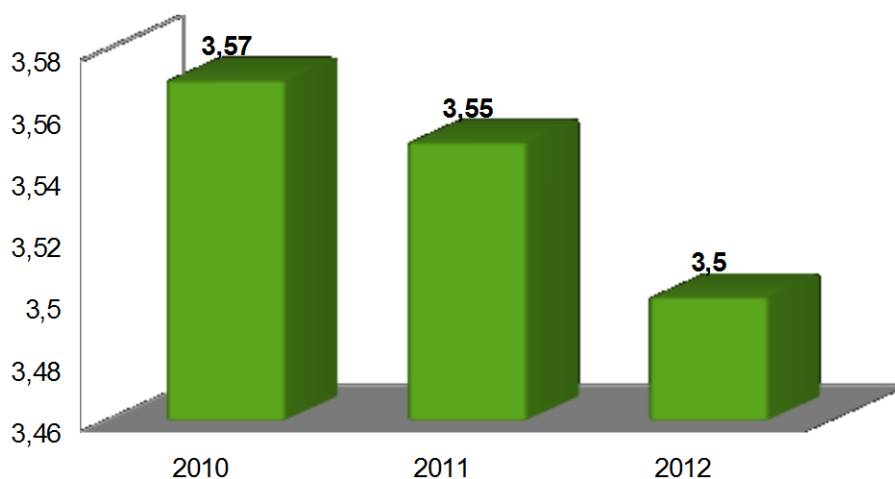
$$\text{Índice: } \frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{G + A + E + M + D} =$$

Tabela 27 - Titulação do Corpo Docente.

Titulação do Corpo Docente											
	CBRA	CGAM	CPLA	CRAF	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC	CEST	IFB/Índice	
Aperfeiçoamento	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Graduação	3	7	1	6	8	7	10	5	5	52	52
Especialização	16	14	6	2	6	2	8	5	1	60	180
Mestrado	27	21	40	6	32	14	20	7	2	169	676
Doutorado	15	9	10	1	7	0	5	4	0	51	255
Total de docentes	61	52	57	15	53	23	43	21	8	333	1165
Índice	3,84	3,46	3,47	3,24	3,57	4,02	3	2,73	2		3,50

Gráfico 51 - Evolução do índice de titulação do corpo docente do IFB.

Evolução do Índice de Titulação do Corpo Docente do IFB



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas - DRGP/IFB

Cerca de 50,8% dos docentes do IFB são mestres. Destes, o campus Planaltina detém o maior quantitativo dentre os campi, seguidos de Samambaia e Brasília. O número de docentes especialistas precede o de mestres e praticamente empatam o número de docentes somente graduados e os que detêm o título de doutor. O campus Taguatinga detém o maior número de graduados. O de especialistas e os de doutorado encontra-se em sua maioria no campus Brasília.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento de prestação de contas nos possibilita conhecer os resultados positivos alcançados e concluir que ainda há muito a ser feito em prol efetividade da missão institucional do Instituto Federal de Brasília – IFB.

Durante o exercício de 2012, com o intuito de promover um maior desempenho institucional, o IFB investiu no fortalecimento das ações de planejamento, na aprovação da nova estrutura organizacional e outros documentos normativos, na busca da criação de uma cultura gerencial participativa e corresponsável, rumo ao cumprimento das diretrizes institucionais.

Como consequência da expansão da Rede Federal de Educação profissional, Científica e Tecnológica – RFEPT, o IFB, embora com todas as dificuldades de consolidação do Campus Planaltina, implementação dos campi Brasília, Gama, Taguatinga e Samambaia, São Sebastião, Riacho Fundo e Taguatinga Centro provocado pela necessidade de formação e qualificação profissional no Distrito Federal incrementou seu primeiro processo de expansão ao longo do ano de 2012, através do novo *campus* Estrutural.

A garantia da oferta já planejada e o atendimento às demandas sociais conjunturais no ano de 2012 podem ser considerados de grande alcance e se consolidou por estar pautada na elevada qualificação e compromisso do corpo de gestores e servidores docentes e técnico-administrativos que resultaram na elevada capacidade de execução das ações propostas, quer sejam orçamentárias, institucionais ou educacionais.

O planejamento institucional centrado na consolidação de uma metodologia de planejamento participativo com suporte de ferramenta de gestão informatizada, capacitação e desenvolvimento de expertise por parte de todos os envolvidos, permitiu ao IFB o real conhecimento de todo o trabalho desenvolvido ao longo de 2012, apresentado neste Relatório de Gestão.

A execução orçamentária atingiu a marca de quase 100%. No que diz respeito aos investimentos, o crédito aprovado na LOA não foi totalmente executado em razão da não liberação de limites orçamentários por parte do Ministério da Educação. Quanto ao custeio houve um contingenciamento de aproximadamente 10% em relação ao orçamento aprovado. Nesse sentido a execução do IFB no tocante aos seus recursos originários aprovados na LOA atingiu o objetivo desejado.

A extensão teve grande evolução no ano de 2012, marcada pela definição de suas ações como fruto de amplo e longo debate com os agentes envolvidos em sua execução. Diversas parcerias com o mundo produtivo foram alinhavadas, permitindo a apropriação da missão do IFB por esta importante parte da comunidade externa. A aprovação de projetos de extensão veio corroborar com esta evolução, marcando definitivamente o início de um ciclo virtuoso neste campo. Inclusive através de parcerias internacionais.

O desenvolvimento tecnológico e a inovação tiveram grande fôlego a partir da consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica, que permitirá o desenvolvimento de novos produtos e processos por meio de parcerias com a iniciativa privada sustentada pela Lei de Inovação. Foram muitas as bolsas de pesquisa concedidas em 2012, contemplando estudantes de cursos técnicos e superiores, além dos servidores docentes e técnicos administrativos. Trata-se de um marco no fomento à pesquisa e inovação em toda a Rede Federal de EPCT, onde todas as pessoas – sem exceções – tiveram acesso a programas de fomento. O início da internacionalização da instituição

também deve ser citado como uma importante iniciativa, que nos permitirão o intercâmbio de conhecimentos e de recursos em nível global num futuro recente.


A pós-graduação alcançou grandes resultados ao finalizar com sucesso uma turma de especialização em PROEJA e duas em Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, foi consolidado o projeto de mais um curso de especialização, o de Gestão Pública. Debates em torno da criação de mestrados profissionais foram conduzidos e darão a tônica do desenvolvimento desta modalidade de ensino no IFB em 2013.

A produção de diversos livros técnicos e científicos foi permitida a partir do financiamento de bolsas e da diagramação das obras. Graças a esta oportunidade muitos servidores do IFB passarão a ser autores de livros, dinamizando sua produção técnico-científica e contribuindo sobremaneira para a difusão científica e tecnológica brasileira.

Por fim, cabe destacar que para o ano de 2013 já foram planejadas novas metas imprescindíveis ao bom desempenho institucional, sendo necessário dar continuidade àquelas que necessitaram ser remanejadas de 2012. Entende-se este processo de adequação e de renovação, como um trabalho que conta com esforço conjunto e construtivo das representações, tanto interno, quanto dos atores externos, na busca da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, bem como no cumprimento das diretrizes político-institucionais de entendimento do IFB como uma instituição formadora e promotora do desenvolvimento local e regional à luz da cidadania.

21. ANEXOS

ANEXO 1 – RESOLUÇÃO Nº 19/2011 – RIFB.



INSTITUTO FEDERAL
BRASÍLIA

Instituto Federal de Brasília – IFB

RESOLUÇÃO N.º 19/2011 - RIFB

Aprova alteração na estrutura organizacional do Instituto Federal de Brasília.

O REITOR SUBSTITUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, nomeado pela Portaria Nº 585, de 08 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2010, em observância ao disposto no §1º art. 10 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e em conformidade com o disposto no inciso III art. 9º do Estatuto do IFB.

Considerando a necessidade de adequação da estrutura organizacional desse Instituto, de modo a permitir a melhoria do desempenho dos seus *campi* na missão de ofertar de educação profissional, científica e tecnológica no Distrito Federal.

Considerando os autos do Processo nº 23098.00275/2011-78, de 06 de abril de 2011, que trata da proposta de alteração da estrutura organizacional do IFB.


RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, em caráter *ad referendum* ao Conselho Superior, as alterações na Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Brasília, aplicável à Reitoria e aos *campi*, nos termos dos Anexos a esta Resolução.

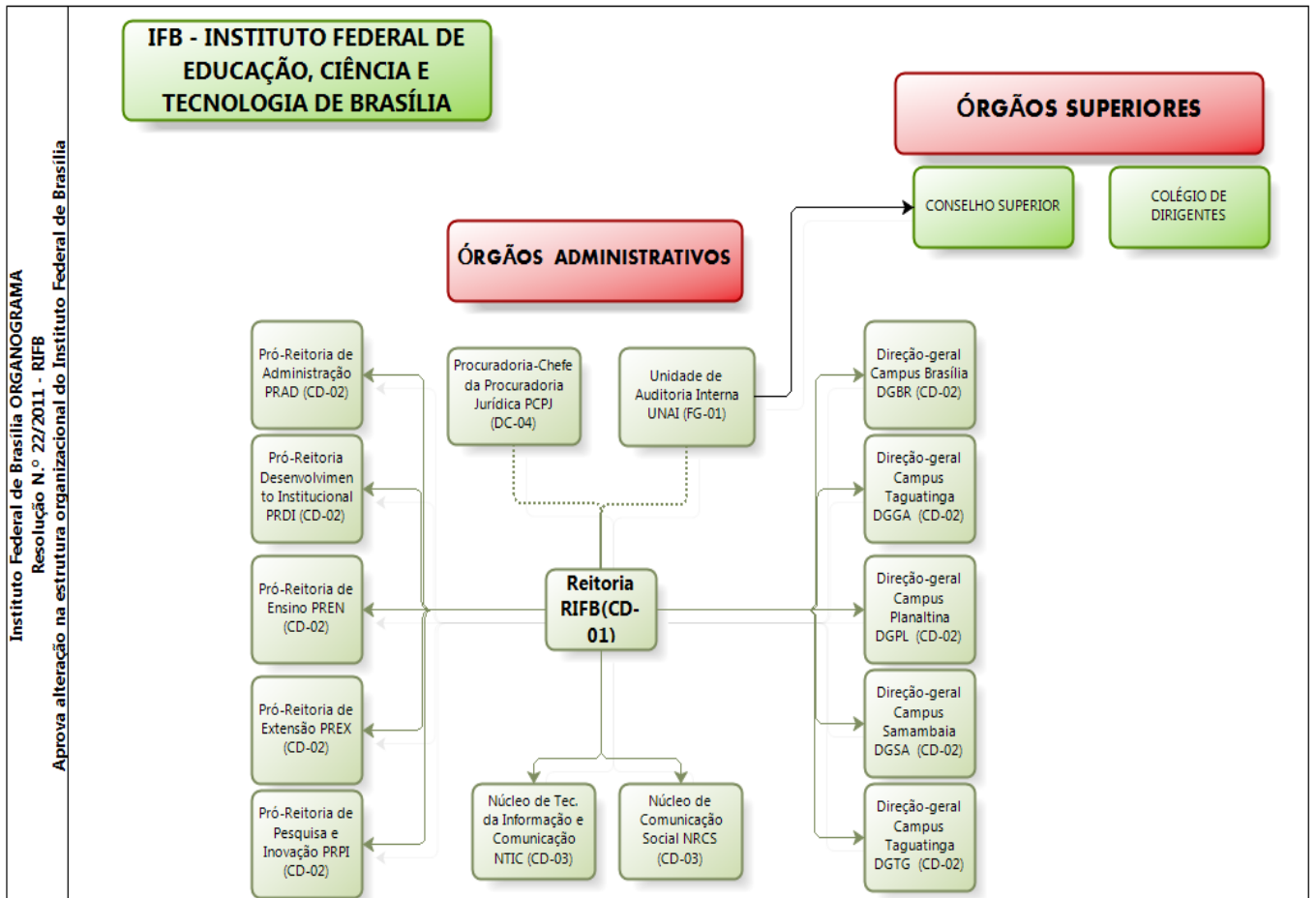
Art. 2º Revogar a Resolução nº 08/2010, de 17 de maio de 2010.

Art. 3º Este ato produz efeitos a partir de 01 de abril de 2011.

Brasília, 12 de abril de 2011.


WILSON CONCIANI
Reitor Substituto

ANEXO 2 - RESOLUÇÃO Nº 19/2011 – RIFB. (ORGANOGRAMA DO IFB - ATÉ 12 DE NOVEMBRO DE 2012).



Fonte: http://www.ifb.edu.br/attachments/2321_019_2011_ORGANOGRAMA_ABRIL_2011.pdf

ANEXO 3 – RESOLUÇÃO Nº 35/2012 – CS/IFB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

RESOLUÇÃO N.º 35/2012 – CS/IFB*

Aprova, *ad referendum* do Conselho Superior, nova estrutura organizacional para o Instituto Federal de Brasília.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, nomeado pela Portaria Nº 649, de 23 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2011, em observância ao disposto no §1º art. 10 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e em conformidade com o disposto no inciso III art. 9º do Estatuto do IFB.

CONSIDERANDO a Lei nº 12.677, de junho de 2012, que cria novos cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas para as instituições federais de ensino e, que estas funções foram alocadas no IFB por meio da Portaria MEC nº 1.289, de 23 de outubro de 2012.

CONSIDERANDO os autos do Processo nº 23098.001482/2012-21, que contém informações acerca da discussão de uma nova estrutura organizacional – organograma e funcionograma – para o IFB.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar nova Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Brasília, que passará a ser adotada pela Reitoria e pelos seus *campi* respectivos.

Art. 2º São anexos que integram esta Resolução:

- a) Anexo I - Estrutura de cargos e funções;
- b) Anexo II - Funcionograma;
- c) Anexo III - Organograma; e
- d) Anexo IV - Níveis de Atuação e Níveis Estratégicos.

Art. 3º No prazo de 180 dias a contar da data da publicação dessa resolução, a reitoria do IFB deverá apresentar ao Conselho Superior, plano de descentralização gestonária, com cronograma de execução que deve respeitar as diferentes fases de implantação dos *campi*

* Referendada pelo Conselho Superior na 16ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012. Stumula disponível em <http://www.ifb.edu.br/aceso-a-informacao/conselho-superior/atas>

§1º O plano de descentralização gestonária deverá ser coordenado pela reitoria, assegurando-se a ampla participação dos diversos segmentos do IFB.

§2º O processo participativo será acompanhado por ao menos um conselheiro do CONSUP-IFB que deverá elaborar parecer sobre o processo, o qual servirá de subsídio às decisões do CONSUP sobre o tema.

Art. 4º Até o final do ano de 2016 serão alocados nos *campi* do IFB - que já estiverem em funcionamento - cargos de direção de nível 03 (CD-03) aos diretores de ensino, pesquisa e extensão, sendo atendidos também, na medida do possível, também os cargos de diretor de administração e planejamento.

Parágrafo único. Se não houver novas disponibilizações de cargos de direção de nível 03 (CD-03) do Ministério da Educação ao IFB, o disposto neste artigo será cumprido com o deslocamento dos cargos citados, da reitoria - seus núcleos e pró-reitorias - para os *campi*.

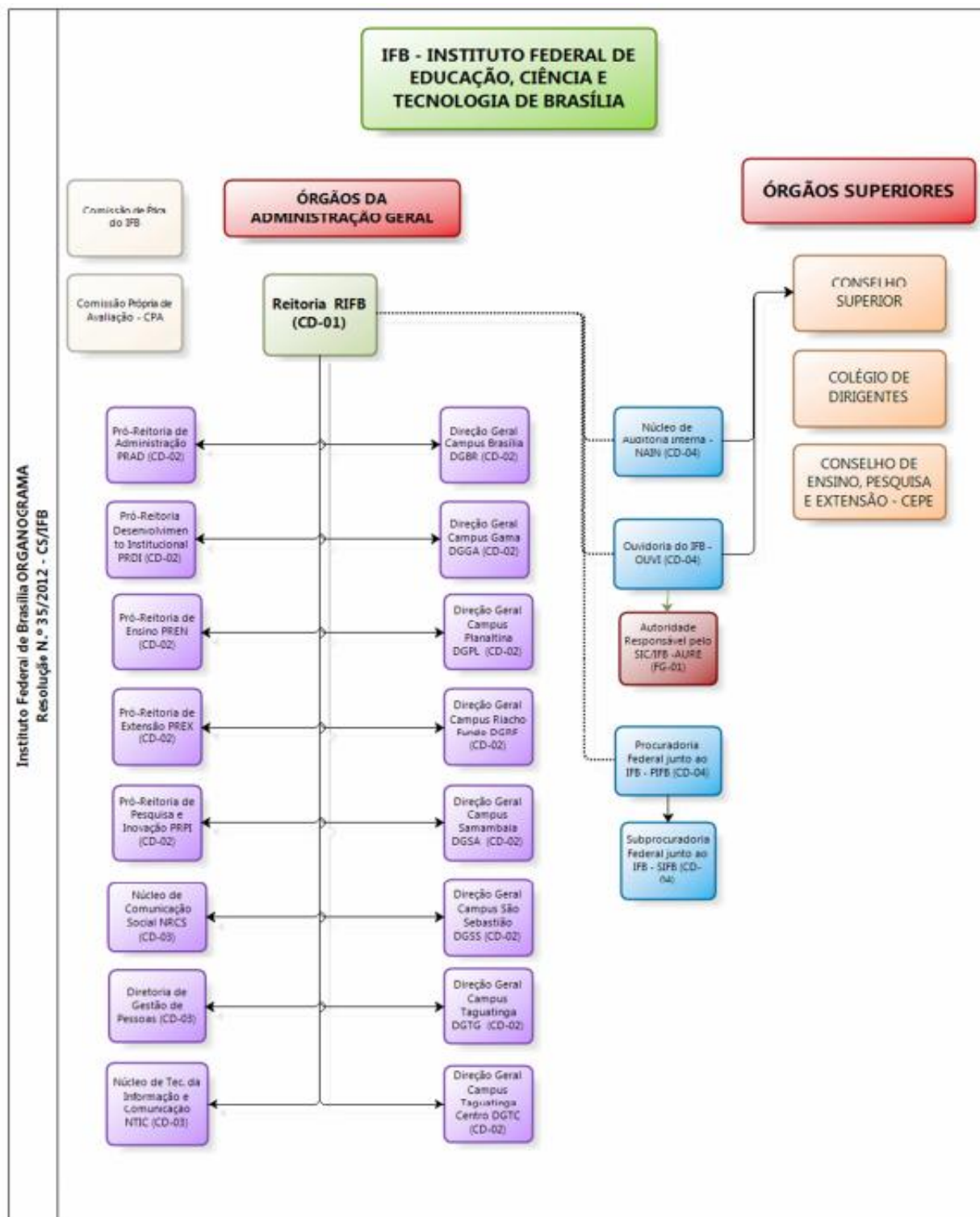
Art. 5º Os servidores ocupantes de cargos de direção ou funções gratificadas (CD ou FG) deverão exercer suas atividades no IFB. Casos excepcionais somente poderão ocorrer se expressamente autorizados pelo CS/IFB.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 13 de novembro de 2012.

WILSON CONCIANI
Reitor

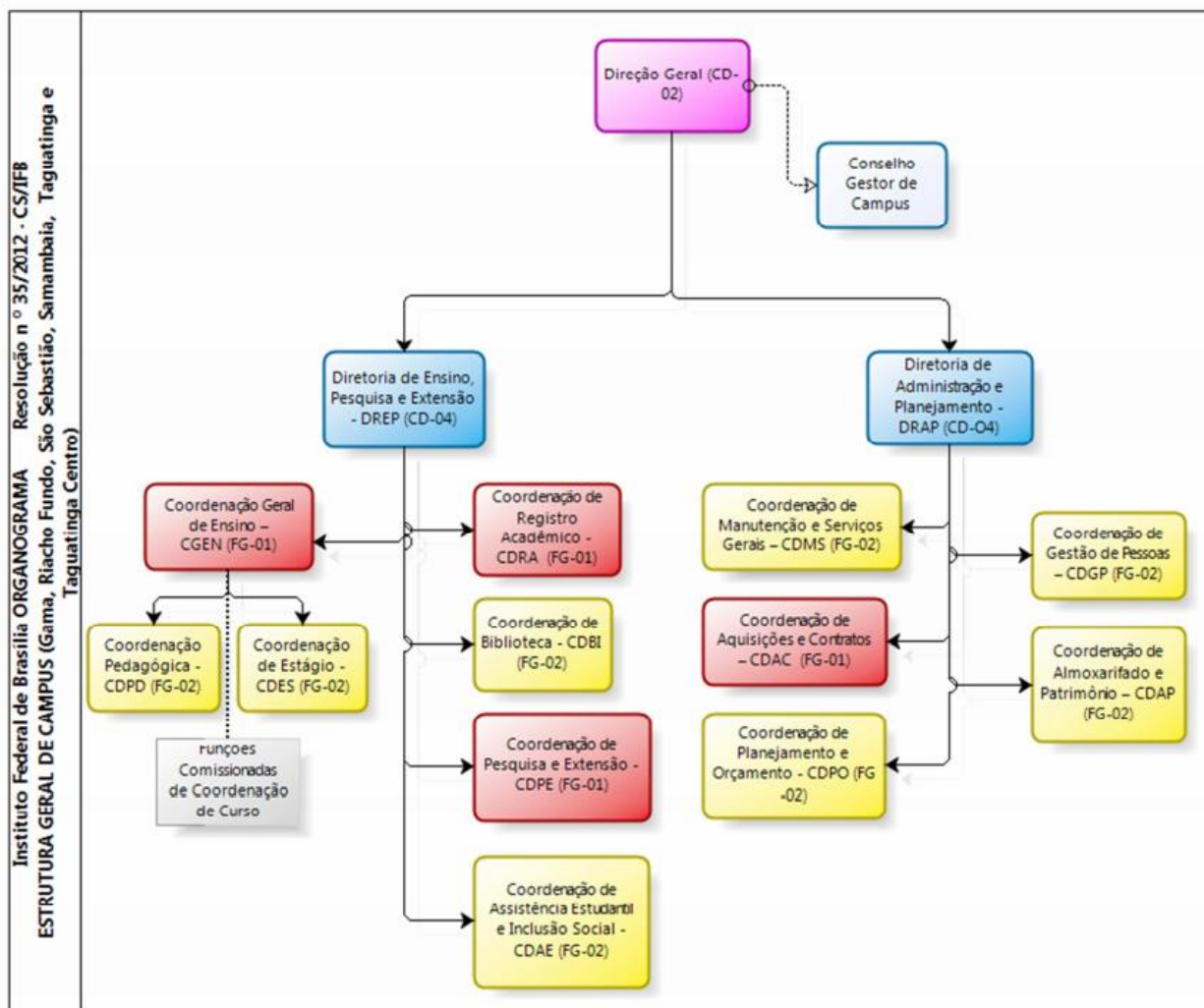
ANEXO 4 – RESOLUÇÃO Nº 35/2012 – CS/IFB (ORGANOGRAMA DA REITORIA DO IFB – A PARTIR DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012).



Fonte:

http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resolu%C3%A7%C3%A3o%2035_2012_referendada_11_12_2012.pdf

ANEXO 5 - RESOLUÇÃO Nº 35/2012 – CS/IFB (ORGANOGRAMA DE CAMPUS DO IFB – A PARTIR DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012).



Fonte:

http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resolu%C3%A7ao%2035_2012_referendada_11_12_2012.pdf